



Organização  
Internacional  
do Trabalho

## ► Angola: estudo sobre migração da economia informal para economia formal



# **Angola: estudo sobre migracao da economia informal para economía formal**

Copyright © Organização Internacional do Trabalho 2021

*Primeira edição 2021*

As publicações da Organização Internacional do Trabalho gozam de proteção de direitos de propriedade intelectual em virtude do Protocolo 2 da Convenção Universal sobre Direitos Autorais. No entanto, pequenos trechos dessas publicações podem ser reproduzidos sem autorização, desde que a fonte seja mencionada. Para obter direitos de reprodução ou de tradução, solicitações para esses fins devem ser apresentadas ao Departamento de Publicações da OIT (Direitos e permissões), International Labour Office, CH-1211 Geneva 22, Suíça, ou por correio eletrônico: [rights@ilo.org](mailto:rights@ilo.org). Solicitações dessa natureza serão bem-vindas.

As bibliotecas, instituições e outros usuários registrados em uma organização de direitos de reprodução podem fazer cópias, de acordo com as licenças emitidas para este fim. A instituição de direitos de reprodução do seu país pode ser encontrada no site [www.ifrro.org](http://www.ifrro.org).

---

*Angola: estudo sobre migracao da economia informal para economia formal*

ISBN 978-92-2-034928-1 (impresso)

ISBN 978-92-2-034929-8 (web PDF)

Publicado também em inglês: *Angola: Study on the migration from the informal economy for formal economy*; ISBN 978-92-2-034924-3 (print); ISBN 978-92-2-034925-0 (web PDF) e francês: *Angola: rapport de l'étude sur la transition de l'informel vers le formel*; ISBN 978-92-2-034926-7 (print); ISBN 978-92-2-034927-4 (web PDF)

---

As denominações empregadas e a forma na qual dados são apresentados nas publicações da OIT, segundo a praxe adotada pelas Nações Unidas, não implicam nenhum julgamento por parte da Organização Internacional do Trabalho sobre a condição jurídica de nenhum país, zona ou território citado ou de suas autoridades e tampouco sobre a delimitação de suas fronteiras.

A responsabilidade pelas opiniões expressadas nos artigos, estudos e outras colaborações assinados cabe exclusivamente aos seus autores e sua publicação não significa que a OIT as endosse.

Referências a empresas ou a processos ou produtos comerciais não implicam aprovação por parte da Organização Internacional do Trabalho e o fato de não serem mencionadas empresas ou processos ou produtos comerciais não implica nenhuma desaprovação.

As publicações e produtos eletrônicos da OIT podem ser obtidos nas principais livrarias e em redes de distribuição digital, enviando pedidos para: [ilo@turpin-distribution.com](mailto:ilo@turpin-distribution.com). Para mais informações, visite o nosso site [ilo.org/publns](http://ilo.org/publns) ou entre em contato pelo email [ilopubs@ilo.org](mailto:ilopubs@ilo.org).

Crédito da foto: ©iStock.com/crabea

---

Designer gráfico feito na Suíça

BIP

## ► Prefácio

---

A fim de enfrentar a difícil situação económica que o país atravessa, o Governo de Angola adoptou uma estratégia que visa diversificar a economia e promover a produção de bens e serviços exportáveis. O sector privado em geral e as empresas em particular são chamados a desempenhar um papel decisivo na realização deste objectivo através da concepção e implementação de projectos de investimento inovadores e competitivos.

O Programa do País de Trabalho Decente fez da transição da economia informal para a economia formal um dos seus principais focos.

A Câmara de Comércio e Indústria Angolana (CCIA) pretende desempenhar um papel de liderança nesta área, posicionando-se como parceiro-chave do governo para o crescimento e desenvolvimento económico, promovendo empresas competitivas e influenciando as políticas públicas.

A sua principal missão é apoiar o desenvolvimento das empresas do sector privado e representar os seus interesses junto das autoridades públicas, sindicatos e parceiros de desenvolvimento.

Hoje, em Angola e desde há vários anos, a queda dos preços das matérias-primas e as sucessivas crises sócio-políticas têm tido efeitos perversos, nomeadamente a decadência do tecido industrial, o aumento do desemprego e o fracasso da política de diversificação económica.

Esta situação resultou na consolidação do sector informal, que hoje representa mais de 80% das actividades económicas do país em vários sectores de actividade económica. O sector informal, como outros sectores económicos, sofreu consideravelmente com as consequências da pandemia da COVID-19.

Neste estudo, a ambição da CCIA é tirar partido das potencialidades oferecidas pelo sector informal, pondo em prática uma estratégia que possa contribuir para construir gradualmente a transição da economia informal para a economia formal.

É nesta perspectiva que se inscreve a acção do Gabinete de Actividades para os Empregadores da OIT (ACT/EMP) no contexto deste estudo. O objectivo é permitir à CCIA contribuir para melhorar o conhecimento da economia informal em Angola, e assim dotar-se dos meios para aumentar a sua oferta de serviços aos seus membros com vista a consolidar a sua posição, por um lado, e por outro, a desenvolver novos serviços e iniciativas com vista a acompanhar as relações entre empresas, criando as condições que permitirão às empresas muito pequenas na economia informal migrar para o sector moderno, bem como a possibilidade de alargar a sua base de empresas filiadas.

O presente estudo a nível do ACTEMP mobilizou vários colegas: Asfaha Samuel Asfaha, Secretária para África, Maria Angeles Palmi Reig, Oficial de Comunicação e Lassina Traoré, o Especialista Técnico Superior para as Actividades dos Empregadores na África Central. Agradeço a todos pelas suas contribuições. Agradeço também à liderança da Câmara de Comércio e Indústria de Angola pelo seu empenho.

Finalmente, gostaria de agradecer ao Sr. Carlos M. Lopes, o autor deste importante trabalho de investigação, que certamente contribuirá para melhorar o conhecimento sobre a economia informal em Angola, o que deverá ajudar no desenvolvimento e implementação de políticas públicas relevantes.

**Deborah France-Massin**

Directora, Gabinete para as Actividades dos Empregadores,  
ACT/EMP



## ► Conteúdo

|                                                                                                                                                                          |    |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Resumo executivo.....                                                                                                                                                    | 3  |
| Introdução.....                                                                                                                                                          | 5  |
| Capítulo 1: Delimitação conceptual e contextualização da economia informal em Angola.....                                                                                | 7  |
| 1.1 Evolução, definição e perspectivas sobre informalidade.....                                                                                                          | 7  |
| 1.2 Breve caracterização de Angola.....                                                                                                                                  | 8  |
| 1.2.1 População.....                                                                                                                                                     | 8  |
| 1.2.1.1 População economicamente activa e taxa de actividade .....                                                                                                       | 8  |
| 1.2.1.2 População empregada e taxa de emprego .....                                                                                                                      | 8  |
| 1.2.1.3 Emprego e actividade económica .....                                                                                                                             | 8  |
| 1.2.2 Desempenho económico e social .....                                                                                                                                | 9  |
| 1.2.2.1 Panorâmica dos principais indicadores económicos e sociais .....                                                                                                 | 9  |
| 1.2.2.2 Contexto sectorial .....                                                                                                                                         | 10 |
| 1.2.3 Estrutura do sector empresarial.....                                                                                                                               | 11 |
| 1.2.4 A economia informal em Angola.....                                                                                                                                 | 13 |
| 1.2.4.1 Conceitos.....                                                                                                                                                   | 13 |
| 1.2.4.2 Importância da economia informal .....                                                                                                                           | 14 |
| 1.2.4.3 Desvantagens da economia informal.....                                                                                                                           | 14 |
| 1.2.4.4 Paradoxo da informalidade.....                                                                                                                                   | 15 |
| 1.2.4.5 Informalidade, economia e desempenho empresarial .....                                                                                                           | 17 |
| 1.2.4.6 Dimensão da economia informal .....                                                                                                                              | 21 |
| 1.2.4.7 A importância da presença de mulheres e jovens em actividades informais.....                                                                                     | 24 |
| 1.3 Iniciativas internacionais para formalizar a economia informal.....                                                                                                  | 27 |
| 1.4 Principais efeitos do COVID-19 nas actividades informais .....                                                                                                       | 29 |
| 1.5 Informalidade, produtividade e crescimento económico em Angola .....                                                                                                 | 36 |
| Capítulo 2: Metodologia.....                                                                                                                                             | 43 |
| Capítulo 3: Inventário de factores sociais, sociológicos, económicos e institucionais, envolvendo o desenvolvimento do sector informal em Angola .....                   | 46 |
| Capítulo 4: Análise do impacto da predominância do sector informal na eficácia das estratégias de desenvolvimento do país .....                                          | 47 |
| Capítulo 5: Estudo analítico das interrelações entre formal e informal em Angola .....                                                                                   | 48 |
| Capítulo 6: Diagnóstico de iniciativas actuais de coaching/promoção ou limitação do sector informal.....                                                                 | 51 |
| Capítulo 7: Categorização de segmentos/actividades/unidades informais orientadores da definição de uma estratégia relevante para sua migração em direcção ao formal..... | 60 |
| Capítulo 8: Estratégia proposta para envolver actores públicos e privados para a migração informal-formal .....                                                          | 62 |
| Capítulo 9: Orientações para iniciativas para atrair pequenas e muito pequenas empresas informais.....                                                                   | 66 |
| Capítulo 10: Plano de acção para a CCIA .....                                                                                                                            | 67 |
| Conclusões, lições aprendidas e recomendações .....                                                                                                                      | 68 |
| Referências.....                                                                                                                                                         | 71 |
| Fontes secundárias.....                                                                                                                                                  | 76 |
| Anexos.....                                                                                                                                                              | 77 |
| Entrevistas às instituições .....                                                                                                                                        | 77 |
| Grupo de discussão com associações empresariais .....                                                                                                                    | 79 |
| Questionário para o inquérito às unidades económicas formais e informais.....                                                                                            | 80 |
| Inquérito aos operadores dos mercados .....                                                                                                                              | 83 |
| Plano de implementação de questionários.....                                                                                                                             | 88 |



## ► Resumo executivo

A presente consultadoria tem como objectivo estabelecer um quadro geral da situação da informalidade no contexto angolano, como suporte para a elaboração de um plano de migração de empresas informais para a formalização, com o apoio de Associações de Empregadores, em particular a Câmara de Comércio e Indústria de Angola (CCIA).

Para além da informação actualizada sobre a extensão e peso relativo da economia informal em Angola, bem como da identificação dos seus sectores e segmentos mais relevantes, procurou-se fixar os termos em que se estabelecem as dinâmicas da informalidade no país bem como o modo como convivem e se influenciam economia formal e informal. Atenção particular foi concedida à acção reguladora do Executivo angolano, consubstanciada nos últimos tempos na elaboração de uma Estratégia Nacional de Transição da Economia Informal para a Economia Formal e do seu plano de operacionalização, ao impacto da pandemia COVID-19 sobre o funcionamento das actividades informais e condições de vida dos seus operadores e à relação entre a produtividade das unidades produtivas formais e informais e respectivo efeito sobre o potencial de crescimento económico do país.

Para concretizar os propósitos da consultadoria foram definidos procedimentos e processos metodológicos, que incluíam a revisão da literatura, a recolha de informação estatística junto do Instituto Nacional de Estatística (INE) e de outras fontes, entrevistas a informantes privilegiados e grupos de discussão com as Associações de Empregadores e com operadores informais.

Limitações diversas implicaram alterações metodológicas e condicionaram de forma irremediável a concretização de um dos resultados esperados, nomeadamente a estimação de um modelo econométrico que permitisse compreender a influência da produtividade, formal e informal, sobre o crescimento económico. Os condicionamentos impostos à mobilidade e à proximidade física resultantes do combate ao COVID-19 foram desde logo um impedimento da deslocação do Consultor às três províncias previstas e reflectiram-se também numa reduzida taxa de respostas e de colaboração por parte das instituições governamentais e de diversas Associações de Empregadores. Optou-se por reajustar a metodologia, abrindo a possibilidade de encontros e reuniões presenciais, à distância ou, inclusive, a resposta a questões por email.

Para compensar a falta de acesso aos dados do INE, optou-se por aplicar dois inquéritos. Um deles foi aplicado a 75 unidades formais e informais, com o objectivo de proceder à modelação econométrica. Não obstante o empenho e sucessivo apelo à mobilização dos filiados pelos responsáveis da CCIA, o número de respostas de empresas filiadas foi manifestamente insuficiente. A desproporção entre os registos relativos a unidades informais e unidades formais e entre as unidades localizadas em Luanda e unidades localizadas em Benguela colocava problemas severos de enviesamento, pelo que tal opção foi descartada, utilizando-se apenas a informação recolhida, com recurso ao instrumental da estatística descritiva, da análise univariada e do cruzamento de variáveis.

Um outro inquérito, destinado a apurar os efeitos das medidas accionadas no contexto do estado de Emergência e de Calamidade sobre as actividades, rendimentos e condições de vida dos operadores de 2 mercados informais de Luanda foi aplicado a 48 operadores dos mercados do Golfe e do Kifika.

Apesar das limitações enunciadas, o estudo permitiu elencar um conjunto de conclusões, de que se destacam:

- A extensão (em 2020, 80,8% dos angolanos obtém rendimentos de empregos informais, de acordo com os dados mais recentes do INE) e transversabilidade das actividades informais, particularmente presentes nas actividades agrícolas, no comércio a grosso e a retalho, nos transportes de passageiros e na prestação de serviços mercantis;
- A forte presença de um segmento do comércio de divisas, onde se regista uma estreita interpenetração de actividades ilegais com a informalidade;
- A percepção por parte das Associações de Empregadores sobre os efeitos nocivos da concorrência desleal e das externalidades negativas geradas pelas actividades informais;
- Um diferencial de produtividade em desfavor das unidades informais (regra geral, corresponde a 50 a 60% da produtividade das unidades formais com as mesmas características);
- Uma atitude mais proactiva do Governo, direccionada para a formalização, com a aprovação da Estratégia Nacional de Transição da Economia Informal para a Economia Formal, respectivo plano de operacionalização e resgate do Programa de Reconversão da Economia Informal;
- O impacto das medidas de confinamento e restrição de actividades sobre as actividades informais, conduzindo à sua paralização temporária, à redução de dias de actividade e de horários de trabalho, a acrescentar à perda de clientes que as restrições à mobilidade impuseram.

## ► Introdução

A extensão e transversalidade da economia informal no contexto angolano é uma constatação consensual. Como cada vez mais consensual é a tese da existência de um nexo de articulação entre formalidade e informalidade, com interdependências e sinergias entre ambas. Bem como de uma cada vez mais significativa a presença de elementos de “informalização” no seio da economia formal. O balanço entre as externalidades positivas e negativas que daí emanam não é fácil de avaliar. Não é contestável o papel importante que a economia informal desempenha no que concerne à mitigação da pobreza e do desemprego ou à sua influência positiva em termos de inclusão económica e social e de criação de competências.

Por contraste, como refere Mosca (2010), as ineficiências, distorções nos mercados, a concorrência desigual que se gera entre economia formal e economia informal, as perdas de eficiência no funcionamento das instituições, os custos da “informalização” nas organizações, as barreiras à modernização dos agentes económicos, o não pagamento de impostos e o incumprimento de leis, a reduzida escala e capacidade de poupança e investimento, a promiscuidade entre política e negócio, a geração de oportunidades desiguais entre os cidadãos ou a contaminação da economia formal pela cultura e hábitos da informalidade são factores de preocupação enquanto mecanismos reprodutores de relações de produção e de trabalho geradoras de ineficiências e desigualdades.

Genericamente a formalidade é definida como a participação em instituições sociais e governamentais como o pagamento de impostos, registrados junto às autoridades, etc. (Maloney 2004). A formalidade traz vários benefícios. A extensão da formalidade pode melhorar a capacidade das empresas de estabelecer direitos de propriedade sobre seus investimentos, reduzindo os riscos de penalização nas acções de inspecção governamentais. Também cria incentivos para operar a partir de locais fixos ao invés de ambulatórios (De Soto 1989). A formalidade também pode ser um requisito de acesso a mercados de crédito formais ou serviços de desenvolvimento de negócios fornecidos pelo governo. Vários autores sugerem que a incapacidade de formalização das empresas tenha um impacto adverso nos seus níveis de desempenho, tendo um efeito positivo e significativo no desempenho e produtividade das empresas enquanto as empresas informais são arrastadas para baixo devido ao seu status “informal”.

O que coloca a questão da formalização ou do modo de integração da economia informal nos processos formais como uma questão relevante e incontornável quando se pretende projectar o desenvolvimento do país num futuro próximo ou de mais longo prazo.



## ► Delimitação conceptual e contextualização da economia informal em Angola

---

### 1.1 Evolução, definição e perspectivas sobre informalidade

Um dos problemas de mais difícil solução, quando se aborda a problemática do informal, é o da clarificação conceptual. Desde logo, por que tem surgido uma multiplicidade de designações que não significam exactamente a mesma realidade e que têm sido usadas na literatura ou na comunicação social de forma nem sempre adequada e contextualizada. Economia paralela, economia irregular, segunda economia, economia negra, economia sombra, economia não declarada, economia subterrânea, economia clandestina são apenas algumas delas. Uma delimitação conceptual possível combina o critério do registo dos agentes económicos com o critério da natureza das actividades desenvolvidas. A partir desta abordagem, as actividades informais surgem como as que são realizadas por agentes económicos que não cumprem (em parte ou na totalidade) o critério do registo (que abrange todas as obrigações de carácter fiscal, laboral, administrativo, etc.) e que estão envolvidos em actividades lícitas. As actividades ilegais seriam as que seriam desenvolvidas por agentes não legais envolvidos em actividades proibidas por lei. É neste enquadramento que se situa o mercado ilegal de divisas no contexto angolano, uma vez que a comercialização de divisas só é legalmente concedida a actores como as instituições bancárias ou as casas de câmbio. As actividades não declaradas seriam as actividades ilícitas desenvolvidas por agentes económicos registados. O problema que se coloca a este processo de classificação é o de que as fronteiras entre os diferentes segmentos não são estanques, bem como o facto de existirem agentes económicos em situação de pluri-actividade que podem, em simultâneo, desenvolver actividades de diferente natureza. Acresce que um mesmo agente económico pode, ao longo do seu processo económico, transitar entre os diferentes segmentos. Daí a dificuldade e a complexidade da mensuração das actividades não oficiais. A abordagem da OIT distingue entre emprego no sector informal e emprego informal. O emprego no sector informal é um conceito baseado na empresa e é definido em termos das características do local de trabalho do trabalhador enquanto o emprego informal é um conceito baseado no trabalho e é definido em termos da relação de emprego e protecções associadas ao trabalho do trabalhador. Na sua versão lata, na perspectiva da OIT, o conceito de emprego informal<sup>1</sup> passou a abranger uma dupla dimensão, empresarial e laboral, e focaliza a economia informal na perspectiva das características do posto de trabalho, metodologia que permite identificar diferentes segmentos que a constituem: trabalhadores não assalariados, onde se incluem os empregadores (quer se trate dos proprietários das empresas informais quer dos proprietários-operadores das empresas informais) e os trabalhadores em situação de autoemprego (para além dos trabalhadores por conta própria, esta categoria integra os chefes de negócios familiares e os familiares que prestam trabalho não remunerado); trabalhadores assalariados de diferentes proveniências (empregados das empresas informais, trabalhadores domésticos, trabalhadores casuais sem emprego fixo, trabalhadores temporários e em part-time, trabalhadores que exercem actividade na própria residência e trabalhadores não registados das empresas formais).

---

1 Emprego informal: pessoa com 15 ou mais anos de idade, empregada no sector privado, em cooperativas, associações, igrejas, Organizações Não Governamentais (ONG) ou por conta própria, que se encontrava numa das seguintes situações: i. Trabalha sem um contrato escrito; ii. Trabalha em qualquer unidade de produção de bens ou serviços, não registada junto aos órgãos públicos; iii. Não beneficia de qualquer apoio social (férias anuais pagas, seguro de saúde, ...).

De acordo com as recomendações internacionais, o sector informal é definido como um conjunto de unidades de produção de bens e/ou serviços não agrícolas geridas por indivíduos que, em sua actividade principal ou secundária, são patrões ou trabalhadores por conta própria. Adicionalmente, observa-se que estas unidades de produção são desprovidas de um número de identificação fiscal (NIF) e/ou de uma contabilidade organizada e completa.

## 1.2 Breve caracterização de Angola

Angola apresenta uma ampla extensão territorial, com uma longa linha costeira e planalto central, que atravessa o interior da África Austral para fazer fronteira com a Namíbia, Botswana, Zâmbia e a República Democrática do Congo. Com uma demografia desequilibrada mas em plena expansão, com um rácio de fertilidade estimado em 5,56, tem uma população de mais de 30 milhões (Banco Mundial, 2018, <https://www.worldbank.org/en/country/angola>), o terceiro maior crescimento populacional do continente, com um RNB per capita estabelecido em US \$ 3.370 (dados do BM 2018), um declínio de 5,3% em relação ao período de relatório anterior e uma população que já ultrapassou a barreira dos 30 milhões de habitantes.

Situado na transição da África Central para a África Austral, membro da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), com uma extensa linha de costa e um planalto central, Angola é o segundo maior exportador de petróleo e a terceira maior potência económica da África Subsariana (logo a seguir à Nigéria e à África do Sul) com um PIB estimado em 124 milhões de US\$ em 2017.

Causa e efeito dos inegáveis progressos que o País conheceu desde o final da guerra civil, Angola passou de um PMA (País Menos Avançado) de economia centralizada para uma economia de mercado de rendimento médio (middle income country segundo os critérios do Banco Mundial). Por outro lado, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou, em 2017, a sua transição para o grupo de países de rendimento médio até 2020.

### 1.2.1 População

De acordo com os dados obtidos a partir do Inquérito sobre Despesas, Receitas e Emprego em Angola (IDREA 2018/2019) realizado no período de Março de 2018 a Fevereiro de 2019, é possível identificar os principais dados que caracterizam a socio-demografia do país.

#### 1.2.1.1 População economicamente activa e taxa de actividade

A população economicamente activa (empregados e desempregados com 15 ou mais anos de idade) foi estimada em 13 651 042 pessoas, sendo 6 636 561 homens e 7 014 481 mulheres. A taxa de actividade da população com 15 ou mais anos de idade foi estimada em 86,9%, sendo na área rural superior à área urbana, 90,7% e 84,6%, respectivamente. A taxa de actividade dos homens é ligeiramente superior à das mulheres, em quase todos os grupos etários.

#### 1.2.1.2 População empregada e taxa de emprego

A população empregada foi estimada em 9 690 373 pessoas, sendo 4 819 435 homens e 4 870 937 mulheres. A taxa de emprego da população com 15 ou mais anos, situou-se em 61,7%, sendo mais elevada nos homens (64,2%) do que nas mulheres (59,3%). A taxa de emprego na área rural é 75,2% e na área urbana é de 53,8%, apresentando uma diferença de 21,4 pontos percentuais.

#### 1.2.1.3 Emprego e actividade económica

O sector da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca empregam o maior número de pessoas (4 455 516), o que representa 46,0% das pessoas empregadas, seguido do sector dos serviços com (4 367 031) de pessoas, representa 45,1% das pessoas e indústria, construção, energia e água com (785 863) de pessoas e representa 8,1%. Entre as pessoas empregadas no sector da agricultura, produção animal,

caça, floresta e pesca, 51,4% são mulheres. Quase metade das pessoas empregadas (48,3%) trabalham por conta própria (com ou sem trabalhadores), enquanto 18,5% trabalham no sector privado.

## 1.2.2 Desempenho económico e social

A economia angolana, a terceira maior atrás da Nigéria e da África do Sul na África Subsaariana em 2018, é em grande parte impulsionada pelo petróleo, que representa um terço do seu PIB e 95% das suas exportações. Desfrutou de um crescimento económico estável até 2014, quando a queda prolongada dos preços mundiais do petróleo afetou seriamente seu desempenho económico. Isso resultou em um enorme déficit orçamentário, escassez de moeda estrangeira levando a uma forte depreciação da taxa de câmbio e aumento do custo de vida. A taxa de crescimento real do PIB caiu de 4,8% em 2014 para -1,5% em 2019. A economia registrou crescimento real negativo consecutivamente em 2016, 2017, 2018 e 2019 em -2,6%, -0,2%, -1,2% e -1,5%, respectivamente. Esperava-se que a economia melhorasse com um crescimento real de 2,8% em 2020, mas com os efeitos negativos da pandemia COVID-19 sobre a atividade económica global e os preços do petróleo, projeta-se que cresça em -1,4 em 2020. A inflação também aumentou de 7,3% em 2014 para um pico de 30,7% em 2016 e depois para 17,1% em 2019. Projeta-se que aumente para 20,7% no final de 2020. Os números abaixo apresentam as perspetivas dos principais indicadores económicos de Angola nos últimos anos (pré-COVID-19).

### 1.2.2.1 Panorâmica dos principais indicadores económicos e sociais

No entanto, Angola continua confrontada com importantes desequilíbrios estruturais da sua economia. O principal problema chama-se: dependência do petróleo, representando um terço do produto e 97% das exportações. Nesse contexto, o prolongado declínio do preço internacional do crude, desde meados de 2014, teve um impacto imediato e significativo sobre o conjunto da economia angolana, levando à sua contração e à erosão dos respetivos amortecedores fiscal e externo. A diversificação económica é assumidamente o grande desafio da economia angolana. Um quadro legal simplificado e incentivos fiscais visam captar capital externo para essa ambição. Com efeito, o Governo lançou, já nos inícios de 2018, com o apoio do Banco Mundial, um “Programa de Apoio à Produção Nacional, Diversificação das Exportações e Substituição de Importações” (PRODESI) posteriormente integrado no PDN 2018-22.

O governo tem procurado enfrentar os desafios económicos nos últimos anos por meio de diversos programas e estratégias de reforma que buscam manter a estabilidade macroeconómica e lidar com os bolsos da população que vive na pobreza sem acesso a serviços básicos por meio de políticas monetárias restritivas e um programa de desenvolvimento inclusivo.

Efeito da crise, a dívida pública aumentou quase 30 pontos percentuais entre 2014 (41% do PIB) e 2018 (estimativa de 73%), ultrapassando já os 100%. Embora elevada e vulnerável ela é, segundo os especialistas do FMI, sustentável, mas com um serviço da dívida pesado que absorve parte significativa do orçamento. Novas medidas fiscais foram anunciadas como o fim de alguns subsídios (eletricidade e água), e outras implementadas como uma nova pauta aduaneira e a introdução do IVA. Por outro lado, o Governo solicitou a ajuda financeira do FMI.

Os dados por país mostram que Angola fez algum progresso económico e político substancial nos últimos três anos e desde o fim da guerra em 2002 (Africa Economic Outlook 2020). O governo realizou uma série de reformas importantes desde 2017, incluindo a nova lei de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais, a lei de privatização, a criação de um balcão único para os investidores melhorarem o clima de negócios e o estabelecimento de uma proteção social registro para proteger os mais vulneráveis das reformas. Os resultados notáveis dessas acções de reforma incluem a entrada de Angola no mercado de Eurobónus novamente no valor de \$ 3,0 bilhões, e a aprovação do FMI da segunda revisão do programa Extended Fund Facility (EFF) em dezembro de 2019. O país, no entanto, continua a enfrentar um desenvolvimento persistente desafios, que incluem reduzir sua dependência do petróleo e diversificar a economia; reconstruindo sua infraestrutura; e melhorar a capacidade institucional, governança, sistemas de gestão das finanças públicas, indicadores de desenvolvimento humano e as condições de vida da população. Prevê-se também que Angola permaneça em recessão em 2020 devido à recente queda dos preços do petróleo e ao abrandamento global resultante do impacto do COVID-19.

### 1.2.2.2 Contexto sectorial

O governo angolano tem focado na diversificação da sua economia com o objetivo de aumentar as suas receitas não petrolíferas nos últimos cinco anos. Como resultado, tem se concentrado no desenvolvimento de alguns sectores-chave e importantes, dados os recursos e potenciais do país. Os sectores de agricultura, água, energia, transporte e desenvolvimento do sector privado se beneficiaram com as reformas voltadas para esse objetivo.

**Agricultura:** Angola é dotada de recursos agrícolas, mas não maximizou efetivamente o seu potencial total. Apesar da importância da contribuição do sector para o desenvolvimento e a economia (46% do emprego total e 4,6% para o PIB, respectivamente). O sector enfrenta desafios como agricultura de baixa escala e investimentos que resultam em baixa produtividade agrícola (80% dos pequenos agricultores), infraestrutura rural deficiente (por exemplo, irrigação, transporte, eletrificação, melhoria da qualidade da terra e fraca capacidade entre as organizações comunitárias rurais

O Governo elaborou programas para enfrentar os desafios. O principal deles é o programa PRODESI, que fomenta o desenvolvimento do agronegócio entre outros sectores. O Banco Mundial envolveu-se em aspectos do programa como parte de seus pilares estratégicos dos dois CSPs para garantir a segurança alimentar e diversificação económica (ver TOC em anexo).

**Energia e água:** a taxa de acesso à eletricidade em Angola é de 44% hoje, com a maior parte da população atualmente sem acesso localizada no oeste do país (WDI, 2018). O governo elaborou o plano do sector de energia dentro do seu plano de desenvolvimento nacional (NDP 2018-2022) que visa aumentar a taxa de eletrificação de 36% para 60% da população, aumentando a capacidade de geração em 125%. A disponibilidade de gás natural doméstico apresenta uma oportunidade significativa para a geração de eletricidade eficiente e confiável e poderia sustentar uma base industrial doméstica que teria o benefício adicional de diversificar a economia longe das exportações de petróleo.

O sector de água da mesma forma é impulsionado pelo plano estratégico nacional de água (PNEA), que visa melhorar o acesso à água de 60% a 85% para a população urbana e de 66% a 80% para a população rural até 2022.

**Transporte:** a infraestrutura de transporte sofre uma deficiência significativa nas interligações e conectividade nacionais. A rede rodoviária não está devidamente ligada às zonas de produção e não existe uma rede ferroviária nacional ligando todo o país. O país opera três redes ferroviárias isoladas, nomeadamente: (i) Rede Ferroviária de Luanda (CFL), (ii) Rede Ferroviária de Benguela (CFB), e (iii) Rede Ferroviária de Moçamedes (CFM) que apresenta elevado potencial de integração regional devido ao seu capacidade de conectar um corredor regional para conectar países vizinhos quando as conexões forem feitas.

**Sector privado:** o sector privado está começando de uma base baixa. Ela sofreu com décadas de intervenção do Estado e políticas deficientes. O crescimento nos últimos 50 anos foi impulsionado pelos gastos públicos, em contraste com o resto da África Subsaariana (SSA), onde os investimentos privados desempenharam um papel mais importante na economia. O sector privado atualmente tem recebido maior atenção nos esforços do país para diversificar a economia e após longos anos de negligência durante a guerra civil. Embora um quadro institucional inadequado esteja a impedir a diversificação da economia, o fraco ambiente de negócios de Angola também impede o crescimento industrial e o desenvolvimento do sector privado. De acordo com o relatório Doing Business do Banco Mundial de 2020, Angola ocupa o 177º lugar entre 190 países pesquisados e pontua 41,3 pontos em facilidade de fazer negócios em 100 pontos. O país está classificado abaixo da média Subsaariana (51,8) na pontuação de facilidade para fazer negócios. A falta de mão de obra qualificada para atender às necessidades do mercado, a baixa produtividade e os mercados fechados também representam desafios importantes para o sector privado. Os esforços do governo para abordar as questões por meio de aspectos do PND 2018-2022 incluem medidas para melhorar o ambiente regulatório, a produtividade e a competitividade; promover a inovação e a transferência de tecnologia. Isso é complementado por medidas para fortalecer o ambiente macroeconómico e para reduzir o tamanho da presença pública em favor de um maior envolvimento do sector privado nos sectores facilitadores (principalmente eletricidade, transporte, finanças, telecomunicações e educação). O atual governo sinalizou seu compromisso com as reformas na recente lei de investimento e concorrência e com a preparação de uma lei de privatização.

**Sector social:** o desempenho económico anterior a 2014, impulsionado pelas elevadas receitas geradas na indústria do petróleo, não alcançou ganhos significativos no desenvolvimento social e humano. As receitas não chegaram aos mais pobres, o que pode ser atribuído à natureza intensiva em capital da indústria e ao baixo grau de diversificação económica, resultando em impacto limitado sobre o emprego e a capacidade de assegurar vínculos com o resto da economia. A pobreza continua alta, especialmente entre os jovens e a população rural. Um coeficiente de Gini persistente em 51,3 em 2018 é considerado alto na região e reflete pouco progresso em uma grande desigualdade social. Outros indicadores sociais mostram uma expectativa de vida adulta de 60,8 anos, com malária e tuberculose entre as principais causas de morte. A taxa de alfabetização de adultos é de 66%, com pelo menos 30,2% da população tendo ensino médio (homens 38,1% e mulheres 23,0%), de acordo com os últimos dados do PNUD para 2018.

### 1.2.3 Estrutura do sector empresarial

O Registo Geral de Empresas (RGE) é um acto administrativo consubstanciado no registo de novas empresas que se realiza de forma contínua, em conformidade com o Decreto nº 92/82 de 18 de Outubro, do Conselho de Ministros.

De acordo com o referido Decreto, todas as empresas estabelecidas em Angola devem efectuar o seu registo estatístico no INE, mediante o preenchimento de um Questionário, com o objectivo de recolher informação relevante para facilitar a medição correcta da actividade económica empresarial no País.

O tecido empresarial angolano, em termos de número de unidades registadas, observou uma tendência sempre crescente ao longo do período 2015 a 2018. Até o final do período em referência foram analisadas, no Ficheiro de Unidades Estatísticas empresariais, FUE, 185 897 empresas. Deste universo 52 689 encontravam-se em actividade em 2018, comparado com o ano anterior (2017) que tinha o universo de 49 376 empresas activas.

Quanto à distribuição de empresas em actividade por província, as mais representativas, nas quais se encontravam as maiores concentrações em 2018 foram Luanda, Benguela, Cuanza Sul, Huíla, Huambo e Cabinda, com 58,9%, 7,5%, 4,4%, 4,3%, 4,1% e 3,3%, respectivamente.

Considerando a distribuição de empresas nos diferentes ramos de actividade, em 2018, classificadas por Secção da Classificação de Actividades Económicas (CAE) Rev.2, permanecem em destaque o “Comércio por grosso e a retalho”, “Alojamento e restauração (restaurantes e similares)”, “Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares”, “Construção”, “Indústria Transformadora”, “Actividades administrativas e serviços de apoio”, “Outras actividades de serviços” com 45%, 9%, 5%, 6%, 6% e 4%, respectivamente.

Em relação à forma Jurídica (propriedade) das empresas, destacam-se as “Empresas em Nome Individual”, correspondentes a 49%, seguidas das Sociedades por Quotas” que representam 50%. Nos Sectores Institucionais, as “Famílias” e as “Sociedades Não Financeiras Privadas Nacionais” predominam, com 49% e 50%, respectivamente.

No período em referência a maior taxa de natalidade de empresas em Angola foi registada em 2015 com 5,3% e a menor em 2014 e 2018 com 1,4% respectivamente. Quanto à mortalidade, esta foi mais alta em 2016, com 1,5% e mais baixa em 2018 com 1,2%. Em relação às Actividades Económicas em 2018, as maiores taxas de natalidade de empresas, foram observadas nas Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas, com 5,3%, seguidos das Actividades administrativas e dos Serviços de apoio, com 4,8%. Observando a Forma Jurídica, as sociedades por Quotas tiveram a taxa de natalidade mais elevada em 2015, com 6,2% e em 2017 com 5,2%. Em 2018, as menores taxas de natalidade foram observadas nas sociedades Anónimas e nas empresas públicas, 1,2% e 0,8% respectivamente.

A análise da mortalidade de empresas por actividade económica no período em referência demonstra que em 2018, a taxa mais elevada ocorreu na Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio, com 4,1% e na Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, com 3,5%. A menor taxa de mortalidade registou-se nas Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares e Actividades administrativas e dos serviços de apoio, com 0,4% respectivamente. Relativamente à Forma Jurídica, a mortalidade das empresas foi mais elevada nas empresas públicas em 2016, 2017 e 2018 com 18,8% e 18,1% e 16,7% respectivamente. O ano 2018 observou as mais baixas taxas de mortalidade da generalidade das outras formas jurídicas, destacando-se as Sociedades por Quotas e as Sociedades Anónimas com 0,9% e 1,7%, respectivamente. A mortalidade por sector institucional foi alta nas sociedades não financeiras públicas em 2017 e 2018 com 20% e 23% respectivamente. As sociedades financeiras tiveram as mais baixas taxas com 0,5% no período em análise.

Em 2017, Angola teria 12 mil micro, pequenas e médias empresas (MPME) legalizadas, segundo fontes afectas ao Instituto Nacional de Apoio a Pequenas e Médias Empresas (INAPEM).

A Lei n.º 30/11, de 13 de setembro, criou o plano nacional angolano de fomento das Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME). Este plano assenta num programa de desburocratização do actual sistema e prevê um conjunto de incentivos e facilidades a atribuir pelo Estado, definindo as condições de acesso aos respetivos incentivos/benefícios. O referido diploma identifica quais são as entidades passíveis de ser reconhecidas como MPME, designadamente, as que tenham por objecto o exercício de uma actividade económica em Angola e, por conseguinte, tenham aqui sido constituídas como sociedades em nome colectivo ou sociedades por quotas, nos termos do disposto na Lei n.º 1/04, de 13 de fevereiro, diploma que regula as sociedades comerciais angolanas. A distinção das MPME é possível através do uso de dois critérios distintos: o número de trabalhadores efetivos e o volume anual de faturação, sendo este último o requisito prevalecente em caso de dúvida na classificação. Assim, e de acordo com o novo diploma legal, serão consideradas:

- Microempresas (MC), as empresas que empreguem até 10 trabalhadores inclusive e/ou tenham uma faturação anual bruta não superior a 250 mil USD (no valor equivalente em Kz);
- Pequenas Empresas (PE), as empresas que empreguem mais de 10 e até 100 trabalhadores inclusive, e/ou tenham uma faturação anual bruta superior a 250 mil USD e igual ou inferior a 3 milhões de USD (no valor equivalente em Kz);
- Médias Empresas (ME), as empresas que empreguem mais de 100 e até 200 trabalhadores inclusive e/ou detenham uma faturação anual bruta superior a 3 milhões de USD e igual ou inferior a 10 milhões de USD (no valor equivalente em Kz).

No entanto, as micro, pequenas e médias empresas confrontam-se com diversos constrangimentos, entre os quais:

- Baixa capitalização;
- Dificuldade de acesso ao crédito (elevadas exigências de garantias colaterais);
- Deficiente qualidade dos recursos humanos (os empresários das mpm empresas actuam sobretudo no sector comercial e apresentam muitas dificuldades na gestão de empreendimentos mais complexos como os relacionados com as actividades agrícolas e industriais);
- Insuficiente incentivo à produção nacional;
- Vulnerabilidade elevada nos primeiros tempos de exercício de actividade.

E estes constrangimentos afectam o potencial de competitividade, e a produtividade, dessas unidades produtivas.

## 1.2.4 A economia informal em Angola

### 1.2.4.1 Conceitos

Não existe apenas um único conceito de economia informal. De acordo com a OIT (2006), o sector informal constitui um conjunto de unidades responsáveis pela produção de bens ou serviços, que têm como objectivo principal a criação de postos de trabalho e de rendimentos para os actores da economia informal.

O conceito de unidades económicas apresentada pela OIT (2006) engloba as unidades que empregam o trabalho contratado, as unidades em que os indivíduos trabalham por conta própria e as cooperativas de economia social e solidária. Essas unidades produtivas apresentam um baixo nível de organização, baixos rendimentos de escala e pouca divisão entre os factores de produção (trabalho e capital).

Neste mesmo sector, “as relações de trabalho - quando existem - baseiam-se na maior parte das vezes no emprego ocasional, no parentesco, e nas relações pessoais e sociais, mais do que em acordos contratuais com garantias formais” (OIT, 2006). Ou seja, baseiam-se em contratos essencialmente informais e casuísticos.

De acordo com a mesma fonte, a “expressão “economia informal” é preferível à expressão “sector informal”, pois os trabalhadores e as empresas em questão não advêm de um só sector de actividade económica, mas sim de vários.” (OIT, 2006).

Entende-se economia informal como sendo todo o conjunto de actividades económicas que não são incluídas no PIB (Produto Interno Bruto) e portanto não são contabilizadas nas Contas Nacionais. (CEGEA, 2008).

A economia informal também é vista como uma “actividade económica em que não são cumpridas as obrigações fiscais, nomeadamente as obrigações de declaração ao fisco”. (FEIGE, 1990 apud SILVA, O., 2010). Esta pode também ser nomeada como economia não declarada.

No entanto, a OIT deixa claro a diferença que existe entre os dois conceitos: as actividades realizadas pelas unidades de produção do sector informal não são necessariamente realizadas com a intenção deliberada de evasão fiscal e de não pagamento das contribuições à segurança social, ou de infracção à legislação laboral, outra legislação ou outras disposições administrativas. Consequentemente, o conceito de actividades do sector informal deverá diferenciar-se do conceito das actividades da economia subterrânea. (OIT, 2006, p.25)

O Bureau Internacional do Trabalho (OIT, 2014), na sua Recomendação acerca da Transição da Economia Informal, conceptualiza a economia informal como sendo um conjunto de actividades económicas desenvolvidas por trabalhadores e unidades económicas e que não são estabelecidas por acordos formais, e refere ainda que este sector não abrange actividades ilícitas, em particular a prestação de serviços ou a produção, venda, posse ou uso de bens proibidos por lei, incluindo a produção e o tráfico ilícitos de drogas, a fabricação e o tráfico ilícitos de armas de fogo, o tráfico de pessoas e lavagem de dinheiro, conforme definido nos tratados internacionais relevantes (OIT, 2014). ([https://www.ilo.org/dyn/normlex/fr/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO::P12100\\_ILO\\_CODE:R204](https://www.ilo.org/dyn/normlex/fr/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO::P12100_ILO_CODE:R204)).

A OIT (2006) exemplifica a actividade ilegal como a produção e o tráfico de droga. Actividades que se enquadram no âmbito do direito penal e as entidades que as praticam não podem apresentar nenhuma regulamentação comercial ou beneficiar-se de alguma protecção laboral. Porém, por outro lado tem-se as actividades informais que representam a economia real em muitos países onde o sector formal é limitado e este trata da absorção de mão-de-obra e da redução da pobreza e em que a maior parte dos trabalhadores e empresas produzem bens e serviços legalizados.

#### 1.2.4.2 Importância da economia informal

Não é fácil mensurar a dimensão da economia informal, devido as suas próprias especificidades. Na literatura, a visão de mercado informal tem gerado muitos debates, e não existe um consenso no que tange ao seu conceito, no entanto, existe consenso de que o mercado do trabalho na maior parte dos países se caracteriza por uma elevada prevalência da informalidade. (OIT, 2014)

“Apesar de não existirem cifras seguras sobre a extensão da economia informal em Angola, os relativamente escassos estudos conhecidos parecem concordar no que respeita à importância sócio-económica das actividades informais.” (Lopes, 2014)

A actividade informal constitui um “factor fundamental da organização económica e social” (Lopes, 2014), constituindo um ramo muito importante na vida política e na vida económica e social. (Ernesto; Capilo, 2018). Para muitas pessoas o sector informal oferece um conjunto de oportunidades, como a obtenção de rendimento. Em inúmeros casos, constituem a única fonte de rendimento das famílias. A economia informal permite também satisfazer as necessidades dos consumidores mais pobres, oferecendo bens e serviços acessíveis, nos formatos e com preços adequados ao poder aquisitivo das populações mais desfavorecidas que adquirem os bens nesse mercado.

#### 1.2.4.3 Desvantagens da economia informal

O crescimento contínuo da informalidade tem surtido efeitos negativos no desenvolvimento das empresas formais devido \* concorrência desleal, no que se refere à arrecadação de receitas públicas e às acções do Estado no que concerne a formulação de políticas económicas, sociais e ambientais. (OIT, 2014).

“A economia informal caracteriza-se por défices elevados de trabalho digno e por uma parte desproporcionada de trabalhadores pobres” (OIT, 2014).

Em alguns países, os trabalhadores na economia informal são excluídos da cobertura por benefícios sociais. Pelo contrário, noutros casos existe uma cobertura elevada. Embora isto possa ser considerado uma questão de capacidade nacional, alguns países em desenvolvimento asseguram a cobertura de todos os residentes, particularmente nas pensões. Nalguns casos, as leis das pensões prevêem sistemas de pensões universais não contributivas ou de pensões subordinados a condições de recurso, por forma a garantir o direito dos trabalhadores na economia formal e informal a receber prestações de velhice. Noutros países, foi adoptada legislação específica estendendo a pensão e outras prestações aos trabalhadores da economia informal. (OIT, 2014)

No caso dos trabalhadores averiguou-se que a economia informal prende os trabalhadores num ciclo de baixa produtividade e de pobreza. Os trabalhadores informais não são reconhecidos, registados, regulamentados ou protegidos pela legislação do trabalho e de protecção social e devido a isso não conseguem reivindicar os seus direitos. Os trabalhadores e as unidades económicas da economia informal caracterizam-se pela pobreza, pela exclusão e vulnerabilidade.

Uma grande desvantagem que os operadores da economia informal apresentam é o acesso limitado ao financiamento, pela falta de garantias que acentuam o incumprimento dos pagamentos das dívidas contraídas junto dos financiadores, assim não conseguem obter empréstimos nas instituições de crédito e expandir os seus negócios. (OIT, 2014)

No sector informal as questões relacionadas com a discriminação dão-se de forma mais acentuada. São as mulheres que compõem uma maioria esmagadora actuante neste mercado, por outro lado devido a discriminação são as mais vulneráveis e tendem a desenvolver certas actividades como a venda ambulante, praticado pelas zungueiras e o trabalho doméstico desenvolvido pelas empregadas domésticas. (OIT, 2014).

As empresas que actuam na informalidade encaram muitas limitações, como a dificuldade em expandir o seu negócio devido a baixa capacidade para investir na melhoria da sua actividade produtiva. “Muitas empresas informais não estão legalmente constituídas, raramente obtêm empréstimos de instituições de crédito formais, confiando antes em prestamistas ilegais que cobram taxas exorbitantes e adiantam apenas pequenos montantes” (CEGEA, 2008).

Quanto às empresas do segmento formal, a questão da informalidade tem impacto negativo devido à concorrência desleal. As unidades informais beneficiam-se em termos de custos porque arcam com custos mais baixos na altura da constituição dos seus negócios e pelo incumprimento das obrigações formais como o não pagamento de impostos, nesse sentido conseguem vender os seus produtos a preços mais baixos. Por outro lado, as entidades formais que cumprem as suas obrigações deparam-se com condições concorrenciais mais difíceis que dificultam a sua expansão (Perry et. al. 2007 apud CEGEA, 2008).

#### 1.2.4.4 Paradoxo da informalidade

A informalidade suscita dilemas e revela paradoxos relativamente às razões pelas quais deve ser consentida ou combatida, como se revela no **Quadro 1**.

#### ► Quadro 1 – Dilemas e paradoxos da informalidade

| Porque deve ser consentida                                                                                        | Porque deve ser combatida                           |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------|
| Assegura o emprego                                                                                                | Prática de concorrência desleal                     |
| É uma fonte de iniciativa criadora com elevado potencial de criação de riqueza                                    | É uma mina de sonegação                             |
|                                                                                                                   | Estimula o roubo                                    |
| Emerge como reação a inevitável carga fiscal não distribuída equitativamente pela população economicamente activa | Penaliza quem opta pela legalidade                  |
|                                                                                                                   | Reduz a capacidade produtiva nacional               |
| Proporciona preços baixos e alternativas comerciais competitivas                                                  | Financia o crime organizado                         |
| Insere os pobres no consumo e melhora o poder de compra                                                           | Não facilita o investimento em tecnologias modernas |

Fonte: Rydlewski e Guandalini (2005); Silva (2005) apud Franciso; Paulo (2006).

De acordo com o quadro acima, compreende-se a dificuldade para aplicação de meios que visem a regulação da actividade informal. Por um lado a informalidade é benéfica, pois devido à falta de oportunidades oferecidas na esfera formal, a actividade informal promove o emprego, permite que os actores informais consigam desenvolver actividades económicas, auxiliando na obtenção de rendimentos cruciais á sobrevivência e manutenção das necessidades básicas das populações, bem como permite a oferta de bens e serviços a preços mais acessíveis para os indivíduos que têm menor poder aquisitivo.

No entanto, por outro lado, as actividades informais, consistem no veículo de fuga à tributação, impedem que se tenha dados macroeconómicos reais no que concerne a produção nacional e os níveis de emprego, o que dificulta a formulação de políticas e desestimula a expansão da capacidade produtiva das empresas formais.

Essa dualidade permite fixar as características distintivas entre o mercado formal e o mercado informal, tal como mostra o **Quadro 2**.

► **Quadro 2 – Características dos mercados formal e informal**

|                                               | <b>Mercado formal</b>                                                            | <b>Mercado informal</b>                                                                                                         |
|-----------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Início</b>                                 | Depende de autorizações oficiais                                                 | Conta com a iniciativa pessoal                                                                                                  |
| <b>Organização</b>                            | Sociedades legalmente instituídas                                                | Individual ou familiar, livre e flexível                                                                                        |
| <b>Instalações</b>                            | Obrigatórias                                                                     | Raramente existem instalações fixas                                                                                             |
| <b>Capital de Investimento</b>                | Elevado                                                                          | Fraco                                                                                                                           |
| <b>Capital de reserva</b>                     | Essencial                                                                        | Geralmente inexistente                                                                                                          |
| <b>Tecnologia</b>                             | Importada e de alto nível                                                        | Inexistente ou primitiva                                                                                                        |
| <b>Salário e vínculo</b>                      | Ao abrigo do contrato do trabalho segundo normas legais                          | Acordado entre pessoas, sem vínculo                                                                                             |
| <b>Armazenamento</b>                          | Grandes quantidades e de boa qualidade                                           | Quando muito, pequenas quantidades e de fraca qualidade                                                                         |
| <b>Preços</b>                                 | Tabelados oficialmente                                                           | Como objecto de regateio                                                                                                        |
| <b>Créditos</b>                               | Operações bancárias, empréstimos, subsídios estatais ou investimento estrangeiro | Créditos pessoais ou familiares, recursos a instituições tradicionais (associações de poupança e crédito, e banqueiros do povo) |
| <b>Margem de lucro</b>                        | Pequena por unidade, mas alta pelo volume de negócios, capitalização             | Elevada por unidade, mas baixa por volume de negócios, capitalização rara                                                       |
| <b>Custos fixos</b>                           | Substanciais                                                                     | Não contabilizados                                                                                                              |
| <b>Contabilidade e apresentação de contas</b> | Ambas obrigatórias por lei                                                       | Inexistentes ou, quando muito, a primeira em moldes rudimentares                                                                |
| <b>Reciclagem e desperdícios</b>              | Raramente                                                                        | Muito frequente                                                                                                                 |
| <b>Publicidade</b>                            | Importante e intensiva, por meios próprios ou por via dos media                  | De pessoa a pessoa, quando existe                                                                                               |
| <b>Dependência do exterior</b>                | Grande, com contratos                                                            | Pequena ou nenhuma                                                                                                              |

#### 1.2.4.5 Informalidade, economia e desempenho empresarial

Os estudos sobre o sector informal surgiram da literatura da economia dual (Lewis 1954; Todaro 1969). O termo informalidade está associado a trabalhadores desprotegidos, excessiva regulamentação, baixa produtividade, concorrência desleal, evasão do estado de direito, pagamento insuficiente ou não pagamento de impostos e trabalho “subterrâneo” ou nas sombras (Perry et al. 2007).

A pesquisa sobre as actividades abrangidas pelo termo “sector informal” surgiu de estudos, nos anos cinquenta e sessenta, sobre a natureza dualística das sociedades em desenvolvimento intimamente associadas com Lewis (1954). Lewis (1954) propôs um modelo teórico de desenvolvimento económico onde há uma oferta ilimitada de trabalho no sector informal ou na agricultura de subsistência. O conceito de dualismo ou economia dual relaciona-se a várias assimetrias na organização e produção, e dualismo na estrutura de uma economia entre sectores tradicionais e modernos, camponeses e capitalistas eram considerados uma característica distintiva dos países em desenvolvimento (Swaminathan 1991).

O modelo de Lewis (1954) implica que, à medida que o sector formal se desenvolve, sua demanda por trabalho aumenta, absorvendo esse excesso de trabalho, o que, posteriormente, leva a um encolhimento informal sector (Chen et al. 2002). O sector informal urbano foi tradicionalmente considerado como parte residual de um mercado de trabalho urbano segmentado, proporcionando emprego para o excedente de trabalho que não pode ser absorvido pela economia urbana formal (Fields, 1975).

Na década de 1980, a dimensão do sector informal era considerado grande, seguindo a desaceleração da economia da última década. Gibson e Kelley (1994) propõem que a característica mais básica do sector informal é que ele se comporta como um exército de reserva de desempregados e concluem que a relação entre o sector formal e informal é complexa.

Por muitos anos, governos e economistas presumiram que, com a combinação certa de políticas económicas e recursos, economias tradicionais pobres seriam transformadas em economias modernas dinâmicas. No processo, o sector tradicional ou informal foi deveras desaparecer à medida que o sector moderno ou formal cresce e absorva mais mão de obra.

No entanto, ao contrário das expectativas, o sector informal e o emprego informal continuam a ser substanciais. Muitos países não foram capazes de desenvolver uma economia moderna capaz de fornecer oportunidades de emprego adequadas para sua população em rápido crescimento. O sector informal continua sendo a principal, senão a principal, fonte de emprego na muitos países, onde é formada por conta própria ou pequenas empresas, com pouco ou nenhuma organização formalizada ou capital, e de emprego casual. Em países do Leste Europa e Ásia Central, o sector informal é uma parte importante da economia, assim como o caso em muitos países africanos.

Até agora, pesquisadores e formuladores de políticas não foram capazes de chegar a um consenso na definição de ‘informalidade’, como em diferentes países com diferentes níveis de desenvolvimento e diferentes regiões, a informalidade pode significar várias coisas. A definição de informalidade, especialmente quando se considera as implicações da pesquisa, tem que ser aceitável para países de diferentes partes do mundo cujas situações económicas, sociais e institucionais variam amplamente. Portanto, deve ser amplo o suficiente para abranger as diferentes manifestações do sector informal em diferentes países. E tem que ser suficientemente flexível para adaptar-se às circunstâncias nacionais, embora tal flexibilidade possa afetar adversamente a comparabilidade internacional das estatísticas para determinados fins descritivos e analíticos (OIT, 2013).

O sector informal não está apenas crescendo, mas também é dinâmico em termos de características. É importante apontar que o sector informal nos países em desenvolvimento é conforme proposto por Olivier (2009) e Olivier, Masabo e Kalula (2012) em geral, fragmentado, abrangendo uma gama de perfis de pessoas e actividades económicas, incluindo (mas não se limitando a) trabalho domiciliar, vendedores ambulantes, empresários que empregam outros trabalhadores e trabalhadores independentes.

Em África, por exemplo, o sector informal é dominado por actividades relacionadas ao comércio com serviços e manufatura respondendo por apenas uma pequena percentagem deste sector. Outra característica definidora deste sector é que ele acomoda uma variedade de pessoas, alguns dos quais estavam anteriormente empregados no sector formal, com uma proporção notavelmente alta de mulheres (Olivier 2009). A literatura refere-se a empreendedores que atuam no sector informal como ‘empresários de necessidade’, isto é, aqueles que não encontram alternativas oportunidades de emprego e desemprego no sector informal, embora essa visão também está sendo questionada, já que algumas operadoras operam no sector formal de escolha (Levenson e Maloney 1998; McKenzie e Woodruff 2006).

Em muitos países, o sector informal é frequentemente visto como marginalizado e “sector de sobrevivência”, que enxuga os trabalhadores em excesso ou entrincheirados, enquanto em outras nações, o sector informal é considerado uma parte vibrante e empreendedora da economia, o que pode estimular crescimento económico e criação de empregos. A contribuição do sector informal é bastante grande.

Por exemplo, em vários países africanos, o rendimento do sector informal é responsável por quase 30% da rendimento total e mais de 40% da rendimento urbana total. Em Moçambique, por exemplo, acredita-se que a economia informal represente cerca de 40% da economia (African Union 2008; Sparks e Barnett 2010).

Byiers (2009) conclui que a predominância de microempresas e, particularmente, microempresas informais em países em desenvolvimento é provavelmente um sintoma de uma série de aspectos de suas economias. Isso inclui altos custos de transação, altos níveis de risco da empresa, fiscalidade e fiscalização fraca, fluxos de informação deficientes, arbitrariamente alto e / ou barreiras regulatórias complexas e funcionários corruptos. Pequenas e microempresas são o foco de atenção para os formuladores de políticas por serem vistos como tendo grande potencial de geração de empregos e rendimento. Estatísticas sobre as características das unidades económicas que compreendem o sector informal são necessários para a concepção e implementação de programas destinados para aumentar o potencial das empresas informais.

Pesquisas do sector informal podem fornecer informações sobre a produção ou saída, bem como sobre tamanho e número de trabalhadores, idade da unidade, características do empresário ou proprietário de a unidade económica, capital e equipamento, as restrições sob as quais as unidades operam, a forma como estão organizados e sua relação com o sector formal e as autoridades públicas (OIT, 2013).

Essas estatísticas fornecem informações essenciais para os esforços de criação de incentivos e simplificação dos procedimentos de cadastramento de empresários, bem como para o desenho dos necessários serviços de apoio, como microfinanças, desenvolvimento de negócios e investimento em infraestrutura. As estatísticas também podem ser úteis para melhorar as condições dos trabalhadores, persuadindo os empregadores a oferecer mais benefícios e melhor proteção.

A literatura constata que muitas empresas operam informalmente devido à falta de informações e conhecimento sobre suas obrigações. As empresas enfrentam uma compensação entre os custos e benefícios de registrar. Os custos de estar no sector formal incluem regulamentações comerciais iniciais, exigências fiscais, legislação laboral, cumprimento da legislação de saúde e segurança e pagamento de licenças relevantes. Os benefícios de operar no sector formal incluem a capacidade de operar em maior escala, com melhor acesso ao crédito, acesso ao governo e a contratos de grandes empresas e acesso à proteção legal.

Existem também alguns benefícios de operar no sector informal. Azuma e Grossman (2002) propõem que em muitos países, especialmente os países pobres, um pesado fardo de impostos, subornos e conflitos burocráticos levam muitos produtores ao sector informal.

Portanto, há certos benefícios de estar no sector informal: o sector informal pode evitar regulamentações governamentais onerosas e onerosas (Johnson, et al. 2000) e o nível e complexidade administrativa da tributação (Enste e Schneider 2000). Almeida e Carneiro (2005) indica que atuar no sector informal permite às empresas maior flexibilidade na contratação de trabalhadores informais, enquanto Farrell (2004) considera que evitar impostos e as regulamentações fornecem às empresas informais uma vantagem competitiva sobre suas contrapartes formais.

Battini, Levine e Lotti (2011) descobriram que o sector informal é caracterizado por não haver atritos no mercado de trabalho, enquanto o sector formal experimenta atritos no mercado de trabalho.

Existem também várias desvantagens de operar no sector informal. La Porta e Shleifer (2008) mostram que o sector informal está tipicamente associado a baixo nível de eficiência e salários. O sector informal também tem mais probabilidade de sofrer com a falta de proteção social.

O alto custo de conformidade com as regulamentações e instituições governamentais, muitas vezes tem sido visto como o grande responsável pela presença de grandes sectores informais no desenvolvimento países (Gabrieli, Galvão e Montes-Rojas 2011). De Mel, McKenzie e Woodruff (2013) descobriram que cerca de 70 por cento dos trabalhadores por conta própria no Sri Lanka têm origens, habilidades e atitudes mais semelhantes às dos trabalhadores assalariados do que aos dos proprietários de empresas e que raramente se expandem adicionando empregados remunerados. A maioria das pequenas empresas tem pouco desejo de crescer ou inovar de qualquer forma observável. De Soto (1989) tem argumentou que as empresas informais gostariam de se tornar formais, mas são impedidas pela corrupção e regulamentação governamental.

A produtividade é um tema central no debate sobre crescimento económico. O modelo neoclássico de crescimento coloca o aumento na produtividade total dos factores como a única fonte de crescimento da rendimento per capita no longo prazo. Não só o aumento na produtividade gera um produto maior com a mesma quantidade de insumos, como também incentivos para que mais investimentos sejam feitos, ocorrendo um efeito transbordamento para toda a economia. Entender como essa variável se comporta e que mudanças são determinantes para seu crescimento é, portanto, crucial para compreender os factores que levam ao crescimento sustentado da economia.

Avanços na PTF e no estoque de máquinas e equipamentos aumentam a produtividade do trabalho, ou seja, o valor produzido por cada trabalhador. Essa medida é bastante utilizada para medir e comparar a produtividade entre países.

Mais importante, no entanto, é que no futuro, o crescimento dessa variável terá papel fundamental no crescimento do PIB, em comparação com as variáveis demográficas e do mercado de trabalho. Segundo projeções dos autores, com a redução do ritmo de crescimento demográfico, os factores associados à expansão da população tendem a ter importância menor no crescimento do produto, enquanto que a produtividade do trabalho terá relevância ainda maior.

Que factores determinam o crescimento da produtividade? De forma mais intuitiva, em economias de mercado, as empresas buscam aumentar a sua produtividade e eficiência como resposta aos estímulos provenientes da concorrência. Nesse sentido, os ganhos de produtividade são normalmente associados aos esforços das empresas ou sectores de actividade na forma de inovações tecnológicas, investimento em capital e melhorias no processo produtivo com realocação entre unidades produtivas. Um exemplo é a difusão em grande escala das tecnologias de informação e comunicação na economia ao longo do último quarto do século passado. Outro aspecto fundamental é o da relação entre a realocação da mão de obra na economia e o desenvolvimento económico. O deslocamento da força de trabalho entre diferentes ramos de actividade, conhecido na literatura económica como mudança estrutural, gerou transformações importantes e trajetórias diferenciadas entre países em desenvolvimento (McMillan e Rodrik, 2011). A realocação de mão de obra de sectores pouco produtivos para sectores mais eficientes pode fazer com que a produtividade agregada da economia aumente, mesmo que não haja avanços tecnológicos. Ao longo do desenvolvimento das economias, as actividades agrícolas liberaram mão de obra e perderam participação no mercado de trabalho. No que se refere à produtividade, a questão central é: o que ocorreu com a mão de obra liberada da agricultura? Os trabalhadores foram alocados em sectores mais produtivos? Em alguns países as actividades mais modernas e produtivas foram capazes

de absorver a força de trabalho excedente da agricultura e aumentar a produtividade da economia, enquanto em outros, a mão de obra se deslocou para sectores informais de baixa produtividade ou para o desemprego. E a informalidade surge como obstáculo para as micro, pequenas e médias empresas conseguirem aceder a crédito, tecnologia, novos mercados e instrumentos de gestão.

O diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconómicos (Dieese), sublinhou que o Brasil precisa reformular o sector das micro e pequenas empresas, que representa 98% do número total de estabelecimentos produtivos, adiantando que a produtividade deste segmento representa 10% do que registram as grandes empresas. Em países como a Alemanha, por exemplo, essa relação é de 60%.

Na sua perspectiva "...isso é um impedimento estrutural para qualquer estratégia de desenvolvimento produtivo. É preciso considerar ainda o facto de que grande parte dessas micro e pequenas empresas está na informalidade, o que as impede de acessar políticas públicas básicas de acesso a crédito, tecnologias, mercados e instrumentos de gestão", afirmou durante debate no XXI Congresso Brasileiro de Economia, promovido pelo Conselho Federal de Economia (Cofecon), em Curitiba.

Sublinhou ainda que essas empresas que estão na informalidade contratam uma força de trabalho também informal, o que gera uma situação de desproteção laboral e social, impedindo a superação da desigualdade.

Tem havido vários estudos que investigaram os factores que impactam na empresa desempenho. Vários desses factores foram identificados na literatura. Por exemplo, firma a dimensão influencia o desempenho da empresa (Calomiris e Hubbard 1993; Beck et al. 2006). Cassar (2014) conclui que a experiência no sector melhora o desempenho empresarial. Acesso a finanças e status de exportação também são factores importantes que afetam o desempenho da empresa (Gertler e Gilchrist 1993, Manole e Spatareanu 2010).

É necessário avaliar como e por que o grau de formalidade impacta o desempenho das pequenas empresas. Tem havido uma série de estudos que tentaram empiricamente examinar o impacto da formalidade no desempenho. Estimativa de McKenzie e Sakho (2010) o impacto do registro de impostos sobre os lucros das empresas na Bolívia, o país com o maior níveis de informalidade na América Latina. Os autores usam uma pesquisa de micro e pequenas empresas que lhes permite controlar um rico conjunto de medidas de capacidade do proprietário e motivações de negócios que podem afetar os lucros e a decisão de formalização. Eles descobriram que o registro para fins fiscais, ou seja, a formalização fiscal, permite que as empresas de médio porte melhorem a sua performance.

Fainzylber et al. (2011) usando uma extensa pesquisa sobre microempresas brasileiras e a introdução de um esquema de redução e simplificação de impostos para empresas (SIMPLES) encontrar essa formalidade melhora o desempenho da microempresa. As empresas recém-criadas que optam por operar formalmente apresentam níveis mais elevados de receita e lucros, empregam mais trabalhadores e são mais capital intensivo (apenas para as empresas que têm funcionários). O canal através que isso ocorre não é o acesso a crédito ou contratos com empresas maiores. Em vez disso, parece que o menor custo de contratação de mão de obra leva à adoção de técnicas de produção que envolvem uma localização permanente e uma maior força de trabalho remunerada.

Bohme e Thiele (2012) estudaram 6000 empresas informais de seis centros urbanos africanos centros com foco nas ligações anteriores e posteriores dessas empresas ao sector formal. O grau de informalidade das empresas da amostra parece afetar desempenho da empresa apenas indiretamente, por meio de seus vínculos com o sector formal. Estes as empresas não têm os meios financeiros ou as habilidades gerenciais e tecnológicas necessárias para expandir suas actividades. Uma maneira de superar essas restrições é estabelecer links com o sector formal.

Aparicio (2014) constatou que, no México, o programa SARE promulgou uma reforma que incentivou os municípios a simplificar os procedimentos de registro de empresas. O estudo investigou os efeitos da redução dos custos de registro no desempenho da empresa. A questão principal era saber se o registro de uma empresa junto ao governo e autoridades têm quaisquer efeitos sobre os resultados da empresa. A reforma foi considerada como tendo levado a uma maior formalização; no entanto, faltaram dados sobre os resultados de outras empresas. [https://www.oecd.org/fr/industrie/tourisme/MEXICO%20TOURISM%20POLICY%20REVIEW\\_EVALUATION%20ET%20RECOMMANDATIONS\\_FRE.pdf](https://www.oecd.org/fr/industrie/tourisme/MEXICO%20TOURISM%20POLICY%20REVIEW_EVALUATION%20ET%20RECOMMANDATIONS_FRE.pdf)

O canal de crédito pode ser uma das explicações potenciais de por que as empresas formais têm melhor desempenho do que as informais. La Porta e Shleifer (2014) apontam que as pesquisas do Banco Mundial sobre empresas concluíram que os maiores obstáculos percebidos para fazer negócios relatados por empresas formais e informais é a falta de acesso ao financiamento. Da mesma forma, Koeda e Dabla-Norris (2008), baseados em dados do nível da empresa em economias em transição, verificaram que a informalidade está forte e significativamente associada com menor acesso e uso de crédito bancário. No caso da Tanzânia também, Matlary (2012) observou que as empresas licenciadas experimentam um maior crescimento das vendas do que informais. O que se deve, principalmente, ao melhor acesso ao crédito e por meio de contratos com o governo.

De acordo com o estudo De Vletter (2002), o sector informal em Angola é definido como o sector de microempresas urbanas que compreende todos os tipos de actividades geradoras de rendimento, variando de trabalho autónomo a pequenas unidades de produção ou serviços (menos de 10 funcionários). A maioria dessas actividades são realizadas por conta própria e são essencialmente de uma natureza comercial.

Embora o estudo comece definindo actividades do sector informal como aquelas realizadas sem licença, as limitações desta definição são rapidamente reconhecidas. vendedores de rua realmente tem uma forma de autorização de trabalho, embora esta seja não entregue pelas autoridades provinciais ou municipais, como é o caso das empresas do sector formal. O estudo então testa se é capaz de definir o sector informal como um não abrangidos por regulamentos fiscais. Conclui que este não é uma abordagem adequada também, uma vez que a evasão fiscal em geral empresas é comum, enquanto os vendedores informais pagam impostos municipais diariamente. Por último, o estudo analisa os níveis de investimento no sector informal, a fim de ver se um nível baixo pode ser considerado uma característica distintiva em comparação com as empresas formais. Conclui que o investimento no sector informal varia de \$ 20 a \$ 1 milhão, e queportanto, não é apropriado incluir neste sector empresas que investem mais de \$ 5.000.

O estudo finalmente usa os seguintes elementos para diferenciar entre os sectores informal e formal: meios de acesso ao crédito, respeito à legislação, a forma como empresas usam serviços de suporte e, por último, seu treinamento e requisitos de habilidades.

#### 1.2.4.6 Dimensão da economia informal

Não existe informação estatística robusta sobre a quantificação da informalidade quer em termos da sua contribuição para a sobrevivência dos grupos vulneráveis, quer em termos do seu output económico ou da sua importância relativa no conjunto da força de trabalho empregada. Trata-se de uma tarefa muito complexa, envolvendo um debate conceptual e metodológico e uma abordagem transversal, que estão por fazer. Manda a prudência que todos os dados disponíveis sejam tratados com precaução. Uma coisa é certa: o peso da economia informal é enorme, mesmo no contexto da Africa Subsariana, e não tem vindo a diminuir apesar dos esforços do programa PREI, lançado em 2014 por decreto presidencial.

De acordo com o relatório de desenvolvimento humano do PNUD, as principais razões para o ingresso no sector informal em Angola são o crescimento demográfico na zona urbana, o elevado nível de desemprego, a baixa taxa de literacia e o baixo salário real.

O PDN 2018-2022 estimou um peso da informalidade na economia nacional superior a 40% sendo ela “determinante para 75% da população do País”. Ele inclui um programa de reconversão cujo objetivo primeiro é o de “definir e implementar uma resposta integrada à informalidade da economia, capaz de produzir mudanças estruturais a médio prazo, com base no conhecimento abrangente do fenómeno”. Inquéritos em curso no âmbito do INE poderão fornecer melhor informação estatística. Por seu lado, o Ministério do Comércio, elaborou, em 2017, uma “Visão sobre reconversão do comércio informal”.

Vários interlocutores e agências das Nações Unidas sublinham a importância de se assegurar uma maior sinergia e pertinência dos esforços em curso, o que seria facilitado por um estudo analítico transversal sobre a dinâmica da informalidade em Angola.

Medina, L; Scheneider, F. (2019), através do método econométrico MIMIC estimara um valor médio de 44,5% para a relação economia informal/PIB no caso angolano, no período entre 1991 e 2017.

A terceira edição da publicação **Women and men in the informal economy: a statistical picture (2018)** evidencia, entre outras, as seguintes constatações: o **emprego informal desempenha um papel significativo no mercado de trabalho global**, representando 61,2% da população mundial empregada (dois mil milhões de trabalhadores); 50% da população empregada mundial trabalha informalmente em actividades não agrícolas; o nível e as características da informalidade são diferentes por região. **O emprego informal é a principal fonte de emprego para a África**, onde sua participação atinge 85,8% e 71,9% do emprego excluindo a agricultura; **existe uma correlação positiva entre o nível de desenvolvimento socio-económico dos países e o respectivo grau de formalidade no mercado de trabalho**, reflectida no facto de os países emergentes e em desenvolvimento apresentarem taxas substancialmente mais altas de informalidade do que os países desenvolvidos.

Neste estudo, Angola, que surge incluída no grupo de países emergentes de rendimento médio-baixo (aqueles em que o rendimento per capita se situa no intervalo entre \$ 1.006 a \$ 3.955), integra a região da África Central, a que pertencem também os Camarões República Centro-Africana, Chade, República do Congo. R.D. Congo, República Democrática da Guiné Equatorial, Gabão e S.ão Tomé e Príncipe. Registe-se que é a primeira vez que dados sobre Angola são incluídos nesta publicação, dela tendo estado ausente nas edições de 2002 e 2013.

Em termos comparativos, de acordo com os dados estatísticos, Angola apresenta uma percentagem de emprego informal no emprego total (94,1%) superior à dos diversos blocos considerados: África Central (91%), SADC (77%), África Subshareana (89,2%) e África (85,8%). O diferencial mais relevante (17,1%) ocorre em relação à SADC, relativamente à qual o relatório apresenta os dados de apenas 8 países, em que se destacam os percentuais do Botswana (65,6%) e da África do Sul (34%). No que se refere ao emprego informal em unidades económicas informais, o registo de Angola (77,1%) apenas supera o da SADC (64,8%), sendo inferior ao dos outros blocos considerados para efeitos de comparação: África Central (83,5%), África Subshareana (79,2%) e África (76,0%). O Chade apresenta o maior valor percentual (92%) por contraste com a África do Sul onde o valor percentual é o mais reduzido entre os países cujos dados são apresentados pela OIT (21,8%).

A percentagem angolana de emprego informal no emprego no sector formal (16,5%) revela um registo substancialmente superior à dos diversos blocos considerados: África Central (6,9%), SADC (6,1%), África Subshareana (5,0%) e África (5,5%). Nesta categoria o registo nacional só é superado pela R. Congo (25,9%) e a Zâmbia é o país que evidencia o menor valor (2,9%). Finalmente no item do trabalho informal nos domicílios, o percentual angolano (0,5%) é ligeiramente inferior à média da África Central e da África Subshareana (ambas com 0,6%) enquanto África e a SADC apresentam os percentuais mais elevados (4,3% e 6,2%, respectivamente). Sublinhe-se o expressivo valor percentual da Namíbia (14,6%) por oposição ao que é apresentado pela Tanzânia (2,3%).

► Quadro 3 – Percentagem do Emprego Informal

|                    | Emprego Informal no Emprego Total | Emprego informal nas Unidades Económicas Informais | Emprego informal no Sector Formal | Emprego informal nos Domicílios |
|--------------------|-----------------------------------|----------------------------------------------------|-----------------------------------|---------------------------------|
| Angola             | 94,1                              | 77,1                                               | 16,5                              | 0,5                             |
| Camarões           | 90,9                              | 83,7                                               | 6,4                               | 0,0                             |
| Chade              | 94,0                              | 92,0                                               | 2,0                               | 0,0                             |
| R. Congo           | 85,3                              | 56,9                                               | 25,9                              | 2,0                             |
| R.D. Congo         | 91,9                              | 88,2                                               | 3,7                               | 0,0                             |
| África Central     | 91,0                              | 83,5                                               | 6,9                               | 0,6                             |
| Madagascar         | 93,6                              | 83,6                                               | 4,1                               | 5,9                             |
| Malawi             | 83,0                              | 74,1                                               | 4,6                               | 4,3                             |
| Tanzania           | 90,6                              | 83,5                                               | 4,9                               | 2,3                             |
| Zâmbia             | 87,9                              | 79,0                                               | 2,9                               | 6,1                             |
| Botswana           | 65,6                              | 52,1                                               | 5,2                               | 8,3                             |
| Namíbia            | 67,0                              | 46,8                                               | 5,6                               | 14,6                            |
| África do Sul      | 34,0                              | 21,8                                               | 4,8                               | 7,4                             |
| SADC               | 77                                | 64,8                                               | 6,1                               | 6,2                             |
| Sub-Saharan Africa | 89,2                              | 79,2                                               | 5,0                               | 0,6                             |
| Africa             | 85,8                              | 76,0                                               | 5,5                               | 4,3                             |

Fonte: OIT. Women and men in the informal economy: a statistical picture (2018).

Em Angola, a percentagem de pessoas economicamente activas, em actividades informais, foi de 72,4% no período em análise, apresentando o valor mais elevado entre as pessoas com 25-64 anos (IDREA 2018)

A população angolana é maioritariamente jovem e os dados mostram que é um dos seguimentos mais afectados. Assim a informalidade no trabalho na juventude é um desafio a ter em atenção nos Programas de Desenvolvimento do país. No período em análise cerca de 69% dos jovens com 15-24 anos tinham emprego informal.

#### 1.2.4.7 A importância da presença de mulheres e jovens em actividades informais

Para Angola, a taxa de participação do emprego informal no emprego total surge estimada em **94,1%**, enquanto a taxa de participação do emprego informal no emprego não-agrícola foi fixada em **89,5%**.

Relativamente à participação no emprego total, o emprego informal em unidades económicas informais cifra-se em **77,1%**, o emprego informal no sector formal (incluindo unidades do governo e instituições sem fins lucrativos) situa-se em **16,5%** enquanto o emprego informal em domicílios (como trabalhadores domésticos remunerados ou trabalhadores por conta própria que produzem bens exclusivamente para uso final próprio por suas famílias) absorve apenas **0,5%**.

Um olhar mais detalhado revela uma maior presença das mulheres face aos homens no emprego informal em unidades económicas informais (86,1% e 68,6%, respectivamente) enquanto os homens prevalecem face as mulheres no emprego informal no sector formal (24,1% e 8,5%, respectivamente).

O emprego informal em unidades económicas informais ocorre maioritariamente nas áreas rurais (91,6% contra 61,1% em áreas urbanas) enquanto o emprego informal no sector formal é mais revelante no contexto urbano (27,5% contra 6,6% nas áreas rurais).

Quanto ao emprego informal nos domicílios emerge como uma actividade praticada maioritariamente pelas mulheres das áreas urbanas.

#### ► Quadro 4 – Taxa de participação do emprego informal no emprego total

| Taxa de participação do emprego informal no emprego total (%) |          |                |               |                                           |          |                |               |                                       |          |                |               |
|---------------------------------------------------------------|----------|----------------|---------------|-------------------------------------------|----------|----------------|---------------|---------------------------------------|----------|----------------|---------------|
| Emprego informal em unidades económicas informais (EI /UEI)   |          |                |               | Emprego informal no sector formal (EI/SF) |          |                |               | Emprego informal em domicílios (EI/D) |          |                |               |
| Homens                                                        | Mulheres | Zones urbaines | Zones rurales | Homens                                    | Mulheres | Zones urbaines | Zones rurales | Homens                                | Mulheres | Zones urbaines | Zones rurales |
| 68,6                                                          | 86,1     | 61,1           | 91,6          | 24,1                                      | 8,5      | 27,5           | 6,6           | 0,1                                   | 0,8      | 0,8            | 0,2           |

Fonte: OIT. Women and men in the informal economy: a statistical picture (2018).

A participação do emprego informal no emprego total por status no emprego contribui para identificar os trabalhadores mais expostos ao emprego informal, constituindo uma informação relevante quando se trata de desenhar políticas públicas.

Os trabalhadores informais por conta de outrem concentram-se maioritariamente no emprego informal no sector formal enquanto os empregadores (96,4%) e os trabalhadores por conta própria (99,6%) estão, na totalidade, ocupados em trabalho informal nas unidades económicas informais. No que respeita ao emprego total, dos 82,1% de empregados informais, 51,6% exercem actividade no sector formal, 29% nas unidades económicas informais e 1,5% nos domicílios. Já no caso dos trabalhadores familiares contribuintes, 91,5% estão ocupados em unidades económicas informais e 8,5% trabalham no sector formal.

## ► Quadro 5 – Peso relativo do emprego informal

| Emprego informal em % do emprego total |       |                                                    |                                   |                                 |
|----------------------------------------|-------|----------------------------------------------------|-----------------------------------|---------------------------------|
|                                        | Total | Emprego Informal nas Unidades Económicas Informais | Emprego informal no sector formal | Emprego informal nos Domicílios |
| Empregados                             | 82,1  | 29,0                                               | 51,6                              | 1,5                             |
| Empregadores                           | 96,4  | 96,4                                               |                                   | 0,0                             |
| Trabalhadores por conta própria        | 99,6  | 99,6                                               |                                   | 0,0                             |
| Trabalhadores familiares contribuintes | 100   | 91,5                                               | 8,5                               | 0,0                             |

Fonte: OIT. Women and men in the informal economy: a statistical picture (2018).

Analisando a composição por status no emprego informal, em comparação com o emprego formal, constata-se que no primeiro caso prevalecem os trabalhadores por conta própria (48,0%) e os empregados (42,1%) enquanto no segundo, os trabalhadores por conta de outrem cobrem a quase totalidade do universo (97,5%). Em relação aos empregadores estão relativamente mais presentes no segmento informal (1,7%) do que no segmento formal do mercado de trabalho (0,7%).

## ► Quadro 6 – Emprego informal e formal por condição no trabalho

|                                        | Emprego informal em % do emprego total |        |          | Emprego formal em % do emprego total |        |          |
|----------------------------------------|----------------------------------------|--------|----------|--------------------------------------|--------|----------|
|                                        | Total                                  | Homens | Mulheres | Total                                | Homens | Mulheres |
| Empregados                             | 42,1                                   | 51,1   | 30,7     | 97,5                                 | 95,9   | 99,3     |
| Empregadores                           | 1,7                                    | 2,0    | 1,4      | 0,7                                  | 1,0    | 0,1      |
| Trabalhadores por conta própria        | 48,0                                   | 41,1   | 56,7     | 1,8                                  | 3,1    | 0,5      |
| Trabalhadores familiares contribuintes | 8,2                                    | 5,8    | 11,3     | 0,0                                  | 0,0    | 0,0      |

Fonte: OIT. Women and men in the informal economy: a statistical picture (2018).

De acordo com os dados da OIT, a participação do emprego informal por sectores de actividade é mais expressiva na agricultura (99,4%), do que nos serviços (90,2%) e na indústria (85,1%). Os homens surgem mais representados na agricultura e na indústria enquanto as mulheres são maioritárias nos serviços.

► **Quadro 7 – Peso relativo do emprego informal por sector de actividade**

|                    | Emprego informal em % do emprego total |        |          |
|--------------------|----------------------------------------|--------|----------|
|                    | Total                                  | Homens | Mulheres |
| <b>Agricultura</b> | 99,4                                   | 99,6   | 99,2     |
| <b>Indústria</b>   | 85,1                                   | 86,5   | 68,2     |
| <b>Serviços</b>    | 90,2                                   | 88,7   | 91,8     |
| <b>Total</b>       | 94,1                                   | 92,8   | 95,4     |

Fonte: OIT. Women and men in the informal economy: a statistical picture (2018).

A repartição por sexo do emprego sectorial assume contornos diferentes em função do sector de actividade: maior presença dos homens no emprego informal na agricultura e maior presença no emprego informal das mulheres na indústria e nos serviços; no segmento formal, as mulheres são maioritárias na agricultura e nos serviços enquanto os homens apresentam maior participação na indústria.

► **Quadro 8 – Peso relativo do emprego formal e informal, por sexo e sector de actividade**

|                    | Emprego informal em % do emprego total |        |          | Emprego formal em % do emprego total |        |          |
|--------------------|----------------------------------------|--------|----------|--------------------------------------|--------|----------|
|                    | Total                                  | Homens | Mulheres | Total                                | Homens | Mulheres |
| <b>Agricultura</b> | 45,6                                   | 46,9   | 2,9      | 4,2                                  | 2,9    | 4,9      |
| <b>Indústria</b>   | 11,6                                   | 16,7   | 35,0     | 29,3                                 | 35,0   | 30,5     |
| <b>Serviços</b>    | 42,8                                   | 36,4   | 62,2     | 66,5                                 | 62,2   | 64,6     |

Fonte: OIT. Women and men in the informal economy: a statistical picture (2018).

No plano estratégico de transição da economia informal para a formal até 2025, o Ministério da Economia e Planeamento, refere-se a um percentual de **72,6%** dos operadores económicos a actuar fora do circuito formal, segmento que movimenta anualmente entre **43 a 64 mil milhões de dólares**.

De acordo com a mesma fonte, a economia informal em Angola representa um peso à volta de **40 a 60% do PIB** e tem maior incidência nos sectores da agricultura, comércio, pescas, prestação de serviços e no sector industrial.

Medina & Scheneider (2019), com base num modelo de abordagem MIMIC (múltiplos indicadores e múltiplas causas) calcularam para Angola um valor médio de **44,5%** da economia não oficial em relação ao PIB, no período entre 1991 e 2017.

No final de 2019, o Relatório Anual do INE referia-se a 7.393.883 informais (74,5%) de um total de 9.924.675 angolanos com trabalho. Ainda segundo o INE, no Inquérito sobre o Emprego do II trimestre de 2020, o percentual de angolanos com ocupação informal cifrava-se em 80.1% de um universo de 9.751.457 pessoas com ocupação, o que correspondia a 7.808.817 activos informais, dos quais 3.349.652 homens e 4.459.165 mulheres. A análise dos dados demonstrou que a taxa de emprego informal é bem maior na área rural que na área urbana (93,5% e 63,4%, respectivamente, sendo também maior entre as mulheres (89,3%) do que entre os homens (70,4%).

O mesmo inquérito relativo ao IV trimestre de 2020 reporta **80,8%** de emprego informal num total de 10.749.488 indivíduos activos, o que corresponde a um valor absoluto de **8.685.676 trabalhadores informais**. Ou seja, como consequência do acentuar da crise económica e sob o impacto da COVID-19, o número de angolanos a encontrar a sua fonte de sobrevivência na informalidade cresceu **17,47%** em 2020, o que em valores absolutos significa que 1.291.793 ingressaram na informalidade, dos quais 884.510 entre o II e o IV trimestres do ano transacto (um crescimento de **11,34%**). Entre os 8.685. 676, encontram-se **3.783. 121 homens** e **4.902.555 mulheres**. A taxa de emprego informal continua maior na área rural que na área urbana (**93,3%** e **67,5%**) respectivamente, do mesmo modo que entre as mulheres (**90,3%**) face aos homens (**70,1%**). No sector não agrícola é o grupo etário com 15-24 anos que apresenta a taxa de informalidade mais alta (**77,1%**) em relação a outros grupos etários enquanto, comparativamente aos homens, as mulheres apresentam uma taxa significativamente superior (**79,5%** contra **43,7%**).

Do total (10.749.488) da população que trabalha, formal e informal, **56,1%** encontra-se no sector da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (6.034.744 pessoas), seguindo-se o comércio por grosso e a retalho com **19,4%** (2.087.546 pessoas). Transportes, armazenagem, alojamento e comunicação (**4,2%**), Indústria, energia e água (**3,6%**) e Construção (**2,8%**) completam o grupo dos 5 principais sectores de actividade onde os níveis de informalização são elevados.

### 1.3 Iniciativas internacionais para formalizar a economia informal

A Recomendação nº 204 da OIT defende uma abordagem prática para alcançar um trabalho decente para todos e promover o desenvolvimento inclusivo. Coloca ênfase nas estratégias integradas para facilitar a transição para a economia formal, criar novos empregos formais e evitar maior informalidade, reconhecendo o papel crucial das estatísticas para subsidiar a qualidade dos processos políticos. Nesse sentido, incentiva os Estados membros a realizar uma avaliação e um diagnóstico adequados de factores, características, causas e circunstâncias da informalidade no contexto nacional para informar e alicerçar o desenho e implementação de leis e regulamentos, políticas e outras medidas que visam facilitar a transição para a economia formal. A OIT, na parte IV da Recomendação nº 204, recomenda a inclusão da transição para a formalidade como um objetivo central nas políticas nacionais de emprego em paralelo com a criação de empregos de qualidade na economia formal, aconselhando os Estados-Membros a formular e implementar políticas nacionais de emprego, em consonância com a Convenção sobre a Política de Emprego, 1964 (Nº 122), que estatui fazer do emprego livremente escolhido, pleno, decente e produtivo, um objetivo central das estratégias ou planos nacionais de desenvolvimento e crescimento. Experiências com sucesso, mais ou menos significativas, em outras latitudes apontam caminhos que merecem ser conhecidos para, com os indispensáveis ajustamentos, poderem ser replicadas. Apenas a título de exemplo, a experiência dos últimos anos dos Países Latino-Americanos e do Caribe evidencia que o crescimento económico é condição essencial mas não suficiente para gerar mais e melhores empregos. Políticas e acções económicas, sociais e laborais direccionadas e integradas complementaram os efeitos positivos do crescimento económico, em ordem à redução da informalidade. As políticas implementadas em vários países foram decisivas para os progressos alcançados em matéria de formalização, que se desenrolaram de forma desigual nos diferentes países. Em 2013, o Escritório Regional da OIT para a América Latina e o Caribe lançou o Programa para a Promoção da Formalização na América Latina e no Caribe (FORLAC) que integra três componentes: a) geração e disseminação de conhecimento sobre políticas de formalização, b) assistência técnica a países específicos e c) capacitação de organizações de trabalhadores e empregadores em questões de formalização. E no âmbito da realização do primeiro componente têm vindo a ser publicadas as Notas do ILO FORLAC onde têm sido apresentadas as experiências

de políticas públicas ensaiadas, a partir das quais tem vindo a ser construída uma abordagem integrada baseada em intervenções orientadas para o aumento da produtividade, para a reforma, adaptação e simplificação do quadro jurídico-normativo, na introdução de incentivos à formalização e no fortalecimento da capacidade de gestão e da capacidade institucional dos organismos relacionados com as questões do trabalho e da segurança social (ILO, 2014c).

O aumento do número de empresas formais pode ter um impacto positivo na economia, incrementando a produtividade de trabalhadores e empresas. Além disso, as empresas recém-formalizadas expandirão a base tributária, criando assim uma fonte mais diversificada de recursos para o governo melhorar os serviços públicos. A longo prazo, este aumento nas empresas registadas também pode inspirar uma cultura de apreciação e respeito pelo Estado de Direito (Loayza, 2018). Não é de surpreender que os governos tenham lançado iniciativas para incentivar as empresas informais a formalizar. Muitas vezes, estas iniciativas partem de uma premissa de que os regulamentos onerosos foram um desincentivo à formalização (De Soto, 1989). No entanto, as evidências disponíveis variam no tocante ao impacto destas estratégias no desempenho das empresas (Benhassine et al., 2018; Campos et al., 2018).

Nas várias estratégias adoptadas pelos Governos para lidar com a economia não oficial, alguns conjuntos de medidas convergentes merecem ser destacados:

- Diminuir a barreira de entrada para a formalização (em termos de redução da complexidade dos procedimentos de registo e dos seus custos);
- Facilitar o microfinanciamento e o acesso geral ao sector bancário pelo grupo de MPME;
- E reduzir a carga fiscal indevida da tributação por meio de políticas fiscais combinadas e medidas de reforma no domínio da administração fiscal.

Muitos governos facilitaram os requisitos de entrada para incentivar a formalização. A redução das formalidades de registo levou a um aumento no número de empresas registadas na Colômbia e no México em cerca de 5% (Bruhn M., 2011); (Kaplan, Piedra, & Seira, 2011); mas, em geral, os esforços para simplificar o registo não tiveram impacto na formalização (Bruhn & McKenzie, 2014). Um programa no Malawi ofereceu assistência gratuita para o registo de empresas e 75% das empresas que receberam esta assistência registaram-se, embora poucas optassem pelo registo tributário (o registo de empresas e o tributário são separados no Malawi). De acordo com o estudo, não há indicações de que tais registos afectem o desempenho das empresas (Campos, Goldstein, & McKenzie, 2018). No Benin, onde a opção do registo tributário separado não estava disponível, o resultado de um programa que fornecia às empresas informações sobre os benefícios de se registarem foi mais modesto em termos de percentagem de empresas formalizadas, sugerindo que as empresas consideram os custos de operação no sector formal, incluindo o pagamento de impostos, quando se trata de decidir sobre a formalização (Benhassine, McKenzie, Pouliquen, & Santini, 2018).

As intervenções que conjugam a facilitação do registo com outros incentivos tiveram melhores respostas em termos de resultados de cada empresa. Foi o que aconteceu no Malawi quando foram oferecidas sessões de esclarecimento sobre questões bancárias e contas empresariais, o aumento do acesso a serviços financeiros levou a aumentos nas vendas em 20% e nos lucros em 15% (Campos, Goldstein, & McKenzie, 2018). No caso do Benin, uma intervenção focada em visitas informativas e aconselhamento sobre como lidar com a burocracia, conjugada com formação empresarial e auxílio para abertura de conta bancária, além de ajuda a navegar no sistema tributário, aumentou as taxas de registo de empresas em 16,3 pontos percentuais, em comparação com 9,6 pontos percentuais com apenas visitas informativas e aconselhamento (Benhassine, McKenzie, Pouliquen, & Santini, 2018). No entanto, estas empresas não parecem beneficiar-se muito da formalização, e o custo do pacote de formalização foi significativo (entre US\$ 1.200 a 2.200 por empresa formalizada), levantando questões relativas ao custobenefício deste tipo de intervenção.

Os efeitos positivos sobre a formalização decorrentes da diminuição dos custos iniciais de registo podem não durar. Na Colômbia, uma intervenção que oferece reuniões com agentes da câmara do comércio, além da redução nas taxas de registo e isenção de impostos no primeiro ano levadas a cabo pelo governo, resultou em um aumento de 32% na formalização entre as empresas que aceitaram o convite para a reunião. No entanto, o efeito desapareceu após o primeiro ano, pois muitas empresas decidiram

não renovar as suas licenças (Galiani, Melendez, & Navajas, 2015). De igual modo, no Peru, a oferta de uma licença operacional simplificada teve forte aceitação (aumento de 43% nos registos), mas muitas empresas decidiram não renovar a licença após um ano (Mullainathan & Schnabl, 2010).

As estratégias de formalização tiveram resultados mais positivos entre uma tipologia de empresas informais que compartilha características com empresas formais. No caso do Benin, a taxa de formalização foi quase o dobro para essas empresas (Benhassine, McKenzie, Pouliquen, & Santini, 2018). Embora, em média, as empresas informais possuam características diferentes (por exemplo, experiência, habilidades, qualificação e mentalidade dos proprietários) das formais (La Porta & Schleifer, 2014), um subconjunto de empresas informais procede tendo como referência as empresas formais ou compartilha as mesmas características. Estas empresas informais de elevado desempenho ou potencial podem beneficiar-se da formalização e de outras políticas de apoio às PME. Em Moçambique, estas empresas representam cerca de 8% das empresas informais (Aga, Campos, Conconi, Davies, & Geginat, 2019).

Por outro lado, os empreendedores informais, motivados pela falta de oportunidades de emprego assalariado, podem não expandir os seus negócios, mesmo com incentivos para formalizar. Nesse caso, o governo pode focar-se em políticas que incentivem a criação de empregos, contribuindo assim para reduzir o sector informal, em vez de abordagens com o objectivo de formalizar estas empresas.

A crescente disponibilidade de tecnologia digital nos países em desenvolvimento também têm sido usadas para incentivar a formalização. As estratégias de inclusão financeira que fornecem acesso a serviços digitais também podem incorporar uma estratégia de formalização, e pode-se conseguir isso através de programas que facilitam o registo de empresas online ou por telefone celular, desde que estas tecnologias estejam amplamente disponíveis. Ao mesmo tempo, o uso da tecnologia para permitir o registo de empresas e outras operações financeiras, como pagamentos de salários e gestão de contas bancárias, deve ser conjugado com acções de formação intensivas. Isto irá garantir que o público-alvo entenda completamente como usar adequadamente estes serviços digitais e também destacará os benefícios e como estes serviços podem ser usados para fins comerciais. Além disso, as transacções financeiras digitais também aumentam a capacidade de monitoramento por parte dos governos (Klapper, Miller, & Hess, 2019).

Os países que passaram por reformas tributárias para simplificar o pagamento de impostos, especialmente para as PME, também têm registado aumentos consideráveis na formalização (Klapper, Miller, & Hess, 2019).

## 1.4 Principais efeitos do COVID-19 nas actividades informais

No caso de Angola a pandemia veio amplificar os sintomas recessivos que a economia angolana tem vindo a apresentar e que se agravaram pela tendência decrescente do preço do barril de petróleo Brent, ao longo das últimas semanas, justificada pela redução da procura global determinada pelo COVID-19 mas também pelo conflito comercial entre a Arábia Saudita e a Rússia. Sem esquecer o impacto negativo que se está já a verificar na procura interna, em função das exigências de não exposição ao vírus e das alterações no comportamento dos consumidores daí resultantes. Sectores como o petrolífero, a indústria transformadora, os transportes e logística, o comércio a retalho, a hotelaria e restauração, que são mais vulneráveis aos efeitos da redução da procura global e do distanciamento social, estão já a sofrer o impacto da crise da pandemia, sendo expectáveis a contracção do PIB, o aumento do déficit público, o aumento do desemprego, a desvalorização cambial e o aumento da taxa de inflação. Mesmo nos países mais desenvolvidos e estruturados tem cabido ao Estado a assumpção da responsabilidade primacial na resposta política ao contexto de crise, mobilizando os instrumentos da política orçamental para reforçar os recursos no sector da saúde, para aumentar os apoios sociais para grupos mais vulneráveis e providenciar suporte temporário a empresas com dificuldades financeiras, com o objectivo de restaurar a confiança dos cidadãos, consumidores e empresas na economia. Em Angola, onde as instituições são frágeis, onde o Estado está descapitalizado e endividado, onde a maioria da população, pobre e vulnerável, sobrevive sem mecanismos de protecção institucional num ambiente de elevada incerteza e

volatilidade e em que a informação é imperfeita, o que vale por dizer que é, muitas vezes, escassa e de qualidade duvidosa, as opções dos decisores económicos ficam bastante mais condicionadas.

Num primeiro momento a decisão governamental cingiu-se à proibição de entrada em território angolano, de todas as pessoas provenientes dos países mais afectados com a epidemia, como eram os casos da República Popular da China, Coreia do Sul, Irão e Itália. A decisão foi tomada pela Ministério da Saúde, através de um decreto, que foi justificado pela necessidade da prevenção da expansão do coronavírus no país. Posteriormente, o número de países foi sendo actualizado até ter sido determinado o encerramento geral das fronteiras. Num segundo momento, o PR decretou o Estado de Emergência, por um período de 15 dias, onde se estabeleceram restrições à mobilidade e às actividades económicas como forma de promover o distanciamento social.

De entre as diversas restrições fixadas pelo Estado de Emergência, destacam-se as que impactam de forma mais directa sobre as actividades informais:

- Nos mercados públicos, formais e informais, só é autorizado o funcionamento da parte da comida, bebida, gás butano, produtos de higiene, limpeza e cosméticos, no período das 6 horas às 13 horas;
- Os mercados formais ou informais podem ser encerrados pelas autoridades sanitárias sempre que se verificar a possibilidade de alto risco de contágio sanitário.

Na sequência da renovação do Estado de Emergência por um novo período de 15 dias, verificouse um ajustamento em relação à permissão de funcionamento dos mercados e à venda ambulante: as novas regras para os mercados determinam o seu funcionamento três dias por semana – à terça, quinta-feira e ao sábado – mantendo-se o horário de funcionamento, que é das 6h às 13h. Estes princípios valem igualmente para a venda ambulante.

Para compensar a perda de rendimentos associada às restrições decorrentes do Estado de Emergência e ao contexto de crise, foi acelerada a criação de um Programa de Transferências Monetárias, no âmbito do Programa de Fortalecimento da Protecção Social em Angola, cuja fase piloto está projectada para começar em Maio deste ano e que se prevê beneficiar, com 8.500 kwanzas, cada uma das 1.608.000 (um milhão e seiscentos e oito mil) famílias identificadas no inquérito sobre pobreza multidimensional nos municípios, realizado em 2018. Para já, os municípios do Nzeto (Zaire), Cambundi Catembo (Malanje), Cacula (Huíla), Cuito Cuanavale (Cuando Cubango) e Ombadja (Cunene), irão beneficiar do programa, na fase piloto. As famílias daqueles municípios poderão ter este benefício social durante 12 meses. A previsão é que sejam beneficiadas, até 31 de Dezembro de 2020, 300 mil famílias, incluindo as cinco mil da fase piloto. Na sua formulação inicial o programa estava desenhado apenas para atender famílias pobres monetariamente, mas está em curso um processo de ajustamento ao programa, para alargar os benefícios a outros grupos vulneráveis como os idosos, portadores de VIH-Sida e de outras doenças e para reajustar também os valores previstos.

Uma outra iniciativa, oriunda do Ministério da Acção Social, Família e Igualdade no Género é a distribuição, em alguns municípios, a conjuntos de famílias, de uma cesta básica para suprir as suas dificuldades alimentares, que é constituída por arroz, feijão, açúcar, sal, massa e óleo alimentar. Além da cesta básica, estão a ser entregues a cada família, produtos de higiene, como lixívia e sabão para que estas possam observar as medidas preventivas sobre o coronavírus (COVID-19), para evitar o contágio.

Depois do Estado de Emergência foi accionado o Estado de Calamidade que já foi prolongado por oito vezes, tendo-se oscilado entre situações de aligeiramento e agravamento das medidas.

Na sua penúltima versão, que vigorou até 10 de Janeiro de 2021, foi determinado que os mercados públicos e a venda ambulante podiam funcionar de terça-feira a sábado (cinco dias por semana), entre as 06 às 15 horas, tal como a venda ambulante individual. O exercício da actividade comercial de bens e serviços em geral, incluindo nas cantinas e similares, passou a poder ser realizado todos os dias, no período entre às 7h00 às 21h00 enquanto os restaurantes e similares passaram a funcionar, para atendimento no local, entre às 6h00 às 21h00, com uma ocupação que não deve exceder 50% da sua capacidade, devendo ser asseguradas as regras de biossegurança e de distanciamento físico entre os clientes, permitindo quatro pessoas por cada mesa. Os serviços de take-away e de entregas ao domicílio puderam funcionar todos os dias entre às 6h00 às 22h00.

Os serviços públicos funcionaram, em todo território nacional, no período das 8h00 às 15h00, com a presença de 50% da força de trabalho enquanto os serviços administrativos do sector privado funcionaram entre às 6h00 às 16h00, igualmente com 50% da força de trabalho.

O alargamento do horário das agências bancárias, que passaram a funcionar até 17 horas, com uma força de trabalho de 75 por cento, a partir do dia 21 a 31 deste mês, também constou das novas medidas.

Ficou determinado que ambos os serviços (público e privado) devem, sempre que possível, privilegiar o teletrabalho ou outros mecanismos para a prestação da actividade laboral de forma remota.

O decreto abriu excepções aos serviços portuários e aeroportuários e conexos, às delegações aduaneiras, órgãos de defesa e segurança, serviços de saúde e de comunicações electrónicas, órgãos de comunicação social, serviços de energia e águas e também os de recolha de resíduos, que puderam operar com a totalidade da força de trabalho.

Os transportes colectivos urbanos e interurbanos de passageiros, públicos e privados, passaram a poder funcionar com até 75% da sua lotação máxima.

Ao contrário de países como o Brasil ou Cabo Verde que definiram medidas de apoio directo, através de transferências monetárias, para os trabalhadores informais (no caso de Cabo Verde também através de apoio alimentar), em Angola, de acordo com os responsáveis está em estudo a disponibilização de recursos financeiros para micro-crédito como forma de incentivar a conversão do mercado informal para formal, sendo o momento actual considerado adequado para reestruturar e acelerar a formalização das actividades informais.

Na sua Folha de Informação rápida sobre o Emprego, relativa ao IV trimestre de 2020, o INE refere que os indicadores sobre o mercado de trabalho mostram algumas evidências marcadas pelo impacto da Pandemia COVID-19. O INE explica que, na actual situação, pessoas nos trimestres anteriores classificadas como desempregadas e pessoas que efectivamente perderam os seus empregos devido à pandemia COVID-19 podem, neste trimestre, ser classificadas como inactivas. A não disponibilidade para começar a trabalhar, por motivos relacionados com a pandemia, pode ter levado ao acréscimo da população inactiva.

Sem preocupação de ser exaustivo, elencam-se alguns dos efeitos imediatos que as medidas tomadas têm provocado sobre o funcionamento das actividades e o acesso aos rendimentos pelos operadores informais. Um dos exemplos mais significantes foi a paralisação total de algumas actividades durante o Estado de Emergência, como é o caso dos mototaxistas (que em Angola é a ocupação produtiva de muitas dezenas de milhar de jovens) e dos comerciantes que negociam no comércio transfronteiriço. O que também sucede com alguns dos comerciantes de alguns dos mercados que foram encerrados e que não têm possibilidades de deslocar a sua actividade para outras áreas.

A generalidade dos negócios do sector informal, mesmo daqueles que continuam a funcionar sob algumas restrições, como é o caso do comércio em alguns mercados e da venda ambulante, confronta-se com uma redução de clientes por causa da pandemia. O confinamento e o distanciamento social, associados à redução dos horários de funcionamento, impelem os clientes a evitar os mercados informais, sobretudo aqueles que registam maiores aglomerados populacionais. Pelo que a procura dos seus bens tem diminuído e os bens armazenados poderão ser desperdiçados. A montante, as empresas que abastecem o sector informal confrontam-se, dependendo do tempo que as medidas durarem, com maiores dificuldades e maiores custos de aprovisionamento, o que se tem reflectido no incremento do custo das mercadorias. A acessibilidade aos transportes colectivos tem-se reduzido, por força das restrições impostas. O tempo de viagem de e para o trabalho tem sido afectado, com consequências a nível do aumento dos custos de transporte ou atrasos no início do trabalho.

Em termos globais, o efeito imediato mais evidente tem sido a redução generalizada de rendimentos e, em alguns casos, a privação total de obtenção de rendimentos (por exemplo, os mototaxistas), associada a uma acelerada perda do poder de compra face à desvalorização cambial e ao incremento do nível de preços, para o qual também contribui toda uma sorte de processos especulativos, desde os produtos alimentares, aos produtos farmacêuticos, aos gás, à água, aos transportes (como sucedeu na pausa à cerca sanitária entre as províncias durante os 4 dias autorizados para a deslocação para as províncias de origem).

Um outro processo, com escala significativa, tem sido o da imersão na informalidade de trabalhadores formais que ficaram privados, temporariamente dos seus rendimentos. É o caso dos professores universitários de diversas instituições de ensino superior que face à perda total de rendimentos durante o período de paralisação das actividades lectivas recorreu aos seus automóveis particulares para entrar no mercado de transporte de passageiros, encontrando aí uma fonte alternativa de rendimentos.

Em sentido inverso, os operadores, formais e informais, que têm o poder de especular com as necessidades dos consumidores (por exemplo, os grossistas, os proprietários das cisternas de água) têm encontrado terreno fértil para a obtenção de rendimentos extraordinários, por força da incapacidade do Estado no controlo das margens máximas de comercialização, contribuindo para agravar os níveis de desigualdade.

Também têm surgido iniciativas de reconversão de negócios adaptados ao contexto da crise (por exemplo, estilistas, alfaiates e costureiras que passaram a produzir máscaras) ou alguns operadores que, nas imediações dos centros de abastecimento e consumo, comercializam numa escala micro o uso de álcool gel ou de sabão azul.

Os trabalhadores informais também não têm podido tomar muitas das precauções que as autoridades sanitárias sugerem, como o distanciamento social, a lavagem das mãos, o acesso a máscaras de protecção ou o auto-isolamento. O distanciamento social entre trabalhadores em mercados informais é muito difícil de ser concretizado devido à aglomeração, exigindo uma logística organizativa que os responsáveis dos mercados e as administrações municipais não têm capacidade de implementar por falta de recursos. Por exemplo, nos mercados as pessoas trabalham perto umas das outras e não têm paredes que as separem. O mesmo se verifica noutros sectores informais, como nos transportes públicos (candongueiros), apesar da regra de 1/3 da lotação fixada pelo Estado de Emergência, na reparação de veículos e em trabalhos metálicos. Manter a higiene das mãos lavando-as com sabão e água também pode ser um problema porque em muitas áreas de comércio e de habitação, com elevados índices de densidade populacional e sem infraestruturas mínimas de saneamento básico, não há pontos de água e a prometida distribuição de água não tem funcionado com a fluidez desejável. Trabalhar a partir de casa também é difícil. A maioria dos trabalhadores informais vive em assentamentos informais onde não têm espaço suficiente para trabalhar. Para outros, os seus trabalhos exigem que estejam no local, onde estão em contacto directo com os seus clientes.

Em Angola, como em grande parte dos países da África ao Sul do Sara, são os comerciantes que fornecem a maioria dos alimentos aos pobres urbanos de África, assegurando o aprovisionamento do abastecimento alimentar das populações que habitam as extensas periferias urbanas. São eles quem proporciona rendimentos aos agricultores, nutrição para os consumidores pobres e recursos para serviços urbanos essenciais. As limitações ao exercício da sua actividade podem colocar em risco a sustentabilidade dos sistemas de abastecimento alimentar peri-urbanos, nomeadamente das cidades de grande dimensão e densidade populacional, como é o caso de Luanda. A generalidade dos comerciantes de alimentos informais em Angola está excluída das redes de apoio e segurança tradicionais de que gozam os comerciantes do sector formal, incluindo as baixas por doença e as pensões. Dependem maioritariamente de grupos de poupança e crédito rotativo (kixiquila), de associações de bairro e grupos de apoio a funerais para oferecer suporte em caso de choques idiossincráticos. Com um choque sistémico como o COVID-19, tais mecanismos de protecção social “ad-hoc” são susceptíveis de perder eficácia. Pelo que, em jeito de balanço, se poderá admitir, com algum grau de probabilidade, que os níveis de vulnerabilidade, de exposição aos riscos e de pobreza da população associada às actividades informais, tem vindo a crescer ao longo do período de restrições fixadas pelo Estado de Emergência e pelo Estado de Calamidade.

O inquérito que foi aplicado a 48 operadores informais, de 8 segmentos de actividade, nos mercados de Kifika e do Golfe, em Luanda, na última semana de Novembro e na primeira semana de Dezembro de 2020, evidencia os principais constrangimentos que as medidas de contenção do COVID-19 acrescentaram à sua actividade bem como uma quase total falta de apoio especificamente direccionado.

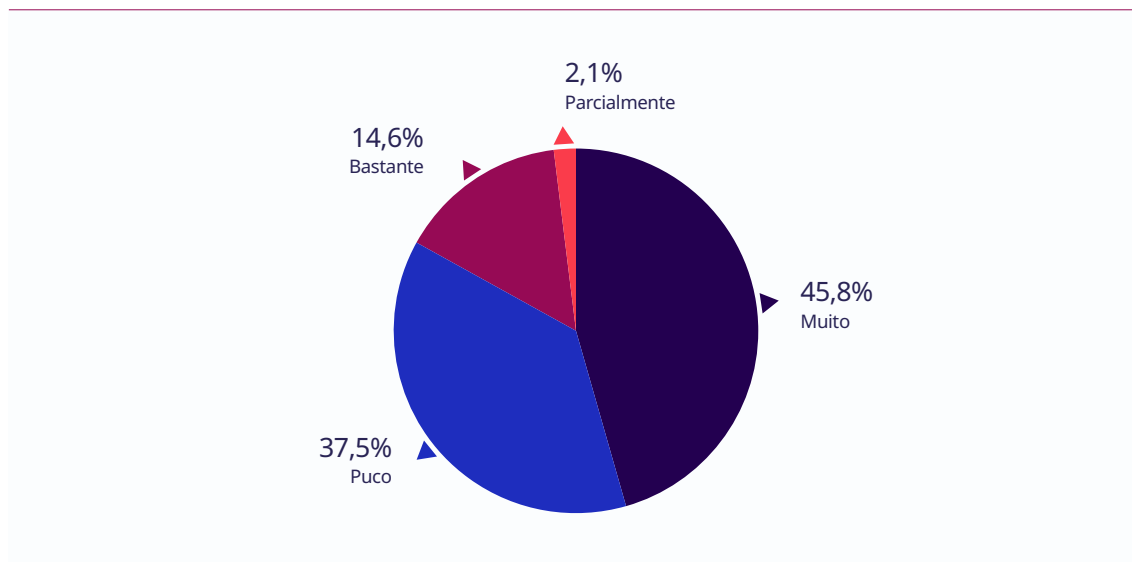
As actividades abrangidas compreenderam o comércio de produtos agrícolas, o comércio de produtos alimentares processados, o comércio de vestuário usado, o comércio de bens de utilidade doméstica, a reparação aparelhos eléctricos/electrónicos, o transporte de mercadorias (roboteiros), o transporte de passageiros (kupapatas) e o comércio de moeda (kinguilas/doleiros).

Dos inquiridos 62,5% foram mulheres e 37,5% homens, maioritariamente concentrados no intervalo de idades entre os 18 e os 36 anos (66,7%). A reduzida escolarização é uma característica da maioria dos inquiridos (33,3% sabe ler e escrever enquanto 29,2% são iletrados). A maioria dos inquiridos nasceu na província de Luanda (41,67%), sendo também significativa a presença na amostra de naturais das províncias da Huíla (16,67%) e do Uíge (10,42%).

Dos inquiridos, 87% iniciou a actividade antes dos 25 anos de idade e 77,1% estão na actividade num período que medeia entre 1 e 13 anos. Menos de metade (41,7%) não paga qualquer taxa por exercer a actividade. O sustento da casa e educação dos filhos (39,6%), a sobrevivência (35,4%) e a ajuda à família (16,7%) são os principais destinos dos rendimentos obtidos.

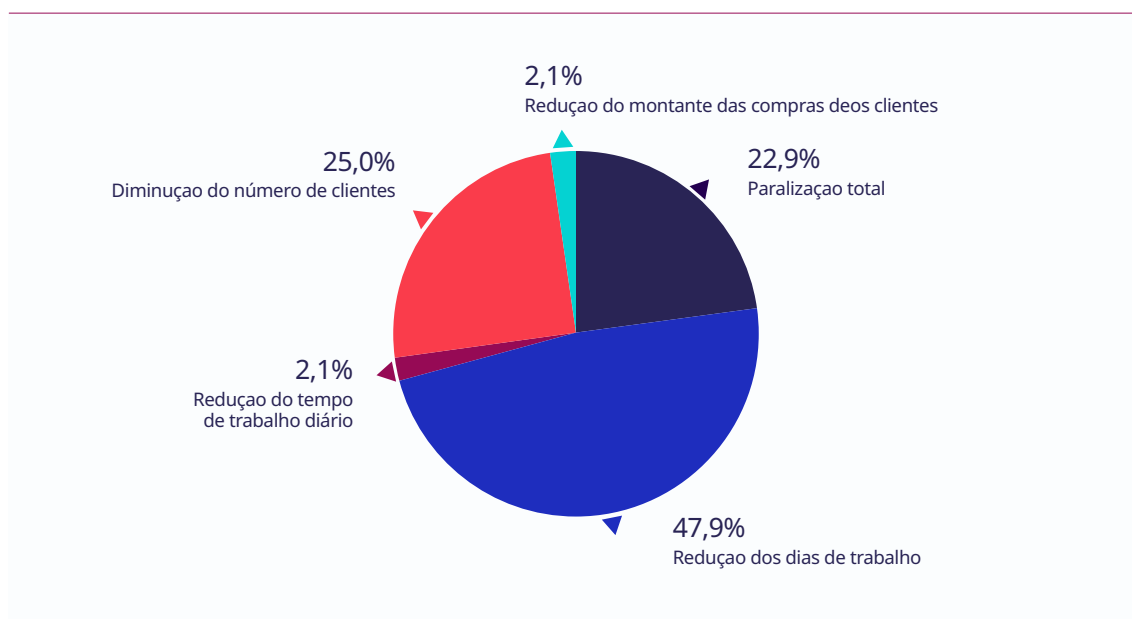
O impacto das medidas implementadas como consequência do COVID-19 afectou a actividade dos inquiridos, muito, bastante ou parcialmente (62,5%) enquanto apenas 37,5% consideraram que afectou pouco.

► Gráfico I – Como o confinamento afectou a actividade dos inquiridos (%)



A redução dos dias de trabalho (47,92%), a diminuição dos clientes (25%) e a paralização total da actividade (22,92%) foram as formas que os inquiridos consideraram ter sido o modo como foram mais afectados.

► Gráfico II – Modo como o confinamento afectou a actividade dos inquiridos (%)



Relativamente ao modo como foram afectados os rendimentos, 45,8% respondeu que diminuíram muito enquanto 50% considerou que diminuíram pouco.

► Tabela 9 – Como foram afectados os rendimentos dos inquiridos (%)

| Como foram afectados os rendimentos |                  |            |             |                    |                         |
|-------------------------------------|------------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
|                                     |                  | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
| Válido                              | Aumentaram muito | 1          | 2,1         | 2,1                | 2,1                     |
|                                     | Aumentaram pouco | 1          | 2,1         | 2,1                | 4,2                     |
|                                     | Diminuíram pouco | 24         | 50,0        | 50,0               | 54,2                    |
|                                     | Diminuíram muito | 22         | 45,8        | 45,8               | 100,0                   |
|                                     | Total            | 48         | 100,0       | 100,0              |                         |

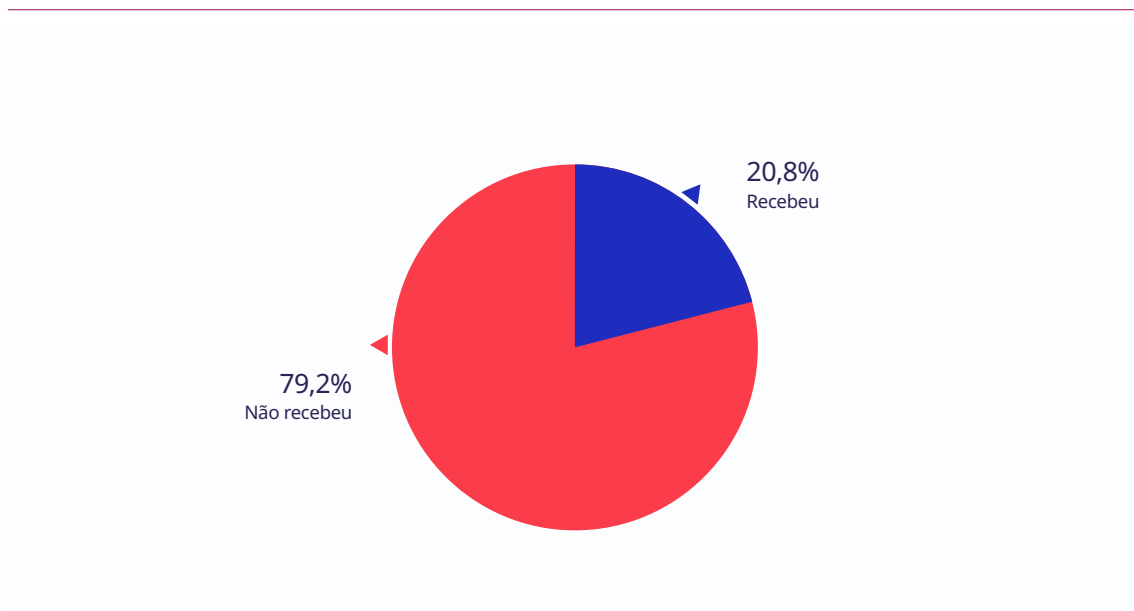
Sobre as consequências sobre as condições de vida das respectivas famílias, 41,7% afirmaram ter reduzido as despesas com alimentação, 22,9% recorreram a ajuda familiar, 16,7% recorreram ao endividamento enquanto 10,4% reduziu as despesas não essenciais.

► Tabela 10 – Como foram afectadas as condições de vida dos inquiridos (%)

| Consequências nas condições de vida da Família |                                          |            |             |                    |                         |
|------------------------------------------------|------------------------------------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
|                                                |                                          | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
| Válido                                         | Nenhumas                                 | 4          | 8,3         | 8,3                | 8,3                     |
|                                                | Necessidade de recorrer a ajuda familiar | 11         | 22,9        | 22,9               | 31,3                    |
|                                                | Necessidade de endividamento (kilapi)    | 8          | 16,7        | 16,7               | 47,9                    |
|                                                | Redução das despesas não essenciais      | 5          | 10,4        | 10,4               | 58,3                    |
|                                                | Redução das despesas de Alimentação      | 20         | 41,7        | 41,7               | 100,0                   |
|                                                | Total                                    | 48         | 100,0       | 100,0              |                         |

Dos 48 inquiridos apenas 20,83% declarou ter recebido algum tipo de apoio (essencialmente em bens alimentares) durante a pandemia.

► Gráfico III – Apoio recebido durante a pandemia pelos inquiridos (%)



Esse apoio que foi maioritariamente prestado por Organizações e associações de operadores informais e por ONG (63,6%) enquanto apenas 36,4% dos que referiram ter recebido apoio indicou o Estado como fonte dessa prestação.

► Tabela 11 – Entidades que prestaram apoio aos inquiridos (%)

| Entidade que prestou o apoio durante a pandemia |                                         |            |             |                    |                         |
|-------------------------------------------------|-----------------------------------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
|                                                 |                                         | Frequência | Porcentagem | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa |
| Válido                                          | Estado                                  | 4          | 8,3         | 36,4               | 36,4                    |
|                                                 | ONG                                     | 3          | 6,3         | 27,3               | 63,6                    |
|                                                 | Organização ou associação de operadores | 4          | 8,3         | 36,4               | 100,0                   |
|                                                 | Total                                   | 11         | 22,9        | 100,0              |                         |
| Omisso                                          | Systeme                                 | 37         | 77,1        |                    |                         |
| Total                                           |                                         | 48         | 100,0       |                    |                         |

## 1.5 Informalidade, produtividade e crescimento económico em Angola

O Southern Africa Economic Outlook 2020 observou que a queda nos níveis de produtividade verificadas nos últimos dez anos na África Austral foram devidos a: (i) uma desconexão entre salários e produtividade e desajustes de habilidades no mercado de trabalho; (ii) mudanças na organização industrial e maior produtividade de firmas menores, anteriormente menos produtivas; e (iii) maior proteção do trabalhador por meio de leis laborais e o surgimento de conselhos de concertação social e negociação. Indicou que a escassez de competências está entre as principais barreiras ao desenvolvimento da indústria na região, por exemplo em Moçambique e África do Sul. Esses factores reduzem a competição e aumentam o custo médio de fazer negócios, tornando a região menos competitiva em comparação com as economias asiáticas. Dada a ligação entre produtividade e crescimento económico, os países na região tem que aumentar os seus investimentos em capital humano, infraestrutura física, nomeadamente de transportes, e promover a inovação.

De acordo com a mesma fonte, em Angola a produtividade apenas registou taxas de crescimento positivas entre 2012 e 2014, apresentando a partir de 2015 valores consecutivamente negativos.

► Tabela 12 – Angola: Taxa de crescimento da produtividade (%)

|        | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
|--------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Angola | -2,4 | 4,8  | 1,3  | 1,1  | -2,7 | -6,0 | -3,7 | -5,6 | -4,0 | -2,6 |

Fonte: Southern Africa Economic Outlook 2020.

Evolução que ocorreu relativamente alinhada com o crescimento da riqueza nacional que, depois de ter crescido 4,5% no período entre 2011 e 2015 experimentou a partir de 2016 taxas de crescimento consecutivamente negativas: - 2,6% em 2016, - 2,5% em 2017, - 1,2% em 2019 e -0,9% em 2019.

O problema da reduzida produtividade é potenciado. Numa estrutura económica como a angolana pela extensão da economia informal, que “puxa para baixo” os já pouco interessantes indicadores de produtividade no sector formal.

Essa tese surge confirmada pelos resultados do inquérito aplicado a unidades formais e informais de Luanda e de Benguela, que cobriu essencialmente 8 segmentos de actividade como revela a **tabela 13**.

► **Tabela 13 – Sector de Actividade \* Tipo de unidade económica**

| Tipo de Unidade Económica |                               |        |          |       |
|---------------------------|-------------------------------|--------|----------|-------|
|                           |                               | Formal | Informal | Total |
| Sector de Actividade      | Agricultura e afins           | 2      | 0        | 2     |
|                           | Indústrias transformadoras    | 1      | 6        | 7     |
|                           | Comércio por grosso e retalho | 7      | 5        | 12    |
|                           | Transportes e armazenagem     | 7      | 5        | 12    |
|                           | Alojamento e restauração      | 2      | 4        | 6     |
|                           | Actividades imobiliárias      | 0      | 6        | 6     |
|                           | Educação e formação           | 0      | 6        | 6     |
|                           | Outros serviços               | 1      | 23       | 24    |
| Total                     |                               | 20     | 55       | 75    |

Num total de 75 unidades produtivas inquiridas, 73,33% foram unidades informais e 26,67% unidades formais. O comércio por grosso e a retalho, a par dos transportes e armazenagem, concentraram a maioria (70%) das respostas das unidades formais (7 ocorrências para cada categoria) enquanto no campo das unidades informais Outros serviços representaram 46% das 55 unidades informais que participaram da consulta.

► Tabela 14 – Sector de Actividade \* Dimensão

|                      |                               | Dimensão      |                 |               |                |       |
|----------------------|-------------------------------|---------------|-----------------|---------------|----------------|-------|
|                      |                               | Micro-empresa | Pequena Empresa | Média Empresa | Grande Empresa | Total |
| Sector de Actividade | Agricultura e afins           | 0             | 2               | 0             | 0              | 2     |
|                      | Indústrias transformadoras    | 4             | 2               | 1             | 0              | 7     |
|                      | Comércio por grosso e retalho | 2             | 4               | 4             | 2              | 12    |
|                      | Transportes e armazenagem     | 4             | 6               | 2             | 0              | 12    |
|                      | Alojamento e restauração      | 2             | 1               | 3             | 0              | 6     |
|                      | Actividades imobiliárias      | 1             | 4               | 1             | 0              | 6     |
|                      | Educação e formação           | 2             | 4               | 0             | 0              | 6     |
|                      | Outros serviços               | 22            | 2               | 0             | 0              | 24    |
| Total                |                               | 37            | 25              | 11            | 2              | 75    |

Das empresas inquiridas, 49,33% foram microempresas, 33,33% pequenas empresas, 14,67% médias empresas e apenas 2,7% grandes empresas. Registe-se que as 2 únicas empresas do sector agrícola são empresas de pequena dimensão enquanto as 2 únicas grandes empresas captadas pelo inquérito pertencem ao sector do comércio a grosso e a retalho.

► Tabela 15 – Constrangimentos provocados pelo estado de emergência

| Constrangimentos provocados pelo Estado de Emergência |     |                 |                   |
|-------------------------------------------------------|-----|-----------------|-------------------|
| Contraintes liées à l'état d'urgence                  |     | Formal Contagem | Informal Contagem |
| Redução de dias actividade                            | Não | 15              | 54                |
|                                                       | Sim | 5               | 1                 |
| Redução de encomendas                                 | Não | 12              | 48                |
|                                                       | Sim | 8               | 7                 |
| Redução de clientes                                   | Não | 3               | 2                 |
|                                                       | Sim | 17              | 53                |
| Dificuldades de pagamento a fornecedores              | Não | 14              | 33                |
|                                                       | Sim | 6               | 22                |
| Dificuldades pagamento créditos                       | Não | 20              | 54                |
|                                                       | Sim | 0               | 1                 |
| Dificuldades pagamento ao Estado                      | Não | 17              | 55                |
|                                                       | Sim | 3               | 0                 |
| Salários em atraso                                    | Não | 18              | 10                |
|                                                       | Sim | 2               | 45                |
| Despedimentos de trabalhadores                        | Não | 14              | 32                |
|                                                       | Sim | 6               | 23                |

No caso das unidades formais a redução de clientes (17 em 20 respostas), a redução de encomendas (8 em 20), o despedimento de trabalhadores e as dificuldades de pagamento a fornecedores (6 em 20 respostas, para cada um dos constrangimentos) e a redução dos dias de actividade (5 em 20 respostas) foram os efeitos mais significativos transmitidos pelos empreendedores. Relativamente às unidades informais a redução de clientes (53 em 55 respostas), os salários em atraso (45 em 55 respostas), os despedimentos de trabalhadores (23 em 55 respostas) e as dificuldades de pagamento a fornecedores (22 em 55 respostas) emergem como principais constrangimentos gerados pelo Estado de Emergência.

► **Tabela 16 – Número de trabalhadores e produtividade média mensal por tipo de unidade económica**

| Tipo de Unidade Económica |       | Número médio trabalhadores normal | Número médio trabalhadores após Estado Emergência | Produtividade do Factor Trabalho | Produtividade do Factor Trabalho após o confinamento |
|---------------------------|-------|-----------------------------------|---------------------------------------------------|----------------------------------|------------------------------------------------------|
| Formal                    | N     | 20                                | 20                                                | 20                               | 20                                                   |
|                           | Média | 74,25                             | 53,30                                             | 239 483,27                       | 225 036,51                                           |
| Informal                  | N     | 55                                | 55                                                | 55                               | 55                                                   |
|                           | Média | 10,56                             | 9,05                                              | 139 912,15                       | 113 745,40                                           |
| Total                     | N     | 75                                | 75                                                | 75                               | 75                                                   |
|                           | Média | 27,55                             | 20,85                                             | 166 464,45                       | 143 423,03                                           |

A **tabela 16** revela que a produtividade média mensal das unidades informais é inferior à das unidades formais, quer antes quer depois do confinamento. A produtividade média das unidades informais corresponde a 58,42% da produtividade média das unidades formais antes do confinamento e a 50,55% depois do confinamento.

► **Tabela 17 – Número de trabalhadores e produtividade média mensal por dimensão de unidade económica**

| Dimensão        |       | Número médio trabalhadores normal | Número médio trabalhadores após Estado Emergência | Produtividade do Factor Trabalho | Produtividade do Factor Trabalho após o confinamento |
|-----------------|-------|-----------------------------------|---------------------------------------------------|----------------------------------|------------------------------------------------------|
| Microempresa    | N     | 37                                | 37                                                | 37                               | 37                                                   |
|                 | Média | 6,03                              | 5,03                                              | 145 966,04                       | 106 220,66                                           |
| Pequena Empresa | N     | 25                                | 25                                                | 25                               | 25                                                   |
|                 | Média | 20,40                             | 18,40                                             | 131 671,61                       | 147 820,22                                           |
| Média Empresa   | N     | 11                                | 11                                                | 11                               | 11                                                   |
|                 | Média | 72,09                             | 62,55                                             | 283 112,84                       | 227 368,85                                           |
| Grande Empresa  | N     | 2                                 | 2                                                 | 2                                | 2                                                    |
|                 | Média | 270,00                            | 115,00                                            | 339 029,18                       | 315 000,00                                           |
| Total           | N     | 75                                | 75                                                | 75                               | 75                                                   |
|                 | Média | 27,55                             | 20,85                                             | 166 464,45                       | 143 423,03                                           |

A **tabela 17** revela que a produtividade média mensal das unidades produtivas aumenta à medida que aumenta a dimensão das unidades económicas. Apenas no caso das pequenas empresas, na situação prévia ao confinamento, a produtividade média mensal surge inferior à que é observada para as microempresas. O que poderá estar relacionado com a credibilidade da informação fornecida quer em relação às receitas quer em relação ao número de trabalhadores.

► **Tabela 18 – Número de trabalhadores e produtividade média mensal por sector de actividade económica**

| Sector de Actividade          |       | Número médio trabalhadores normal | Número médio trabalhadores após Estado Emergência | Produtividade do Factor Trabalho | Produtividade do Factor Trabalho após o confinamento |
|-------------------------------|-------|-----------------------------------|---------------------------------------------------|----------------------------------|------------------------------------------------------|
| Agricultura e afins           | N     | 2                                 | 2                                                 | 2                                | 2                                                    |
|                               | Média | 32,00                             | 27,00                                             | 198 578,10                       | 349 950,12                                           |
| Indústrias transformadoras    | N     | 7                                 | 7                                                 | 7                                | 7                                                    |
|                               | Média | 31,00                             | 29,71                                             | 26 574,61                        | 20 840,10                                            |
| Comércio por grosso e retalho | N     | 12                                | 12                                                | 12                               | 12                                                   |
|                               | Média | 69,42                             | 40,00                                             | 155 432,03                       | 166 533,37                                           |
| Transportes e armazenagem     | N     | 12                                | 12                                                | 12                               | 12                                                   |
|                               | Média | 31,33                             | 30,08                                             | 376 264,89                       | 305 628,53                                           |
| Alojamento e restauração      | N     | 6                                 | 6                                                 | 6                                | 6                                                    |
|                               | Média | 50,67                             | 36,17                                             | 49 513,89                        | 33 670,63                                            |
| Actividades imobiliárias      | N     | 6                                 | 6                                                 | 6                                | 6                                                    |
|                               | Média | 11,83                             | 10,33                                             | 242 436,87                       | 130 784,93                                           |
| Educação e formação           | N     | 6                                 | 6                                                 | 6                                | 6                                                    |
|                               | Média | 12,83                             | 11,50                                             | 52 565,49                        | 87 121,73                                            |
| Outros serviços               | N     | 24                                | 24                                                | 24                               | 24                                                   |
|                               | Média | 5,17                              | 4,71                                              | 143 924,77                       | 113 980,82                                           |
| Total                         | N     | 75                                | 75                                                | 75                               | 75                                                   |
|                               | Média | 27,55                             | 20,85                                             | 166 464,45                       | 143 423,03                                           |

A **tabela 18** revela que a produtividade média mensal das unidades produtivas é generalizadamente superior nos sectores de actividade em que são maioritários, na amostra, as empresas formais, como é o caso das actividades agrícolas (as 2 empresas inquiridas são formais), do transporte e armazenagem e do comércio por grosso e a retalho. A indústria transformadora é a que apresenta um menor registo de produtividade média mensal o que está associado ao facto de as empresas inquiridas terem sido, essencialmente, padarias. Quanto às actividades imobiliárias e à educação e formação em que a totalidade das unidades inquiridas são informais, o diferencial de produtividade constatado, mais do que ao número de trabalhadores, reflecte as características de geração de receitas de cada uma delas.





## ► Metodologia

---

A metodologia proposta assume a natureza diversa e complexa da informalidade, na medida em que a economia informal abrange muitas realidades diferentes, desempenha um papel socioeconómico relevante no contexto angolano, mas está associada a um défice acentuado de direitos laborais e condições de trabalho e emprego. empregos seguros e sustentáveis, o que também é um obstáculo à promoção do trabalho decente e ao aumento da produtividade empresarial.

Os métodos de coleta de dados qualitativos e quantitativos incluíram a revisão da literatura, análise de documentos, entrevistas com informantes-chave e um inquérito administrado a unidades produtivas formais e informais.

O trabalho de terreno foi realizado em Luanda. Em relação às outras cidades do país que iriam integrar o estudo, foram accionados mecanismos, com o apoio das Delegações Provinciais da Câmara de Comércio e Indústria de Angola (CCIA), como forma de contornar os constrangimentos à mobilidade impostos pela evolução da situação face à pandemia de COVID-19.

Registe-se que a pandemia COVID-19 constituiu também um obstáculo adicional à concretização das metas fixadas na nota metodológica, no que se refere à realização dos encontros com informantes privilegiados e dos grupos focais previstos.

O estado de Calamidade Pública que vigora até a data presente, resultou no abrandamento temporário ou a abertura embora que limitada a produção de bens e serviços, em particular os não essenciais, bem como nas restrições à livre circulação (Luanda, sob cerca sanitária) de pessoas, acompanhado com a abertura das escolas excepto o ensino primário. No quarto trimestre de 2020, o grosso das províncias (17) trabalhavam com 75% da força de trabalho e Luanda com 50%. Por outro lado, a actual situação da pandemia COVID-19, resulta na obrigação de se adoptar medidas de biossegurança da saúde pública, que de certa forma afectam a disponibilidade para a participação em encontros por parte dos informantes.

Das 25 entrevistas que foram solicitadas apenas se concretizaram cinco, das quais quatro a representantes institucionais (MEP, MAT, AGT, UNDP) e uma a um académico/especialista. Outras seis ficaram a aguardar o prometido agendamento por parte dos interlocutores, o que nunca se veio a concretizar apesar das diligências envidadas.

As entrevistas com informantes-chave foram aplicadas com o auxílio de um roteiro de entrevista e cada uma teve a duração média de 1 hora. Quando não foi possível a realização presencial, foi escolhido o sistema de videoconferência. Como último recurso, foi utilizada a entrevista escrita, via email. Este processo pretendeu recolher o ponto de vista dos interlocutores sobre a importância socioeconómica da economia informal em Angola, sobre os seus principais determinantes, sobre os mecanismos de inter-relação que estabelece com o sector formal, sobre os constrangimentos envolvidos. resultar para um funcionamento mais eficiente e produtivo do tecido comercial e da economia, bem como conhecer, por parte dos representantes institucionais, as acções que são tomadas para formalizar as actividades informais.

Não foi realizado nenhum dos grupos focais com públicos especializados, nomeadamente empregadores (1), sindicatos (1), membros de associações patronais (2). Os 4 grupos de discussão seriam aplicados a partir de um conjunto de temas para a sua animação e organizados com a colaboração da CCIA. Teriam como objetivo recolher informação sobre os principais constrangimentos que as actividades de informação representam para o funcionamento e eficácia das organizações formais, para identificar os sectores críticos e mais facilmente formalizados, bem como para obter subsídios e ideias que ajudar a definir a estratégia, diretrizes e iniciativas sensíveis e atrair unidades informais para formalizar. Face à impossibilidade da sua realização, optou-se pelo contacto directo com as Associações de Empregadores. Das oito AE contactadas apenas se verificou a resposta de três delas (CCIA, FMEA, AHORESIA). Registe-se que a CCIA procurou apoiar o Consultor e mobilizar as AE, através de diversos tipos de diligências.

Também não foi possível concretizar os três grupos de discussão com operadores informais, organizados com a colaboração da Federação de Mulheres Empresárias ou por organizações representativas de operadores informais que teriam como objectivo identificar os principais efeitos da pandemia Covid 19 na vida e nas condições de trabalho dos operadores informais, com base em perguntas que ajudem a entender o que mudou com o estabelecimento do estado de emergência, com confinamento e isolamento social, em relação às condições de trabalho (autorização / condicionamento para exercício da atividade, redução de dias / horas de trabalho, dificuldades de acesso a fornecedores, transporte, custos associados à biossegurança, aumentos de preços), bem como os efeitos sobre a demanda, sobre o rendimento, sobre a capacidade de atender às necessidades básicas da família, na capacidade de outros membros da família continuarem contribuindo para o orçamento familiar, entre outros elementos informativos.

Os dados quantitativos foram obtidos a partir de documentos, estudos e relatórios e informações especificamente solicitadas para os fins deste estudo a funcionários governamentais / institucionais e organizacionais.

Neste contexto, foi elaborada uma ampla revisão da literatura, cobrindo em particular as publicações da OIT sobre informalidade, trabalho decente e formalização, bem como documentos de política chave. económica, laboral e de emprego, protecção social e promoção do empreendedorismo. Foi dada especial atenção às medidas que o Executivo angolano tem tomado em relação ao enquadramento e controlo da informalidade. Neste sentido, foram analisados e analisados estudos, relatórios e outros documentos produzidos por actores angolanos (governo, empregadores, trabalhadores, sindicatos, organizações não governamentais e outras organizações da sociedade civil, nomeadamente estudos científicos e académicos).

Em linha com a visão da ACTEM, que está ganhando força com as organizações de empregadores hoje, que o sector informal na África é o subproduto de um período prolongado de baixo crescimento da produtividade em face do rápido crescimento populacional, propusemo-nos testar um modelo econométrico que permitisse perceber em que medida, no caso angolano, a expansão do sector informal está ligada ao défice de produtividade e é um condicionante do crescimento económico.

A abordagem seria baseada em dados microeconómicos solicitados ao INE (inquérito domiciliar), utilizando um modelo logit simples que permite trabalhar com uma variável dependente que diferencia unidades formais de unidades informais e avalia sua relação com variáveis demográficas e condições socioeconómicas, incluindo também a correlação com a produtividade.

Uma vez que o INE não forneceu os dados solicitados necessários à modelação econométrica, optou-se por aplicar dois inquéritos no terreno, a unidades informais de localização fixa e a operadores de mercados informais.

O primeiro inquérito foi aplicado por dois estudantes universitários, sob supervisão do Consultor, com o objectivo de garantir a auscultação de 55 estabelecimentos informais de localização fixa em bairros diferentes de Luanda. O mesmo questionário foi igualmente aplicado a micro, pequenas e médias empresas filiadas na CCIA, em diferentes províncias. Apesar de todos os esforços promovidos pela direcção da CCIA e pelo Consultor apenas foi possível obter, através das delegações provinciais da CCIA, a resposta a 14 inquéritos na Província de Benguela e a 2 inquéritos na província de Luanda. O Consultor realizou ele próprio mais 4 inquéritos a empresas formais de Luanda. Obteve-se um total de 75 inquéritos, 61 em Luanda e 14 em Benguela, 20 a empresas formais e 55 a estabelecimentos informais. O desequilíbrio da amostra (formal versus informal e Luanda versus Benguela) desaconselhou a estimação econométrica do modelo, pelo que os dados foram tratados com procedimentos de estatística descritiva e com recurso a análise univariada e a cruzamento de variáveis.

O segundo inquérito, foi orientado para operadores de 2 mercados de Luanda (Kifika e Golfe), com o objectivo de compreender o impacto das medidas resultantes do combate ao COVID-19 sobre a actividade, rendimentos e condições de vida dos operadores dos mercados. Foram auscultados 48 inquiridos, distribuídos por 8 segmentos de actividade: Comércio de produtos agrícolas; Comércio de produtos alimentares processados; Comércio de vestuário usado; Comércio de bens de utilidade doméstica; Reparação aparelhos eléctricos/electrónicos; Transporte de mercadorias (roboteiros); Transporte de passageiros (kupapatas); Comércio de moeda (kinguilas/doleiros).



### ► Inventário de factores sociais, sociológicos, económicos e institucionais, envolvendo o desenvolvimento do sector informal em Angola

---

Os determinantes da informalidade são, entre outros: os factores socio-demográficos, o custo da formalização e a incapacidade das instituições. No caso angolano, historicamente, a informalidade surgiu associada à destruturação do sistema económico herdado dos últimos anos do período colonial, ao impacto dos efeitos do conflito militar prolongado, às características do modelo político-económico de matriz centralizada e administrativa que vigorou entre 1977 e 1992, à natureza rendeira do modelo de acumulação e à adopção de políticas macroeconómicas objectivamente facilitadoras e promotoras de informalidade. Na fase mais recente, os factores sócios demográficos têm tido um peso considerável em relação às barreiras associadas ao custo da formalização e incapacidade das instituições. Os fluxos migratórios, compulsivos e voluntários, indutores de urbanização acelerada e de assentamentos informais, os baixos salários, a insuficiência e precaridade das condições de trabalho e a pobreza bem como a insuficiente criação de postos de trabalho formais induzem a população a procurar estratégias de sobrevivência alternativas.

Segundo a Estratégia de Transição da Economia Informal para a Economia Formal (2020), os factores que alimentam a expansão e dimensão da informalidade em Angola estão relacionados com quatro diferentes dimensões:

- a) Impacto das políticas públicas macroeconómicas, entre os quais se destacam o aumento da pressão demográfica, os problemas de registo e identificação dos cidadãos angolanos, a inadequação do quadro legal, o custo associado ao pagamento de impostos, a contribuição da economia informal para a sobrevivência das famílias, a estagnação dos processos de descentralização e desenvolvimento local e a Ineficácia das medidas de formalização que têm tido baixa escala e baixo impacto;
- b) Impacto das medidas de transição do trabalhador informal, como resultado da inexistência de uma definição formal do trabalhador informal, das limitações do sistema de educação e formação profissional, das limitações do mercado, nomeadamente da divisão sexual do trabalho e questões de género, do limitado nível de cobertura da Segurança Social Obrigatória e complementar e dos fêlices que se constata no plano da fiscalização do trabalho e cumprimento da lei;
- c) Impacto das medidas de transição da unidade económica informal, consequência da inexistência de uma definição formal da unidade económica informal, de indisciplina da actividade económica, de deficiente cobertura e eficácia das acções de apoio ao empreendedorismo, das dificuldades de acesso a micro-finanças e ao micro-crédito, da falta de adequação do regime fiscal à dimensão das unidades económicas informais e da fraca capacidade de resposta dos serviços de apoio técnico e de representação empresarial;
- d) Níveis de articulação, governança e diálogo social, com a inexistência de uma visão e de uma estratégia partilhada para a transição, de um quadro de articulação da política pública a nível central e local, de uma agenda de transição integrada com o envolvimento dos intervenientes centrais e dos actores locais, de um plano de acção articulado para conduzir o esforço de formalização de forma eficaz a que acresce a limitação dos recursos disponíveis para conduzir o esforço da transição.

## ► Análise do impacto da predominância do sector informal na eficácia das estratégias de desenvolvimento do país

---

A economia informal está geralmente associada a baixa produtividade, pobreza, alto desemprego e crescimento económico mais lento. Também é mais preponderante em países de baixo rendimento, já que os progressos no nível de desenvolvimento económico facilitam a transição dos trabalhadores para o sector formal. Ao mesmo tempo, a informalidade proporciona trabalho e rendimentos a pessoas que, de outro modo, não encontrariam ocupação, ou complementa os rendimentos do emprego no sector formal e regulado.

O desafio para as autoridades é criar um ambiente em que o sector formal possa prosperar e, ao mesmo tempo, gerar oportunidades para que os trabalhadores do sector informal mantenham ou melhorem seu padrão de vida. Algumas medidas nesse sentido são a redução do custo dos negócios, o combate à corrupção e a melhoria do acesso a financiamento e serviços.

A existência de uma economia informal extensa afecta a eficácia das políticas económicas e das políticas públicas em geral.

Se a não comparticipação fiscal for significativa, as políticas de redistribuição para financiar melhorias qualitativas e quantitativas dos bens públicos são prejudicadas, pelo que o crescimento económico pode ser negativamente afectado.

Por outro lado, se a actividade da economia informal tem um carácter complementar ao da economia oficial, o rendimento extra gerado através da economia informal é, pelo menos parcialmente, gasto na economia através da aquisição e consumo de bens e serviços.

A actividade das empresas/operadores informais pode gerar incentivos para empresas formais e particulares, estimulando a criatividade e inovação, permitindo também o alargamento da oferta de mercado através de bens e serviços adicionais produzidos informalmente.

Se as autoridades não tiverem em conta as vantagens em termos de custos dos produtores que actuam na economia informal podem-se gerar situações de distorção das regras de concorrência em alguns mercados e conduzir a uma competição ruinosa.

Geralmente as decisões políticas são baseadas em dados oficialmente publicados que não contemplam o universo das unidades e operadores informais. Pelo que as políticas económicas de estabilização, redistribuição e fiscal correm o risco de produzir efeitos distantes dos efeitos desejados. Acresce que o insuficiente conhecimento das diferentes realidades que integram a economia informal, bem como do tipo de interrelações que as vinculam à economia oficial, são susceptíveis de gerar problemas nos fluxos de informação para produtores e consumidores informais, no âmbito de políticas públicas direccionadas, devido a insuficiência de transparência e de estrutura institucional que enquadram as actividades realizadas no designado sector não oficial.



## ► Estudo analítico das interrelações entre formal e informal em Angola

---

Schneider (2010) e Schneider e Enste (2000) enfatizam que a parte oficial da economia nunca poderia funcionar eficientemente se fosse totalmente separada (disentangled) da parte não oficial. Um estudo realizado pela OCDE destaca que a economia informal concorre permanentemente com a economia oficial; por outro lado, Lubell (1991) e Schneider (2005) afirmam que as economias formais e informais também se complementam. Outros estudos (Besozzi (2001) e Schneider (2005)) mostram que certa influência da economia não oficial sobre o funcionamento eficiente e desenvolvimento do economia oficial não pode ser negada.

Vários estudos, por exemplo Schneider (2005) e Williams e Schneider (2016) demonstram que a interação entre o oficial e a economia não oficial ocorre, mas os seus resultados geram ainda controvérsia, em particular se os efeitos positivos dominam sobre negativos ou vice-versa. Como estes efeitos dependem sempre da extensão concreto da não oficial, a intensidade da interação entre os sectores formais e informais específicos da situação económica de um país, uma resposta só pode ser dada depois de uma análise empírica cuidadosa realizada para países concretos.

A integração da economia não oficial em modelos macroeconómicos tem permitido estabelecer ligações fiscais e de política monetária entre os dois segmentos da economia, que devem ser tidos em conta para desenhar políticas fiscais e regulamentares. A presença de uma economia não oficial tende a exagerar o efeito inflacionista de um estímulo fiscal ou monetário e tende a subestimar os respetivos efeitos de desemprego. Quando o crescimento dos dois segmentos da economia estão positivamente relacionados, uma política fiscal de despesas tem um estímulo positivo tanto para o formal e as economias informais. A economia informal gera benefícios na medida em que responde às exigências ambientais económicas dos serviços urbanos e da fabricação de pequena escala fabricação. E pode aportar à economia um espírito dinâmico e empreendedor, reforçando a concorrência, aumentando a eficiência e impondo limites efectivos às actividades governamentais.

Os diversos segmentos da economia informal contribuem para a criação de mercados, aumentam os recursos financeiros e transformam instituições jurídicas, sociais e económicas necessárias para a acumulação. Além disso, uma parte substancial dos rendimentos obtidos na economia informal é gasta no sector oficial, impulsionando a procura na economia oficial. Estas despesas tendem a aumentar as despesas de consumo privado, bem como as receitas fiscais, principalmente indirectas).

Num estudo realizado por Mughal e Schneider(2019) sobre o Paquistão concluiu-se que os efeitos podem diferir em diferentes economias em função da diversidade de estruturas económicas, tanto do sector formal como do sector informal. devido à estrutura económica tanto em informal e formal sectores. Dell' Anno (2008) para países da América Latina encontrou uma relação positiva entre o crescimento do PIB e o crescimento da economia não oficial.

Estes autores sugerem que, a curto prazo, a economia não oficial pode ser um problema devido à evasão fiscal que se traduz em maior carga fiscal no sector oficial, gerando, portanto, um impacto negativo. A longo prazo, a hipótese de um impacto positivo no crescimento da economia surge associada ao facto de nos países em desenvolvimento, com elevado crescimento populacional e com elevadas taxas de população em situação de privação e de desemprego, a economia informal constituir um sector de refúgio e de sobrevivência, geradora de ocupação produtiva e de rendimentos.

De todo o modo, não se pode ignorar também que, em determinadas situações, a economia informal coexiste, alimenta e alimenta-se de actividades ilegais.

O ponto de vista expresso pelas Associações Empresariais auscultadas enfatiza, no caso de Angola, as dinâmicas concorrenciais entre a economia oficial e diversos segmentos da economia informal, no quadro da designada concorrência desleal e das externalidades negativas relativamente aos direitos do consumidor.

Nko mesmo sentido, a Autoridade Geral Tributária considera que “é visível o peso e a influencia da informalidade ao sector formal, sobretudo nas empresas do sector financeiro em que há uma interdependência entre as taxas de câmbio oficial e a taxa de câmbio do sector informal e a importância destes factores na aquisição de bens e serviços pelas empresas do sector oficial. Por exemplo, a determinação dos preços de venda dos produtos importados fica à mercê, grandemente, destes factores cambiais. O processo de liberalização da taxa de cambio induziu a que fosse o mercado (in)formal a definir a taxa oficial. Por outro lado, a falta de cumprimento das obrigações legais, como o pagamento dos tributos, contribuições para a segurança social e outros gera-se uma concorrência desleal face ao sector formal; há um grande nível de organização que se exige às empresas formais, criando um tendencial desvio das empresas formais para o sector informal. Fica-se com a impressão que compensa mais ser informalidade”.

Para além de identificar o comércio a grosso e a retalho e o comércio de divisas como os segmentos onde a presença da componente informal mais se faz sentir, a AGT observa que o sector alimentar e das bebidas é crítico, pois existe potencial risco à saúde humana, em função da comercialização dos produtos sem a observância prévia da qualidade dos produtos, sem controlo das substâncias químicas que compõem os produtos, acrescido ao risco da ausência de condições de sanitárias e fitossanitárias dos estabelecimentos comerciais.



## ► Diagnóstico de iniciativas actuais de coaching/ promoção ou limitação do sector informal

A relação entre o Governo e a informalidade caracterizou-se durante muitos anos, por uma expressiva ambiguidade, oscilando entre períodos de repressão e fases, mais ou menos prolongadas, de consentimento tácito. Apesar do seu crescimento e da sua importância social e económica, o discurso oficial raramente fazia menção ao fenómeno (excepção ao período do centralismo político-económico no qual a economia “paralela” era uma actividade social e penalmente criminalizada).

A inexistência de uma orientação política especificamente direccionada para o informal, a promoção de acções casuísticas, e uma atitude oscilante, ambígua e ambivalente, entre a repressão e a tolerância foram alguns dos traços caracterizadores da relação entre o Estado e a economia informal no contexto angolano. (Lopes, 2014)

Na década de 80 adoptou-se um conjunto de acções repressivas contra o mercado informal. Foi nessa altura em que ocorreu a destruição do mercado Banga Sumo na região do Prenda, pelas forças policiais. Destruíram-se também os mercados Cala-a-Boca e Tira Bikini, e foram encerrados os mercados da Estalagem, do Kinaxixe e do Rocha Pinto, em 2004. (Lopes, 2014)

Ainda, segundo o mesmo autor, em 2006 procurou-se definir uma série de formalização dos mercados no âmbito do programa de reestruturação da rede de abastecimento comercial, em que fazia parte o PRESILD, o Programa de Reestruturação do Sistema de Logística e de Distribuição de Produtos Essenciais à População - Nova Rede Comercial, conforme o que foi referido também pelo MINCO (2015).

Tendo em conta esta medida, foram criados quatro novos mercados em Luanda com financiamento da linha de crédito da China, sendo estes: o mercado do Cazenga (ex-Asa Branca), do Palanca (Kilamba Kiaxi), o mercado do Kifika no Benfica, e o da Vidrul em Cacucaco. (Lopes, 2014)

Entre 2008 e 2014 constata-se uma série de intervenções governamentais no sentido de fomentar a regulação do mercado informal. (Lopes, 2014)

Um acontecimento que se destacou nesse período, foi o encerramento do mercado Roque Santeiro - um mercado que durante aproximadamente 25 anos auxiliou imenso no que tange ao abastecimento da cidade de Luanda - e a abertura do mercado do Panguila em Setembro de 2010 em substituição ao mercado Roque Santeiro. O objectivo dessa medida consistia na melhoria das condições dos actores informais e consumidores, a questão da saúde e segurança pública. (Lopes, 2014). No entanto não houve uma ascensão dessa estratégia, uma vez que o número de actores informais e consumidores que aderiu a esse mercado foi pouco significativo.

Em 2012, no âmbito do Programa Meu Negócio, Minha Vida foi lançado o Programa de apoio ao Pequeno Negócio (PROAPEN), baseado na concessão de microcrédito com fundos públicos e com capacitação dos empreendedores que abrangeu principalmente o comércio geral, a prestação de serviços e o transporte de passageiros por mototáxi como principais actividades destinatárias. O risco de crédito exclusivo por parte do Estado, a disfuncionalidade no papel dos BUE, o excesso de demora no processo de formalização e a concentração dos financiamentos em valores próximos dos limites máximos foram constrangimentos identificados ao sucesso do programa.

O Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 marcou uma ruptura, assumindo de forma clara a existência, a extensão e o peso socio-económico das actividades informais e a necessidade de avançar no sentido da formalização. No seu ponto 6.6.3. Promoção do Empreendedorismo e do Desenvolvimento

do Sector Privado Nacional, PND 2013-2017 enuncia, entre as medidas tomadas nos últimos anos para promover o investimento privado, o desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas e o empreendedorismo, designadamente de base nacional, destacando nomeadamente o Regulamento da Lei 30/11 de 13 de Setembro sobre as Micro, Pequenas e Médias Empresas, o Programa de Apoio ao Pequeno Negócio (PROAPEN) ou a implementação do Balcão Único do Empreendedor (BUE). Nas Medidas de Política ia acionar é expressamente referida no ponto v) implementar um Programa de Reconversão da Economia Informal, incluindo o Programa de Apoio ao Pequeno Negócio e reforço do micro crédito. O PND 2013-2017 detalha os objectivos e as medidas de política associados ao programa de Reconversão da Economia Informal. Entre os objectivos destacam-se: diminuir o grau de informalidade da economia angolana; contribuir para a segurança dos negócios actualmente praticados no mercado informal; contribuir para o combate a fome e a pobreza; promover o emprego em condições dignas; contribuir para a segurança dos consumidores; contribuir para a melhoria da arrecadação fiscal do Estado; contribuir para o aumento do índice de bancarização do país. No que respeita às Medidas de Política enunciam-se: i) criação da personalidade jurídica do Micro Empreendedor Individual; ii) revisão/actualização da legislação laboral para acolher os novos integrantes do sector informal; iii) adopção de medidas de carácter organizativo da parte das diversas instâncias governamentais; iv) programa de formação e capacitação para os micro empreendedores. Na óptica do PND 2013-2017, a concretização do PREI seria alcançada através de: 1 – revisão/actualização da legislação para disciplinar o registo e o exercício das actividades dos micro empreendedores individuais 2 – revisão/actualização da legislação laboral para disciplinar os registos dos trabalhadores informais, a garantir-lhes os benefícios da segurança social 3 – finalização da estruturação de modelo simplificado e desburocratizado de formalização de microempresas 4 – revisão/actualização dos Regulamentos que disciplinam o exercício dos integrantes do sector informal, a definir as regras básicas do seu funcionamento 5 – elaboração da Cartilha do Profissional do Sector Informal a conter os seus direitos e obrigações 6 – desenvolvimento de um sistema de identificação e cadastro dos agentes do mercado informal 7 – criação de grupos solidários para fomentar o cooperativismo 8 – desenvolvimento das linhas de micro crédito já existentes e abertura de novas linhas para os cooperativistas, numa base consistente e uniforme 9 - apoio na modernização, oficialização e ampliação da actividade, através de um programa de disponibilização de kits de instrumentos de trabalho, pequenas instalações de trabalho 10 - criar feiras temporárias e permanentes para sedentarização de alguns ambulantes.

O Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI), surgido em 2014 no âmbito do Programa Meu Negócio, Minha Vida e tutelado pelo Ministério da Economia, constituiu uma iniciativa pioneira no sentido de abordar de forma global, integrada e interinstitucional (Ministérios da Economia, Finanças e Comércio e INAPEM) a questão da economia informal. O acesso ao crédito, a capacitação e a formalização constituíram os seus principais objectivos, tendo sido criados mecanismos para superar os constrangimentos constatados no PROAPEN. Diversas iniciativas têm vindo a ser desencadeadas, com sede em diferentes instituições (Ministério do Comércio, MAPTSS, Ministério da Família e da Promoção da Mulher, Ministério dos Antigos Combatentes, BNA, entre outras), orientadas para a formalização de actividades e dos actores da economia informal, a que se acrescentam as acções de âmbito geral que impactam também sobre a informalidade, nomeadamente intervenções no sentido da redução da burocracia, da remoção de obstáculos à legalização e autorizações e licenças para exercício de actividades económicas, bem como da redução dos seus custos (SIAC; GUE...), de fomento do empreendedorismo e de apoio às micro e pequenas empresas (CLESEs, BUE), de combate à pobreza (PIMDRCP/PROAJUDA), de alargamento da bancarização (Programa Bankita) e de criação de instituições e mecanismos de acesso ao crédito e, em particular, ao microcrédito. No entanto, os resultados obtidos, cuja divulgação têm sido praticamente inexistente, têm sido negativamente condicionados por se tratar, em grande parte dos casos, de iniciativas implementadas sem estudos prévios, de forma pontual e/ou casuística e com um reduzido grau de articulação e coordenação inter-institucional.

Este conjunto de intervenções tem ocorrido num contexto legal de existência de legislação geral (sobre as micro e pequenas empresas) e em algumas áreas/segmentos específicos (por exemplo, no comércio retalhista, existe legislação sobre o comércio nos mercados, o comércio precário, o comércio ambulante). Paralelamente e pontualmente, em algumas áreas do país e em alguns segmentos de actividade, foi dada notícia de acções repressivas por parte dos poderes administrativos. Apesar de, em alguns segmentos, o peso económico e social das actividades informais se encontrar sob pressão de processos de reestruturação e modernização do sector formal (por exemplo, no caso da distribuição), a economia informal continua a revelar grande pujança e a constituir uma realidade incontornável que assegura ocupação produtiva e rendimentos a uma parcela substancial das famílias angolanas. E que o crescimento do emprego formal a ritmo lento (agravado pelas dificuldades orçamentais, resultantes da queda do preço do barril de petróleo, e da consequente necessidade de reajustar a despesa e os investimentos públicos previstos desde 2015) tem contribuído para acentuar. A necessidade de um olhar mais atento e mais detalhado para a realidade que é a economia informal em Angola, afigura-se óbvia e emerge como um cada vez mais urgente imperativo de Governação.

### **Alguns Programas para promover a transição de uma economia não regulamentada para uma economia formal**

**Incubadora de Empresas:** criada em Maio de 2007 em Luanda, pelo MAPTSS, e destinada aos empreendedores formais e informais. Constitui um conjunto de serviços de apoio a criação de novos empreendimentos (micro e pequenas empresas) e de capacitação de empresários e potenciais empresários em matéria de actuação no mercado ou descoberta de novos mercados.

**Programa Bankita:** este programa foi lançado pelo Banco Nacional de Angola em 2011 com intuito de impulsionar a inclusão ao sistema bancário para populações mais carentes a um valor mínimo de taxa de abertura de conta com um valor monetário de 100 AKZ de forma que possam beneficiar de instrumentos financeiros como o microcrédito e/ou explorar os benefícios da poupança.

**Programa de Aquisição dos Produtos Agrícolas aos Camponeses (PAPAGRO):** Tem como público alvo os camponeses e empresários agrícolas. Este programa consiste na aquisição da produção agrícola pelo governo (financiado pelo BPC) que por sua vez se responsabiliza pelo escoamento desta para os principais centros de consumo, Centros de Logística e Distribuição (CLOD). Foi adoptado em 2013 pelo ministério do comércio com vista a atingir todo o mercado nacional.

**Programa de Reversão da Economia Informal (PREI):** elaborado pelo Ministério da Economia e destinado às entidades informais. O PREI tinha como objectivo a redução dos níveis de informalidade da economia angolana, a promoção da formalização progressiva das actividades informais, aumentar a segurança dos negócios informais, o combate à fome e a pobreza, a promoção do trabalho digno e da segurança dos consumidores, a melhoria da arrecadação tributária e o aumento do índice de bancarização do país, fundamentado por uma lógica de intervenção associada às entidades ministeriais e a uma filosofia de formalização, formação e financiamento dos agentes informais.

**Programa de Apoio ao Pequeno Negócio - PROAPEN (BUE):** aplicado em Maio de 2017 para os trabalhadores informais no âmbito nacional pelo Ministério da Economia, juntamente com o do Comércio, Justiça e das Finanças. Visa a formalização e financiamento de pequenos negócios, sendo que todos os processos se efectivam num mesmo espaço físico, sendo este o Balcão Único do Empreendedor.

A Recomendação nº 204 da OIT defende uma abordagem prática para alcançar um trabalho decente para todos e promover o desenvolvimento inclusivo. Coloca ênfase nas estratégias integradas para facilitar a transição para a economia formal, criar novos empregos formais e evitar maior informalidade, reconhecendo o papel crucial das estatísticas para subsidiar a qualidade dos processos políticos. Nesse sentido, incentiva os Estados membros a realizar uma avaliação e um diagnóstico adequados de factores, características, causas e circunstâncias da informalidade no contexto nacional para informar e alicerçar o desenho e implementação de leis e regulamentos, políticas e outras medidas que visam facilitar a transição para a economia formal.

Num trabalho recente sobre a economia informal em Angola, F. Queiroz (2016) analisou diferentes abordagens que, embora diferenciadas, convergem no reconhecimento da importância económica e social da economia informal e na subsequente necessidade de proceder ao seu enquadramento na economia oficial. A institucionalização da economia informal que o autor propõe para o caso angolano aponta para um programa específico que compreenda o enquadramento da economia informal com o objectivo de potenciar organizadamente as suas virtualidades em ordem a contribuir para o crescimento económico sustentado e para o desenvolvimento do país.

O Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022, alinhado com a Agenda 2030 das Nações Unidas e com a Agenda 2063 da União Africana, faz diversas referências à economia informal, sublinhando o seu peso relativo em termos de emprego e inclui-a de forma explícita na Política XIII: Emprego e Condições de Trabalho, referindo que “a definição de uma política de emprego para os próximos anos deve ter, também, como objectivo, a redução dos níveis de informalidade da economia angolana e de formalização progressiva das actividades informais, contribuindo para a promoção do trabalho digno e para garantir os direitos dos trabalhadores”.

O PDN 2018-2022 inclui o Programa 2.5.1: Reconversão da Economia Informal, cujo objectivo 1 é definir e implementar uma resposta integrada à informalidade da economia, capaz de produzir mudanças estruturais a médio prazo, com base num conhecimento abrangente do fenómeno.

O PDN (2018-2022) refere também questões relativas a institucionalização dessas actividades, sendo afirmado que “num contexto em que o emprego por conta própria é a fracção dominante da economia informal, limitando o crescimento das receitas fiscais e a normalização do funcionamento dos mercados, este programa visa contribuir para uma estruturação mais adequada do mercado de trabalho e para a criação de condições concorrenciais mais justas, em particular através do incentivo à regularização da actividade económica”. (MEP, 2018, p. 161)

Alinhado com o PND 2018-2022, surgiu o Plano de Acção para a Promoção da Empregabilidade (PAPE), no quadro das iniciativas da alçada do Ministério da Economia e Planeamento, nomeadamente o PRODESI (definição de um modelo de desenvolvimento industrial que permite absorver a mão-de-obra formada no âmbito do Plano), o Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI) e inserido na estratégia nacional de redução dos níveis de informalidade.

Entre os seus objectivos o PAPE propõe-se:

- Fomentar e apoiar o espírito de iniciativa na juventude, desde os empreendedores já estabelecidos aos emergentes;
- Formar jovens empreendedores nos domínios técnico-profissional e de gestão de pequenos negócios;
- Contribuir para o processo de promoção da inclusão financeira, fiscal e social dos jovens;
- Contribuir para a melhoria do rendimento familiar e como consequência o crescimento e o desenvolvimento socioeconómico do país;
- Fomentar o cooperativismo e o associativismo juvenil;
- Contribuir para o processo de Combate à Fome e à Pobreza;
- Valorizar o exercício das profissões/ocupações, úteis à sociedade;
- Contribuir para a bancarização e educação financeira das famílias;
- Contribuir para o processo de reconversão da economia informal para a formal;
- Proceder à entrega de kits de trabalho para suporte ao auto-emprego e empreendedorismo.

O PAPE está estruturado em torno de 6 Programas:

- Avanço - Vocacionado à capacitação em cursos de curta duração, que são desenvolvidos de forma ambulante e de acordo a necessidade do público alvo, em profissões que não estão inseridas na grelha do sistema de formação profissional, exercidas sem observância rigorosa dos aspectos técnicos e tecnológicos exigidos, mas têm servido de fonte de rendimento para muitas famílias;
- Empreendedorismo - Destinado a desenvolver capacidades empreendedoras e de gestão, incentivando a criação de novas empresas com ideias inovadoras e de uma forma sustentada, permitindo a criação de novos postos de trabalho;
- E-Bumba - Plataforma tecnológica de intermediação dos prestadores de serviço, que vai permitir que os profissionais no domínio das artes e ofícios possam ser contratados para prestação de serviço;
- Fomento do auto-emprego - Assegurar ao nível do programa, a garantia de equipamentos e ferramentas essenciais para os empreendedores exercerem com qualidade e sustentabilidade a sua actividade profissional;
- Microcrédito - Destinado à pessoas singulares dispostas a iniciar uma actividade empreendedora, e pequenos empresários que careçam de um reforço financeiro na actividade que desenvolvem. O acesso ao microcrédito, é sem garantia e com taxa de juros bonificada;
- Pró-trabalho - Pavilhões ocupacionais de prestação de serviços, vocacionados a melhorar o ambiente de trabalho do empreendedor, dignificando o exercício de profissões socialmente úteis no seio das comunidades; vida certificar profissionais; formalizar negócios; servir clientes em condições de decência e qualidade.

O seu público-alvo inclui: Jovens desempregados, em particular, a procura do primeiro emprego; Jovens formados com necessidade de obter equipamentos e ferramentas para o exercício de uma actividade geradora de emprego e rendimento; Jovens que já exercem uma actividade profissional e que precisam de reforço em equipamentos e ferramentas; Jovens que já exercem a actividade profissional, mas que carecem de aprimoramento técnico e capacitação no domínio da gestão; Cidadãos empreendedores com ideias de negócio que pretendam criar o seu negócio; Profissionais que necessitam de um espaço condigno para a realização das suas actividades; e, Mulheres das zonas peri-urbanas e urbanas. Nos seus resultados esperados o Executivo angolano definiu como metas: 12.000 Capacitados nos domínios do empreendedorismo e gestão de negócios; 15.000 Capacitados em cursos de curta duração; 10.000 Microcréditos concedidos; 3.000 Jovens inscritos no mercado formal através da reconversão de

pequenas actividades geradoras de ocupação e rendimento; 42.000 Kits Profissionais distribuídos e 1.500 Formados dos níveis 3 e 5 inseridos em programas de estágios profissionais.

Com a implementação do Plano, pretende-se aumentar a capacidade institucional dos centros de formação profissional e de emprego públicos e privados, através da melhoria da organização e funcionamento, da qualidade da oferta formativa, bem como da extensão da rede das unidades formativas e de emprego. Com esse processo, ganha corpo o fomento e apoio às iniciativas empreendedoras, fundamentalmente dos jovens e mulheres. Entre os objectivos do plano de empregabilidade, consta, igualmente, a valorização do exercício das profissões, através da atribuição de carteiras profissionais, e oportunidade de estágios.

Estima-se que, até ao momento, 1.226 cidadãos, maioritariamente, jovens, encontraram o primeiro emprego no quadro do Plano de Acção para a Promoção da Empregabilidade (PAPE) no âmbito mais geral do programa, que prevê criar 243 mil novos postos de trabalho e reduzir os níveis de desemprego no país.

Já em 2020, o Executivo aprovou a Estratégia de Transição da Economia Informal para a Economia Formal (ETEIEF), que apresenta uma agenda de transição e reconversão da economia informal de Angola, tendo em conta um diagnóstico interno e recomendações internas e internacionais, sobre as medidas para reduzir a informalidade.

A ETEIEF alavanca-se em diversos pressupostos:

- A necessidade de se dissociar o pequeno informal do grande informal, definidos como:
  - i) Grande informal: composto por empresas de porte médio, geralmente, nos subsectores do comércio, transportes, indústria transformadora e, recentemente, serviços com pendor na área financeira (troca e empréstimos);
  - ii) Pequeno informal: microempresas com menos de cinco trabalhadores, a maior parte sem endereço físico e sem rendimentos fixos.
- A consideração de que o grande informal (abrange o subsector do comércio, o artesanato, o subsector dos transportes e o mercado de novo ou usado de fraca qualidade, vendendo às microempresas e as famílias de fraco rendimento num mercado muito concorrencial e alimentando o pequeno informal) também priva o estado de receitas importantes.
- A existência de uma situação anómala, objectivamente facilitadora da informalidade: um sector de serviços (terciário) com um peso (45%) e quase metade das pessoas empregadas (48,3%) trabalhando por conta própria (com ou sem trabalhadores), enquanto apenas 18,5% trabalham no sector privado.
- A consideração de 4 principais determinantes da expansão da informalidade:
  - i) O impacto das medidas de políticas públicas macroeconómicas para a transição da economia informal para a economia formal;
  - ii) O impacto das medidas de transição do trabalhador informal a nível da educação, formação profissional, inserção no mercado, direitos laborais, impostos, segurança social, promoção da igualdade do género e protecção dos grupos vulneráveis;
  - iii) O impacto das medidas de transição da unidade económica informal a nível do empreendedorismo, igualdade de género, acesso à micro-finanças, tributação e impostos, serviços às empresas e inclusão dos grupos vulneráveis e assistência técnica; iv) Os níveis de articulação, governança e diálogo social para orientar o esforço de transição para a Economia Formal.

O Objectivo Geral da ETEIEF foi estabelecido como contribuir para o crescimento económico e social e potenciar a promoção do trabalho decente e a redução da pobreza, com impactos esperados a nível da melhoria dos indicadores de emprego, na redução dos níveis de pobreza, na melhoria da qualidade de vida das famílias, na melhoria do ambiente de negócios e na redução das taxas de informalidade.

Reduzir os índices de informalidade até 2022 e reforçar o diálogo social, a capacidade de governança e a eficácia da política pública de transição da economia até 2022 foram estabelecidos como objectivos específicos 1 e 2.

Para o objectivo específico 1 foram estabelecidos 3 resultados: Resultado 1 - Processo de transição implementado como um programa integrado; Resultado 2 - Rendimento e condições de segurança higiene e saúde no trabalho melhorados; Resultado 3 - Competitividade e produtividade das Unidades Económicas informais e MPME incrementadas. Para o objectivo específico 2 foi estabelecido um resultado: Resultado 4 - Esforço da transição coordenado por uma Unidade Implementadora que lhe garante eficácia.

Relativamente ao Resultado 1 foram desenhados os seguintes produtos:

- 1.1 Plano de Acção Integrado para a Transição (iniciativas públicas de elevado impacto para a transição para a economia informal).
- 1.2 Adequação das Medidas de Formalização (iniciativas de reforma de leis, regulamentos e processos administrativos para promover e massificar o registo e licenciamento de unidades económicas são integradas de modo a acelerar a operacionalização de um ambiente de negócios favorável às Micro, Pequenas e Médias Empresas e facilitar o cumprimento de obrigações fiscais, sociais elaborais).
- 1.3 Observatório da Economia Informal (procedimentos de tratamento da informalidade orientados para a geração de evidências, produção de dados e conhecimento contribui para a melhoria contínua da eficácia das políticas públicas com a geração regular de propostas fundamentadas e relatórios).
- 1.4 Serviços de Proximidade (oferta integrada de um conjunto de serviços de constituição, licenciamento de MPME e empreendedores a título individual e regularização de operadores do mercado informal).

O Ministério da Economia e Planeamento apresentou já o plano estratégico de transição da economia informal para a formal até 2025, que visa contribuir para o crescimento económico, social, potenciar a promoção do trabalho decente e a redução da pobreza e inserir mais de 13 milhões da população economicamente activa.

O documento, apresentando pelo director nacional para a Política da População do MEP, apresenta como medidas imediatas para a transição, a criação de procedimentos de formalização de negócios e de empresas que vão proporcionar serviços de proximidade.

Equipas de atendimento dos serviços de proximidade serão criadas junto do SIACs, BUE, Balcão do Cidadão, Inapem, EDAs, além de brigadas moveis e demais estabelecimentos.

A apresentação de acções sobre reestruturação de mercado de rua, o fomento de iniciativas sobre o mobile money (dinheiro electrónico), reforço da disponibilidade de recursos para micro-crédito, no quadro do Programa de Apoio ao Crédito (PAC) e o fomento de sistemas de pagamentos digitais por telemóvel, são entre outras medidas imediatas constantes no referido plano. Importante também é também a criação de uma base de dados da economia informal, que vai permitir a produção de informação sobre a informalidade económica de forma regular, além da elaboração de um regime fiscal adequado para microactividades.

## **Actividades e tarefas do plano de acção para a transição da economia informal 2020-2022**

### **1. Medidas imediatas para a transição**

- 1.1 Implementar serviços de proximidade de formalização de actividades económicas
- 1.2 Organizar a actividade dos mercados de rua e a venda ambulante
- 1.3 Fomentar o surgimento sistemas de pagamentos digitais por telemóvel.

### **2. Medidas de natureza fiscal e laboral**

- 2.1 Instituir um regime fiscal para a microactividade
- 2.2 Reforçar o quadro legal e o sistema de proteção social obrigatório do trabalhador independente.

### **3. Medidas de fomento da produção de microactividades**

- 3.1 Reforçar a disponibilidade de recursos para micro-crédito
- 3.2 Fomentar um sistema de logística integrada para microactividades.

### **4. Observatório da economia informal**

- 4.1 Criar uma base de dados da economia informal
- 4.2 Realizar inquéritos e relatórios anuais sobre a economia informal
- 4.3 Medir o desempenho das iniciativas da estratégia da formalização da economia.

Fonte: Governo de Angola, 2020. Estratégia de Transição da Economia Informal para a Economia Formal.

O plano estratégico conta com um grupo ministerial liderado pelo MEP e o Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS), bem como uma Comissão Nacional de Desenvolvimento de Economia Tradicional.

No final do ano foi assinado um acordo de financiamento de apoio no valor de 20 milhões de euros, da União Europeia para o Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI), a ser aplicado em três anos para diferentes sectores de actividades. De acordo com o MEP, os 20 milhões de euros serão aplicados na melhoria do transporte e do comércio informais, para mitigar a propagação do vírus da COVID-19 a nível do país, contando com os ministérios da Administração do Território, dos Transportes, da Indústria e Comércio e com os Governos Provinciais para organizar os sectores dos mercados e transportes informais e proteger as populações da disseminação da COVID-19, pelo facto de estas actividades estarem mais expostas a registar aglomerações populacionais sem as adequadas medidas de segurança e protecção contra a COVID-19.



### ► **Categorização de segmentos/actividades/ unidades informais orientadores da definição de uma estratégia relevante para sua migração em direcção ao formal**

---

Em linha com as perspectivas da OIT, de F. Queiroz e do PDN 2018-2002, é também nossa convicção o imperativo de se pensar a economia informal de modo específico, ainda que enquadrada na visão mais geral de desenvolvimento económico.

O que pressupõe, desde logo, vontade política, compromisso e a formulação informada de estruturas e mecanismos de integração e regulação específicos e adequados. E, naturalmente, um contexto macroeconómico, político, social e jurídico facilitador.

Tal como lhe subjaz o entendimento da formalização, enquanto processo complexo e multidimensional, como resultado da convergência de múltiplos efeitos combinados e interrelacionados: factores económicos (crescimento económico e aumento dos níveis de emprego e de salários), demográficos (alterações nas dinâmicas migratórias internas), da assumpção do papel do Estado como promotor do desenvolvimento, do aperfeiçoamento do enquadramento jurídico-normativo, dos desempenhos mais eficientes das instituições públicas relacionadas com a regulação do mundo do trabalho e da economia, das políticas de desburocratização, de incentivo à formalização e de penalização da permanência na informalidade e do reforço da capacidade de negociação dos sindicatos, da concertação e diálogo social, entre outros.

Trata-se, no essencial, de caminhar no sentido de uma política económica para a economia informal, sustentada numa compreensão global e integrada da sua dimensão, do seu real peso económico e social bem como do contributo que poderá fornecer para o desenvolvimento do país.

Com a consciência plena de que não existe uma solução única ou óptima, face à multiplicidade e diversidade dos desafios e das respostas possíveis. Num contexto onde a economia informal tem a magnitude e a transversalidade constatadas, a perspectiva, com horizonte de médio e longo prazo, deverá ser gradual e parcelar.

Um caminho possível poderá ser o da identificação, estudo e selecção de sectores/segmentos a formalizar em função de critérios claros e hierarquizados. Por exemplo:

- 1) Os mais produtores de externalidades negativas;
- 2) Os que absorvem maiores contingentes de população ocupada e/ou os que ocupam um número reduzido de operadores;
- 3) Os que apresentam potencial e vantagens adicionais dos efeitos esperados da formalização (nomeadamente o contributo potencial para o alargamento da base tributária e da arrecadação de receitas orçamentais);
- 4) Os que, pela sua natureza e processo histórico, já apresentam padrões mínimos de formalização;
- 5) Os que apresentam evidências da presença de organizações de representação dos operadores informais.

Para além dos segmentos identificados pelo PDN 2018-2022, em nossa opinião outros segmentos de actividade deveriam ser contemplados, nomeadamente a actividade comercial realizada nos mercados e feiras, o segmento de transportes de passageiros (em táxis colectivos e em motorizadas) e a prestação de serviços em estabelecimentos fixos.



### ► Estratégia proposta para envolver actores públicos e privados para a migração informal-formal

---

É possível classificar as estratégias disponíveis em dois grandes grupos: aquelas que visam coibir as actividades informais, aumentando assim o custo da informalidade; e aquelas que visam reduzir os custos da formalidade (ou aumentar seus benefícios).

A primeira abordagem deriva de uma visão do sector informal como estruturalmente negativo para o crescimento enquanto a segunda abordagem vê as empresas informais como empreendimentos potencialmente produtivos, que não se formalizam e prosperam devido aos altos custos burocráticos e à ineficiência das instituições existentes.

Apesar da existência de uma vasta literatura sobre o sector informal, ainda não há um consenso acerca de qual visão e qual tipo de estratégia é a mais adequada: i) reduzir os custos da formalidade (como custos de entrada); e ii) elevar os custos da informalidade (via mais fiscalização).

Em particular, é frequente serem accionadas quatro tipos de políticas: i) aumento da fiscalização sobre as actividades de empresas informais; ii) aumento da fiscalização sobre as empresas formais que contratam trabalhadores informais; iii) reduções no custo de formalização (custo de entrada); e iv) reduções no custo de permanecer formal (impostos).

Os resultados mostram que há importantes trade-offs entre os efeitos sobre as empresas e os indicadores agregados da economia. Fazendo-se uma comparação entre as duas abordagens, políticas que visam aumentar os custos da informalidade têm um pior desempenho no que diz respeito aos indicadores de impacto ao nível das empresas, mas têm desempenho melhor quando considerados os indicadores agregados. Quando consideradas em conjunto, as políticas que coíbem as actividades informais têm um melhor desempenho em termos de bem-estar.

É importante evidenciar que embora todos os instrumentos de política considerados produzam reduções em ao menos uma dimensão de informalidade na economia, nem sempre estas vêm acompanhadas de mais bem-estar. Assim, reduções no grau de informalidade não implicam necessariamente acréscimos no bem-estar da economia.

Examinando os instrumentos de política específicos, os resultados mostram que reduzir os custos de entrada no sector formal e aumentar a fiscalização sobre empresas informais são as estratégias que mostram os melhores impactos em termos de bem-estar.

Os determinantes de seu bom desempenho são, no entanto, completamente diferentes. No primeiro caso, os ganhos de bem-estar advêm da eliminação de parte do peso-morto gerado pelas barreiras à entrada no sector formal, o que gera mais competição, formalização e aumentos no salário médio. Ainda que a informalidade entre as empresas seja substancialmente reduzida, o mesmo não ocorre com os trabalhadores, devido à existência da margem intensiva da informalidade.

No caso de aumentos da fiscalização sobre empresas informais, os ganhos de bem-estar advêm quase que exclusivamente do substancial aumento das receitas tributárias. Este aumento de receitas ocorre devido à substancial queda na informalidade, que mais do que compensa os efeitos negativos sobre as empresas.

Geralmente, têm sido usados 4 mecanismos que facilitam a transição para a formalidade e que requerem vínculos com parceiros privados: subcontratação, cadeias de valor e clusters, criação de associações de negócios; participação em organizações de representação de trabalhadores.

As experiências de outras latitudes permitem compreender melhor o potencial e as limitações dos diferentes tipos de mecanismos.

Em relação à subcontratação o mecanismo implica que as empresas/negócios informais se tornam subcontratadas e parceiras de empresas formais maiores, tendo acesso a tecnologias mais avançadas e sendo encorajados a melhorar os seus desempenhos social e ambiental. Um dos problemas é que, geralmente, os operadores informais muito pequenos são excluídos deste processo, sendo também bastante complicado, e muitas vezes dispendioso, para as grandes empresas formais avaliar com precisão o nível de desempenho social e ambiental dos pequenos negócios informais.

Uma alternativa é a integração dos negócios informais em processos formais, cadeias de valor e clusters, com base em melhores práticas sociais e ambientais, o que permitira que pequenos operadores informais tenham voz e participem de processos sociais e tomada de decisão a nível local. No entanto, as abordagens da cadeia de valor tendem a depender de projetos e externos fontes de financiamento externos o que coloca problemas de sustentabilidade a nível financeiro.

A criação de associações de negócios entre empresas formais e unidades informais fornece um oportunidades para partilhar práticas sustentáveis em ambos os segmentos. A participação é voluntária e pode ser difícil atrair operadores informais.

As organizações de trabalhadores formais e de empregadores, por vezes, permitem que agentes informais se juntem a eles ou criam ligações com associações de operadores informais, contribuindo para estender a cobertura da lei para empresas informais. Um obstáculo é que nem sempre as unidades informais são bem-vindas para se juntar às organizações formais porque são percebidos como concorrentes desleais.

Outros mecanismos, que requerem parcerias público-privadas para a sua implementação, têm sido a criação de comités locais, o reforço da inspecção de trabalho, o uso dos meios de comunicação social, como a rádio e a televisão, e a adaptação dos sistemas de treinamento formal às características e necessidades das empresas informais com inclusão da componente ambiental.

A OIT tem uma longa experiência em desenvolver ferramentas de treinamento para a economia informal. Tradicionalmente, essas ferramentas têm-se concentrado na dimensão social do Trabalho mas têm vindo a integrar, progressivamente uma componente ambiental.

Outra das áreas fulcrais é a das condições e padrões de trabalho, em associação com os requisitos de segurança e saúde ocupacional, através da inspecção do trabalho. Estender a inspecção do trabalho no informal economia para garantir conformidade com os padrões de SST é certamente uma medida eficaz para salvaguarda do meio ambiente.

A viabilidade destes mecanismos é ilustrada por alguns exemplos colocados em prática em diferentes regiões do planeta:

- ILO programa STEP IN da OIT na Zâmbia apoiou a transformação de locais de reunião tradicionais para operadores informais em centros onde os usuários finais trabalham informalmente e as empresas formais podem encontrar provedores de serviços e têm condições para determinar o tipo, qualidade e preço dos serviços (OIT, 2009).
- Outros exemplos de sectores onde tecnologias avançadas e novos e mais elevados níveis de habilidade foram adquiridos por empresas informais menores por meio da subcontratação efectuada por empresas formais maiores são a indústria de construção e engenharia civil em Marrocos e no Senegal, as indústrias de metal e bebidas em África do Sul, produção de óleo de palma em Camarões e tecelagem na Etiópia (OIT, 2009).
- Algumas grandes empresas estão empenhadas em saber sobre e melhorar as práticas sociais e ambientais de seus fornecedores. Algumas empresas multinacionais adotam políticas e códigos de conduta de sustentabilidade e exigem que seus fornecedores cumpram-nos. A Philips é um exemplo de tal empresa. Os fornecedores são auditados às suas próprias custas para serem subcontratados aceitáveis. Empresas com fraco desempenho são sancionadas e seus contratos rescindidos.
- A OIT desenvolveu uma ferramenta para identificar subsectores em um dada localidade que tem um alto potencial de crescimento e redução da pobreza (OIT, 2007). Uma abordagem participativa é usada para selecionar subsectores. Cadeias de valor são fortalecidas por meio de serviços de desenvolvimento de negócios, incluindo construção de associações, agrupamento, treinamento de habilidades, mentoria em métodos de produção aprimorados e a organização de fóruns de discussão onde os problemas são abordados e as soluções encontradas. Empresas formais e informais participam da aplicação da ferramenta que tem sido usada no Vietname e Sri Lanka (DCED, 2011).
- Um exemplo particularmente significativo de uma associação comercial para operadores informais é o Associação de Mulheres Autônomas (SEWA). Esta associação congrega mais de 1,3 milhão de agentes informais em sete estados da Índia, fornecendo uma ampla gama de serviços aos seus membros, incluindo informações e treinamento ([www.sewa.org/](http://www.sewa.org/)). A SEWA tem contribuído para melhorar o desempenho social e ambiental dos operadores informais também por meio de fortes vínculos com instituições formais. Por exemplo, é um membro da Confederação Internacional de Sindicatos (ICTU) que representa os trabalhadores formais no International Labour Organization (OIT). Por ser um membro da ICTU, a SEWA endossa as normas internacionais do trabalho e promove o seu cumprimento entre e pelos seus membros. Uma das contribuições relevantes da SEWA para a protecção do meio ambiente e melhores práticas laborais é o seu apoio aos seleccionadores de des-perdícios. Muitos “catadores” na Índia são mulheres e são membros da SEWA, que os tem organiza-do por meio da criação de cooperativas onde os associados podem melhorar suas condições de tra-balho e rendimentos. A associação também oferece programas de treinamento para actualizar as habilidades dos catadores (OIT, 2019).
- No Gana, o Congresso Sindical está envidando esforços para sindicalizar os empregados informais. Quase todos os sindicatos nacionais têm oficiais responsáveis pela economia informal e alguns deles já começaram a organizar trabalhadores informais (OIT, 2019). No Quênia, associações do sector in-formal podem se tornar membros de organizações de empregadores. Outros exemplos podem ser encontrados no Benin, África do Sul, Argentina e Colômbia (ibid.).
- No Senegal, desde 1998, os trabalhadores informais estão representados dentro da União Democrática de Trabalhadores do Senegal (UDTS) por meio de uma federação autônoma. O apoio sindical à economia informal consiste em serviços como informação, educação e conscientização sobre dife-rentes questões (ibid.).

- ▶ Em Angola, sob a égide da UNTA, foram criados o Sindicato dos Trabalhados do Comércio Informal e o Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Luanda.
- ▶ Um projeto da OIT no Uganda e Gana implementado no início dos anos 2000 deu voz a agentes de negócios informais, discutindo seus problemas nas estações de rádio e convidando os formuladores de políticas a responder por telefone em transmissões (OIT, 2009). Programas de rádio fornecidos a PMEs, informações de negócios, conselhos, plataformas para debate sobre questões de negócios, são meios pelos quais a defesa de mudanças nas políticas pode ocorrer (DCED, 2010).
- ▶ Um projeto da OIT implementado em 2006 na China apoiou a transmissão de uma série de TV intitulada “Meu futuro não é sonho”, na Sichuan TV com o objectivo de promover a criação e desenvolvimento de negócios. Uma linha directa de telefone era também estabelecida para responder a perguntas do público sobre como miniciar e melhorar um negócio. Esta iniciativa foi organizada estreita colaboração com instituições públicas, em particular Ministério do Trabalho e Previdência Social. Entre 1.0 e 1,1 milhão de pessoas assistiram ao programa de TV (OIT, 2006).
- ▶ Em 2008, a OIT conduziu um estudo de campo na Tanzânia que concluiu que para aprimorar as habilidades dos agentes informais, a aprendizagem informal deve ser complementada por treinamento, particularmente em habilidades teóricas, novas tecnologias e habilidades essenciais (ibid.). Essas habilidades devem abranger também práticas e tecnologias favoráveis ao meio ambiente. O estudo revelou que a capacidade dos potenciais beneficiários pagar por esses cursos é limitada, lo que convoca a necessidade de mobilizar arranjos financeiros de instituições públicas para essa formação complementar.

A orientação das autoridades angolanas que subjazem a Estratégia e o Plano de Transição da Economia Informal para a Economia Formal enfatizam a utilização de mecanismos múltiplos: estudos e cadastramento dos operadores informais; redução dos procedimentos e custos de formalização e programas de apoio no acesso ao crédito; bancarização, nomeadamente por via da introdução de um sistema de pagamentos por telefone, fiscalidade e fiscalização.



### ► Orientações para iniciativas para atrair pequenas e muito pequenas empresas informais

---

Do ponto de vista das Associações de Empregadores, as actividades sobre as quais deveria ser concentrada a atenção seriam o comércio, restauração, transportes, alojamento e hospedagem.

A auscultação efectuada às Associações de Empregadores permitiu elencar um conjunto de orientações que, na sua perspectiva, devem ser tidas em conta para atrair as pequenas e muito pequenas empresas para a formalização:

- Desburocratizar o processo de constituição e licenciamento da actividade das empresas;
- Reduzir a carga fiscal sobre as empresas formais;
- Estabelecer num regime fiscal específico para as MPME;
- Facilitar o acesso ao crédito.

Quanto ao papel que as Associações Empresariais poderiam nesse processo destacam-se, entre outras:

- Colectar e disseminar informação;
- Mobilizar empresas filiadas;
- Estabelecer networkings com outras partes interessadas;
- Prestar apoio jurídico, técnico, financeiro;
- Formar os operadores informais que queiram aderir à transição para a formalidade.



## ► Plano de acção para a CCIA

Nos seus termos essenciais, o plano de acção a accionar pela CCIA deverá abranger todas as províncias e, no caso de Luanda, deverão ser seleccionados municípios prioritários.

Em concreto, deverão ser desencadeadas um conjunto de iniciativas integradas, a saber:

1. Criação de uma incubadora de migração para a formalidade
2. Mobilização de pelo menos mais 2 Associações de Empregadores (entre elas, a FMEA) para serem parceiros no processo de migração das unidades informais para a formalidade
3. Auscultação alargada dos filiados da CCIA e das Associações parceiras para identificar os sectores/segmentos de actividade prioritários, sobre os quais deverão incidir os esforços de formalização
4. Estabelecer contactos com as organizações de representação dos operadores informais, de forma a conseguir o respectivo apoio para a sensibilização e para a identificação das unidades e negócios informais com potencial e viabilidade de formalização
5. Negociar com os empresários/operadores informais a sua adesão ao processo de migração, em torno dos seguintes eixos:
  - 5.1 Accionar campanhas de esclarecimento e sensibilização sobre as vantagens da formalização e da adesão à CCIA e Associações de Empregadores parceiras
  - 5.2 Isenção de jóia e outros encargos de filiação na CCIA e nas Associações de Empregadoras parceiras
  - 5.3 Provisão de apoio administrativo ao processo de formalização
  - 5.4 Provisão de formação em gestão de negócios, contabilidade, fiscalidade, responsabilidade social e ambiental
  - 5.5 Concessão do uso dos recursos associados à incubadora para a formalização durante 1 ano às empresas/operadores informais que aderirem ao processo de formalização
6. Solicitar o apoio do MEP, no quadro das acções previstas no plano nacional de formalização das actividades informais, nomeadamente em relação às iniciativas previstas nos pontos 4, 5.1 e 5.3
7. Solicitar às Organizações Internacionais e, particularmente à OIT, apoio para o apetrechamento, equipamento e funcionamento da incubadora de migração para a formalização bem como apoio técnico e financeiro para a concretização das acções de formação previstas no ponto 5.4.



## ► **Conclusões, lições aprendidas e recomendações**

---

O conjunto de informação coligida permite extrair algumas conclusões::

- (1) A dimensão da economia é incontestável no contexto angolano, como é evidenciado pelos indicadores, quer de origem nacional quer de origem internacional, e que estimam quer o percentual de população que vive e sobrevive ancorado nelas quer o seu peso relativo face à capacidade do país gerar anualmente riqueza;
- (2) A sua presença é transversal, cobrindo um grande leque de actividades de diferentes sectores e segmentos de actividade de forma heterogénea;
- (3) Em alguns sectores e segmentos a presença da componente informal é particularmente expressiva, como é o caso da agricultura, do comércio por grosso e a retalho, dos transportes de passageiros e da prestação de serviços mercantis;
- (4) Constata-se a forte presença do comércio de divisas, onde se regista uma estreita interpenetração de actividades ilegais com a informalidade;
- (5) O sector informal funciona como uma rede de segurança, num contexto ausência de protecção social, de desemprego crescente e de declínio constante do poder de compra, para um vasto conjunto de operadores que integra muitos jovens e muitas mulheres.
- (6) O sector informal estabelece com o sector formal relações de concorrência e de complementaridade, prevalecendo entreos representantes institucionais e as Associações de Empregadores a perspectiva de que há segmentos que pelo volume financeiro que movimentam geram perdas fiscais consideráveis para o erário público e que a concorrência desleal e as externalidades negativas que induzem resultam prejudiciais para as micro, pequenas e médias empresas formais nelas filiadas;
- (7) O sector informal apresenta padrões reduzidos de produtividade e pressiona para baixo a produtividade da economia, colocando constrangimentos ao crescimento económico;
- (8) A pandemia COVID-19 tem afectado a generalidade do tecido empresarial, mas de forma mais significativa os operadores da economia informal, mais condicionados pelas medidas accionadas durante o estado de Emergência e de Calamidade decretados para fazer face à progressão da contaminação populacional;
- (9) O Governo angolano elaborou uma estratégia e um plano de transição para a formalidade que, para além de medidas orientadas para o estudo, registo, cadastramento e organização de actividades, aposta em medidas de carácter fiscal, laboral e de promoção das microactividades; procedeu também à reabilitação do Programa de Reversão da Economia Informal (PREI);
- (10) As iniciativas do Governo podem ser complementadas por iniciativas promovidas pelos parceiros sociais, nomeadamente pelas Associações de Empregadores enquanto parte interessada nesse processo;

- (11) Experiências de outros países sublinham a importância do estabelecimento de parcerias entre as Associações de Empregadores, com as organizações de representação dos operadores informais e com a OIT no desenho de planos para atrair micro e pequenas empresas formais para a formalização;
- (12) É necessária uma abordagem equilibrada, direccionada e sequencial para a elaboração e implementação de um plano transição do sector informal para o sector formal que seja efectivo e sirva as pretensões das Associações de Empregadores.

Deste conjunto de conclusões emergem também algumas recomendações:

- (i) Sensibilizar e mobilizar as Associações de Empregadores e respectivos filiados para identificarem os aspectos críticos e os aspectos positivos da sua interacção com as unidades produtivas informais;
- (ii) Divulgar e discutir as iniciativas do Governo em matéria de formalização;
- (iii) Melhorar os processos de comunicação e de cooperação entre as Associações de Empregadores e no interior das suas estruturas no sentido de conseguir recolher a informação indispensável à preparação de um plano com estas características;
- (iv) Promover uma mais estreita colaboração com as iniciativas governamentais e de outros parceiros sociais ou organizações da sociedade civil que possibilitem beneficiar das sinergias resultantes das experiências accionadas;
- (v) Capitalizar o potencial de apoio científico, técnico e financeiro que a OIT pode aportar à concepção e implementação de um plano para atrair micro e pequenas unidades informais para a formalização.



## ▶ Referências

- 
- African Union. 2008. Study on the Informal Sector in Africa. Addis Ababa: Sixth Ordinary Session of the Labor and Social Affairs Commission of the African Union.
- 
- Aga, Campos, Conconi, Davies et Geginat, 2019. Informal firms in Mozambique: status and potential. Policy Research Working Papers, World Bank.
- 
- Almeida, R., and P. Carneiro. 2005. "Enforcement of Labor Regulation and Firm Performance." World Bank Policy Research Working Paper 3756. Washington, DC: World Bank.
- 
- Aparicio, G. 2014. "Does Formality Improve Firm Performance? Evidence From a Quasi-Experiment in Mexico." Boston University Working Paper. Boston, MA: Boston University.
- 
- Azuma, Y., and H. I. Grossman. 2002. "A Theory of the Informal Sector." NBER Working Papers 8823. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research, Inc.
- 
- Batini, N., P. Levine, and E. Lotti. 2011. The Costs and Benefits of Informality. Guildford, GB: University of Surrey, 34pp. (Discussion Papers in Economics, DP 02/11).
- 
- Benhassine, McKenzie, Pouliquen, & Santini, 2018. Does inducing informal firms to formalize make sense? Experimental evidence from Benin. *Journal of Public Economics*, 2018, vol. 157, issue C, 1-14.
- 
- Beohme, M., and R. Thiele. 2012. "Is the Informal Sector Constrained From the Demand Side? Evidence for Six West African capitals." *World Development* 40 (7): 1369-1381.
- 
- Besozzi, C., 2001. *Illegal, legal – egal?: Illegal, legal - egal? Zu Entstehung, Struktur und Auswirkungen illegaler Märkte*, Bern: Haupt Verlag
- 
- Byiers, B. 2009. "Informality in Mozambique: Characteristics, Performance and Policy Issues." Report produced by Nathan Associates for the United States Agency for International Development, Washington, DC.
- 
- Bruhn, M.
- 
- 2013: "A Tale of Two Species: Revisiting the Effect of Registration Reform on Informal Business Owners in Mexico", *Journal of Development Economics* 103: 275-83.
- 
- 2011: "License to Sell: The Effect of Business Registration Reform on Entrepreneurial Activity in Mexico", *Review of Economics and Statistics*, 93(1) pp. 382– 386.
- 
- Bruhn, Miriam; McKenzie, David. 2014. *Entry Regulation and the Formalization of Microenterprises in Developing Countries*. Oxford University Press on behalf of the World Bank. © World Bank
- 
- Calomiris et Hubbard, 1993. Internal Finance and Investment: Evidence from the Undistributed Profits Tax of 1936-1937. NBER Working Paper No. w4288.
- 
- Campos, Francisco; Goldstein, Markus; McKenzie, David. 2018. How Should the Government Bring Small Firms into the Formal System? Experimental Evidence from Malawi. Policy Research Working Paper; No. 8601. World Bank.
- 
- CEGEA (2008). *Economia Informal em Portugal*. Porto: Universidade Católica Portuguesa.
-

- Chen, M.A, 2007. Rethinking the Informal Economy: Linkages with the Formal Economy and the Formal Regulatory Environment, DESA Working paper n° 46, juillet (NewYork, Département des affaires économiques et sociales des Nations Unies)
- 
- Chen, M.A., R. Jhabvala, and F. Lund. 2002. "Supporting Workers in the Informal Economy: A Policy Framework." ILO Employment Sector Working Paper on the Informal Economy No. 2002/2. Geneva: International Labour Office.
- 
- DECD, 2010. Réforme de l'environnement des affaires et secteur informel. <http://www.enterprise-development.org/page/informal-economy-conference-2010>.
- 
- DCED, 2011. Le soutien aux réformes de l'environnement des entreprises : Guide pratique pour les agences de développement. Annexe: comment une réforme de l'environnement des entreprises peut favoriser la formalisation.
- 
- De Giorgi, G.; Ploenzke, M. et Rahman, A. (2015): Small Firms' Formalization The Stick Treatment, Policy Research Working Paper 7318 (Washington DC, Banque mondiale).
- 
- De Vletter. 2002. A Promoção do Sector Micro-Empresarial Urbano em Angola. PNUD, Angola.
- 
- Dell' Anno. 2008. What is the relationship between Unofficial and Official Economy? An analysis in Latin American Countries. October. Journal of Economics, Finance and Administrative Sciences.
- 
- De Mel, S., D. McKenzie, and C. Woodruff. 2013. "The Demand for, and Consequences of Formalization among Informal Firms in Sri Lanka." American Economic Journal: Applied Economics 5 (2): 122-150.
- 
- De Soto, J.H.
- 
- 2010. Socialism, Economic Calculation and Entrepreneurship. Aldershot: Edward Elgar.
- 
- 2000. The Mystery of Capital: Why Capitalism Triumphs in the West and Fails Everywhere Else. New York, NY: Basic Books.
- 
- 1989. The Other Path: The Invisible Revolution in the Third World. New York, NY: Harper and Row.
- 
- Elk, K. van et de Kok, J. (2014): Enterprise formalization: Fact or fiction? A quest for case studies (Eschborn, GIZ et Genève, BIT) Fajnzylber, P.;
- 
- Ernesto, A.; Capita, G. (2018). A Economia Informal em Angola: Caracterização do Trabalhador Informal. Open Society-
- 
- Fajnzylber et autres (2011) Does Formality Improve Micro-Firm Performance? Quasi-Experimental Evidence from the Brazilian SIMPLES program. March 2011 Journal of Development Economics 94(2):262-276.
- 
- Ferraz, J.E. (2020). O poder da Economia Informal. Características e dimensões. Editorial Reino, Brasil.
- 
- Galiani, Sebastian & Meléndez, Marcela & Ahumada, Camila Navajas, 2017. «On the effect of the costs of operating formally: New experimental evidence,» Labour Economics, Elsevier, vol. 45(C), pages 143-157.
- 
- Gibson, B., and B. Kelley. 1994. "A Classical Theory of the Informal Sector." The Manchester School 62 (1): 81-96.
- 
- Johnson et al. 2000. Corruption, Public Finances, and the Unofficial Economy, available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=192569>.
- 
- Kanji, I. A. (2015) : Role of Finance in Driving Formalization of Informal Enterprises (Genève, BIT).
- 
- Kaplan, David S. & Piedra, Eduardo & Seira, Enrique, 2011. «Entry regulation and business start-ups: Evidence from Mexico,» Journal of Public Economics, Elsevier, vol. 95(11), pages 1501-1515
-

- Klapper, Miller et Hess, 2019. Leveraging Digital Financial Solutions to Promote Formal Business Participation. Working Paper. World Bank.
- 
- Koeda, J., and E. Dabla-Norris. 2008. "Informality and Bank Credit: Evidence from Firm-level Data." IMF Working Papers. Washington, DC: International Monetary Fund (IMF).
- 
- La Porta, R., and A. Shleifer. 2008. "The Unofficial Economy and Economic Development." *Brookings Papers on Economic Activity, Economic Studies Program, The Brookings Institution* 39 (2): 275-363.
- 
- Legal Assistance for Economic Reform (2015): Doing Investment climate Reform Differently. Why, What and How? Département du développement international (Londres). Politiques, stratégies et pratiques en matière de formalisation des micro et petites entreprises
- 
- Levenson, A. R., and W.F. Maloney. 1998. *The Informal Sector, Firm Dynamics and Institutional Participation*. Washington, DC: The World Bank.
- 
- Lewis, W.A. 1954. "Economic Development with Unlimited Supplies of Labour." *Manchester School* 22 (May): 139-191.
- 
- Loayza, 2018. Informality: Why is it so Widespread and How Can it Be Reduced? World Bank Research and Policy Briefs No. 133110.
- 
- Lopes, C.M.
- 
- 2019: "IVA, Tributação e Economia informal: algumas reflexões". *Revista Economia & Mercado*, Outubro 2019, nº 181, pp 14-17, Luanda
- 
- 2018ª: «O "mambo" da economia informal. "Qual é o plano"? Uma leitura crítica da abordagem do PDN 2018-2022". *Revista Mulemba*, Novembro 2018, Vol VIII, nº16, Luanda.
- 
- 2018b: «Angola, a OIT e a Economia Informal». *Revista Economia & Mercado*, Agosto 2018, nº 167, pp 12-16, Luanda.
- 
- 2014a: «A economia informal em Angola: breve panorâmica». *Revista Angolana de Sociologia*, 2014, pp 61-75, Luanda. <https://doi.org/10.4000/ras.1094>
- 
- 2014b: «Processos de organização na economia informal: revisitação ao Sindicato dos Trabalhadores do Comércio Informal (STCI) e Sindicato dos Trabalhadores dos Mercados, Feiras e Informal (STMFI), em Luanda". *Revista Angolana de Sociologia*, 2014, pp 133-150, Luanda
- 
- 2010: "Dinâmicas do associativismo na economia informal: o caso dos transportes urbanos de passageiros em Angola", *Revista Análise Social* vol. XLV (195), 2010: 367-391, Instituto de Ciências Sociais - Universidade de Lisboa.
- 
- Maloney, W. F. 2004. "Revisiting Informality." *World Development* 32 (7): 1159-1178.
- 
- Maloney, W. et Montes-Rojas, G. (2011): "Does formality improve microfirm performance? Evidence from the Brazilian SIMPLES program", *Journal of Development Economics*, Vol. 94, pp. 262- 276.
- 
- Manole et Spatareanu, 2010. Trade openness and income - A re-examination January 2010. *Economics Letters* 106(1):1-3.
- 
- Matlary, F.H., 2012. What Determines Microenterprise Growth? [Doctoral dissertation, Norwegian School of Economics]. Bergen.
- 
- McMillan, M., & Rodrik, D. (2011). Globalization, structural change and productivity growth. In M. Bacchetta, & M. Jense (Eds.), *Making globalization socially sustainable* (pp. 49-84). Geneva: International Labour Organization and World Trade Organization.
- 
- McKenzie, D., and Y.S. Sakho. 2010. "Does it Pay Firms to Register for Taxes? The Impact of Formality on Firm Profitability." *Journal of Development Economics* 91 (1): 15-24.
-

- McKenzie, D., and C. Woodruff. 2006. "Do Entry Costs Provide an Empirical Basis for Poverty Traps? Evidence From Mexican Microenterprises." *Economic Development and Cultural Change* 55 (1): 3-42.
- McKenzie, D., and C. Woodruff. 2008. "Experimental Evidence on Returns to Capital and Access to Finance in Mexico." *The World Bank Economic Review* 22 (3): 457-482.
- Millin, M., and C. Coetzee. 2007. *Informal (Business) Sector Survey for Hibiscus Coast Local Municipality*. Pietermaritzburg: Landmark.
- Monteiro, J.C.M. et Assunção, J.J. (2012): "Coming out of the shadows? Estimating the impact of bureaucracy simplification and tax cut on formality in Brazilian microenterprise", *Journal of Development Economics*, (99) 1, septembre, pp. 105– 115.
- Mosca, J. (2010). "Pobreza "economia informal," informalidades e desenvolvimento." In *pobreza, Desigualdades e Vulnerabilidade em Moçambique*, eds. De Brito, Luis, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava, & António Francisco. Maputo: IESE, 83-98.
- Mughal, Khurram and Schneider, (2019), "How the Informal Sector Affects the Formal Economy in Pakistan? A lesson for Developing Countries" Discussion Paper; University of Linz, Linz.
- Mullainathan & Schnabl, 2010. Does Less Market Entry Regulation Generate More Entrepreneurs? Evidence from a Regulatory Reform in Peru, in Lerner, J. ; Schoar, A. (ed.), *International Differences in Entrepreneurship*. University of Chicago Press.
- Neuwirth, R. (2011): *Stealth of Nations; The Global Rise of the Informal Economy*, (New York, Pantheon
- Organização Internacional do Trabalho
- 2019 : Organiser les travailleurs de l'économie informelle en syndicats - Guide à l'intention des organisations syndicales.
- 2018: Women and men in the informal economy: A statistical picture (seconde édition) (Genève, BIT)
- 2015a: Formalisation of small and medium enterprises in supply chains in Latin America: what role for multinational enterprises? Issue Brief, Programme régional de l'OIT pour la promotion de la formalisation en Amérique latine et dans les Caraïbes (FORLAC)
- 2015b: Les petites et moyennes entreprises et la création d'emplois décents et productifs, Rapport IV, Conférence internationale du Travail, 104e session, Genève, 2015.
- 2015c: Recommandation (n° 204) sur la transition de l'économie informelle vers l'économie formelle, adoptée par la Conférence internationale du Travail, 104e session, Genève, 2015.
- 2015d: Résolution concernant les petites et moyennes entreprises et la création d'emplois décents et productifs, adoptée par la Conférence internationale du Travail, 104e session, Genève, 2015.
- 2014a: Policies for the formalization of micro and small enterprises, Programme régional de l'OIT pour la promotion de la formalisation en Amérique latine et dans les Caraïbes (FORLAC), Bureau régional de l'OIT pour l'Amérique latine et les Caraïbes.
- 2014b: Policies for the formalization of micro and small enterprises in Brazil, Programme régional de l'OIT pour la promotion de la formalisation en Amérique latine et dans les Caraïbes (FORLAC), Bureau régional de l'OIT pour l'Amérique latine et les Caraïbes.
- 2014c: Policies for the formalization of micro and small enterprises in Chile, Programme régional de l'OIT pour la promotion de la formalisation en Amérique latine et dans les Caraïbes (FORLAC), Bureau régional de l'OIT pour l'Amérique latine et les Caraïbes.
- 2014d: Policies for the formalization of micro and small enterprises in Colombia, Programme régional de l'OIT pour la promotion de la formalisation en Amérique latine et dans les Caraïbes (FORLAC), Bureau régional de l'OIT pour l'Amérique latine et les Caraïbes.

- 
- 2014e: Policies for the formalization of micro and small enterprises in Costa Rica, Programme régional de l'OIT pour la promotion de la formalisation en Amérique latine et dans les Caraïbes (FORLAC), Bureau régional de l'OIT pour l'Amérique latine et les Caraïbes.
- 
- 2014f: La transition de l'économie informelle vers l'économie formelle, Rapport V (1), Conférence internationale du Travail, 103e session, Genève, 2014. Politiques, stratégies et pratiques en matière de formalisation des micro et petites entreprises.
- 
- 2013: Women and men in the informal economy: A statistical picture (seconde édition) (Genève, BIT)-
- 
- 2009, L'économie informelle en Afrique: promouvoir la transition vers la formalité: défis et stratégies, BIT, Genève. [http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed\\_emp/---emp\\_policy/documents/publication/wcms\\_127814.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/---emp_policy/documents/publication/wcms_127814.pdf)
- 
- 2007, Économie informelle: permettre une transition vers la formalisation, Colloque tripartite interrégional sur l'économie informelle: permettre une transition vers la formalisation, BIT, Genève, 27-29 novembre 2007. [http://www.ilo.org/emppolicy/events/WCMS\\_125488/lang--en/index.htm](http://www.ilo.org/emppolicy/events/WCMS_125488/lang--en/index.htm)
- 
- 2002: Conclusions concernant le travail décent et l'économie informelle, adoptées par la Conférence internationale du Travail, 90e session, Genève, 2002.
- 
- 1991: Le dilemme du secteur non structuré, rapport du Directeur général à la Conférence internationale du Travail, 78e session, Genève, 1991.
- 
- 1972: Employment, incomes and equality: A strategy for increasing productive employment in Kenya (Genève, BIT).
- 
- Olivier, M. 2009. "Informality, Employment Contracts and Extension of Social Insurance Coverage." Report Prepared for the International Social Security Association (ISSA), (A study produced under the ISSA Project on «Examining the Existing Knowledge on Social Security Coverage Extension. Working Paper No. 9, Geneva: International Social Security Association. <http://www.issa.int/content/download/91354/1830644/file/2-paper9-Olivier.p>
- 
- Olivier, M., J. Masabo, and E. Kalula. 2012. "Informality, Employment and Social Protection: Some Critical Perspectives for/From Developing Countries." In ILERA World Congress. Philadelphia, PA: International Labour and Employment Relations Association.
- 
- Perry, G. E., W.F. Maloney, O.S. Arias, P. Fajnzylber, A.D. Mason, and J. Saavedra-Chanduvi. 2007. Informality: Exit and Exclusion. Washington, DC: World Bank.
- 
- Porta, Rafael La, and Andrei Shleifer. 2014. "Informality and Development." *Journal of Economic Perspectives*, American Economic Association 28 (3): 109-126.
- 
- Queiroz, F. 2016. *Economia Informal. O caso de Angola*. Edições Almedina. Coimbra.
- 
- Rand, J., et Torm, N. 2012. "The benefits of formalization: Evidence from Vietnamese manufacturing SMEs", *World Development* (40) pp. 983-998.
- 
- Schneider, F., and D. Enste. 2000. "Shadow Economies: Size, Causes and Consequences." *Journal of Economic Literature* 38 (1): 73-110.
- 
- Schneider, F. 2005. Shadow Economies Around the World: What Do We Really Know? *European Journal of Political Economy*. 21(3), 598-642.
- 
- Schneider, F., et D. Enste. 2000. «Shadow Economies: Size, Causes and Consequences.» *Journal of Economic Literature* 38 (1): 73-110.
- 
- Schneider, Buehn et Montenegro. 2010. Shadow Economies All over the World. New Estimates for 162 Countries from 1999 to 2007. Policy Research Working Paper 5356. World Bank.
-

Silva, O. 2010. O impacto da economia informal no processo de desenvolvimento na África Subsariana, Tese de mestrado, ISEG. Lisboa.

Sparks, D.L., and S.T. Barnett. 2010. "The Informal Sector in Sub-Saharan Africa: Out of the Shadows to Foster Sustainable Employment and Equity?" *International Business & Economics Research Journal (IBER)* 9 (5). <http://dx.doi.org/10.19030/iber.v9i5.563>.

Swaminathan, M., 1991. Understanding the "Informal Sector": A Survey. World Institute for Development Economics Research of the United Nations University. Centre for International Studies, M.I.T Cambridge, Massachusetts, USA.

Todaro, M. P. 1969. "A Model of Labor Migration and Urban Unemployment in Less Developed Countries." *American Economic Review* 59: 138-148.

Williams, C.C. and Schneider, F. 2016. *Measuring the Global Shadow Economy The Prevalence of Informal Work and Labour*. Edward Elgar Publishing.

Zinnes, C. 2009. *Business Environment Reforms and the Informal Economy*; Discussion Paper (Cambridge, Comité d'organismes donateurs pour le développement de la petite entreprise

## Fontes secundárias

**ECP** Estratégia de Combate na Pobreza

**ETEIEF** Estratégia de Transição da Economia Informal para a Economia Formal 2020

**IBEP** Inquérito ao Bem-Estar da População, 2008-2009

**IDR** Inquérito sobre Despesas e Receitas, 2018-2019

**IDRE** Inquérito sobre Despesas e Receitas e Emprego em Angola, 2018-2019

Índice IDH de Desenvolvimento Humano, 2019

**MICS** Inquérito de Indicadores Múltiplos, 2015-2016

**ODM** Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, 2018

Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017

Plano Nacional de Desenvolvimento 2018-2022

**PPTD** Programa País de Trabalho Decente, 2013-2017

**PPTD** Programa País de Trabalho Decente, 2019-2022

**UNDAF** Quadro de Apoio ao Desenvolvimento das Nações Unidas, 2020-2022

## Entrevistas às instituições

### 1) Dados de enquadramento

---

- ▶ Tipo de entrevista (Presencial/Online/Email)
- ▶ Data
- ▶ Início/fim da entrevista
- ▶ Instituição/Informante/Posição do informante

### 2) Perspectivas sobre a informalidade em Angola

---

- ▶ Qual a sua perspectiva sobre o grau de informalização da economia angolana
- ▶ Como avalia a sua extensão, os seus efeitos económicos e sociais, o seu impacto sobre a actividade das empresas formais
- ▶ Em que sectores/segmentos de actividade a presença das unidades/operadores é mais expressiva
- ▶ Em que sectores/segmentos essa presença gera mais externalidades negativas
- ▶ Em que sectores/segmentos essa presença apresenta mais aspectos positivos
- ▶ Considera que a informalização se acentuou/manteve/diminuiu depois de 2014
- ▶ Considera que a informalização se acentuou/manteve/diminuiu com os efeitos do COVID-19?

### 3) Percepções sobre as iniciativas de formalização

---

- ▶ Que percepção sobre as iniciativas de formalização que têm vindo a ser accionadas
- ▶ Quais dessa iniciativas considera mais relevantes/positivas
- ▶ Quais considera terem sido um fracasso
- ▶ A v/Instituição participou/colaborou/foi auscultada no âmbito da formulação da Estratégia Nacional de Formalização recentemente aprovada
- ▶ Como avalia os principais mecanismos que têm sido mobilizados para promover a formalização:
  - ☐ Bancarização
  - ☐ Impostos
  - ☐ Estudos específicos
  - ☐ Registo coercivo
  - ☐ Programas de empreendedorismo
  - ☐ Programas de microfinanças
  - ☐ Operações securitárias
  - ☐ Outros. Quais:

#### 4) Ideias/sugestões

---

- Que sectores/segmentos de actividade considera serem prioritários para concentrar o esforço/recursos para a formalização
- Que critérios considera deverem ser atendidos para a selecção dos sectores/segmentos a formalizar:
  - ☐ Número de unidades/operadores informais
  - ☐ Utilidade social
  - ☐ Potencial de tributação
  - ☐ Histórico de iniciativas de formalização
  - ☐ Geração de externalidades negativas
  - ☐ Outros. Quais:
- Iniciativas/experiências de que tenha conhecimento e que possam ser usadas como lições aprendidas.

## Grupo de discussão com associações empresariais

### 1) Identificação da Associação Empresarial

---

- Designação
- Número de filiados
- Caracterização dos filiados em termos de dimensão (micro, pequenas, médias empresas)
- Principais segmentos de actividade dos filiados
- Área de actuação dos filiados (Luanda/Províncias)

### 2) Percepção sobre a relação com unidades informais

---

- Que segmentos das empresas filiadas estão mais expostos à concorrência de unidades informais
- Em que dimensões/aspetos se manifesta essa concorrência
- Que segmentos informais, pelas externalidades negativas que provocam, devem ser controladas/reprimidas
- Que relações de complementaridade (fornecedores/clientes) se estabelecem nesses segmentos entre as empresas filiadas e unidades informais
- Que impacto (positivo/neutro/negativo) têm essas situações de concorrência sobre o desempenho e rentabilidade e sustentabilidade das empresas filiadas
- Que impacto (positivo/neutro/negativo) têm essas situações de complementaridade sobre o desempenho e rentabilidade e sustentabilidade das empresas filiadas
- A concorrência e/ou complementaridade com unidades informais aumentou/manteve-se/diminuiu com a pandemia COVID-19

### 3) Percepções sobre a transição da informalidade para o formal

---

- Como avaliam a possibilidade de atrair as unidades formais para a formalização
- Que estratégias usar para concretizar esse objectivo
- Que segmentos consideram ter maior potencial/facilidade para a formalização
- Como avaliam o desenvolvimento de uma ferramenta metodológica para a formação na formalização de atores informais?
- Que papel poderiam ter as Associações Empresariais nesse processo (colectar e disseminar informação, mobilizar empresas filiadas, estabelecer networkings com outras partes interessadas, prestar apoio jurídico, técnico, financeiro...)
- Como enquadrar essas iniciativas na Estratégia Nacional para a Formalização

## Questionário para o inquérito às unidades económicas formais e informais

Data:

---

Município/Comuna/Bairro:

---

### 1) Dimensão (apenas 1 resposta)

---

- ☐ Microempresas
- ☐ Pequenas empresas
- ☐ Médias empresas

### 2) Sector/segmento de actividade (apenas 1 resposta)

---

- ☐ Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca
- ☐ Indústrias extractivas
- ☐ Indústrias transformadoras
- ☐ Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio
- ☐ Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, higiene pública e actividades similares
- ☐ Construção
- ☐ Comércio por grosso e a retalho (incluindo os mercados informais); reparação de veículos automóveis e motociclos
- ☐ Transportes e armazenagem
- ☐ Alojamento e restauração (restaurantes e similares)
- ☐ Actividades de informação e de comunicação
- ☐ Actividades imobiliárias
- ☐ Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares
- ☐ Actividades administrativas e dos serviços de apoio
- ☐ Educação
- ☐ Actividades de saúde humana e acção social
- ☐ Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas
- ☐ Outras actividades de serviços

### 3) Actividade (apenas 1 resposta)

---

- ☐ Armazém
- ☐ Boutique
- ☐ Centro de Formação
- ☐ Fotografia/Reprografia
- ☐ Oficinas/reparação auto
- ☐ Outros serviços (canalização, electricidade, electrónica, ...)
- ☐ Padaria/Pastelaria
- ☐ Restaurante/Snack bar/Bar
- ☐ Salão de beleza

**4) Área de intervenção/operação (apenas 1 resposta)**

---

**Províncias. Qual/Quais:**

---

- ☐ Bengo
- ☐ Benguela
- ☐ Bié
- ☐ Cabinda
- ☐ Cuando Cubango
- ☐ Cunene
- ☐ Huambo
- ☐ Huíla
- ☐ Cuanza Norte
- ☐ Cuanza Sul
- ☐ Luanda
- ☐ Lunda Norte
- ☐ Lunda Sul
- ☐ Malanje
- ☐ Moxico
- ☐ Namibe
- ☐ Uíge
- ☐ Zaire

**5) Tempo de actividade (apenas 1 resposta)**

---

- ☐ < de 1 ano
- ☐ Entre 1 e 3 anos
- ☐ Entre 4 e 6 anos
- ☐ Entre 7 e 9 anos
- ☐ Igual ou Mais de 10 anos

**6) Situação legal (apenas 1 resposta)**

---

- ☐ Formal
- ☐ Semi-formal
- ☐ Informal

**7) Número médio de trabalhadores (solicitar resposta para as 3 situações)**

---

- ☐ Em situação normal
- ☐ No ano anterior
- ☐ Após o Estado de Emergência

**8) Número de horas de trabalho/dia (solicitar resposta para as 3 situações)**

---

- ☐ Em situação normal
- ☐ No ano anterior
- ☐ Após o Estado de Emergência

**9) Volume de negócios/receitas anuais/mensais (solicitar resposta para as 3 situações)**

---

- ☐ Em situação normal
- ☐ No ano anterior
- ☐ Após o Estado de Emergência

**10) Continuidade da actividade (apenas 1 resposta)**

---

- ☐ Mantém-se em produção/funcionamento como antes da COVID-19
- ☐ Mantém-se em actividade, mas parcialmente
- ☐ Encerrou temporariamente
- ☐ Encerrou definitivamente

**11) Dívidas a pagar (apenas 1 resposta)**

---

- ☐ Aumentaram muito
- ☐ Aumentaram pouco
- ☐ Mantiveram-se
- ☐ Diminuíram pouco
- ☐ Diminuíram muito

**12) Dívidas a receber (apenas 1 resposta)**

---

- ☐ Aumentaram muito
- ☐ Aumentaram pouco
- ☐ Mantiveram-se
- ☐ Diminuíram pouco
- ☐ Diminuíram muito

**13) Constrangimentos (mais do que 1 resposta)**

---

- ☐ Redução dos dias de actividade/negócio
- ☐ Redução encomendas
- ☐ Redução de clientes
- ☐ Dificuldade de pagar a fornecedores
- ☐ Dificuldade de pagar prestações de crédito
- ☐ Dificuldade de pagar obrigações ao Estado
- ☐ Salários em atraso
- ☐ Despedimentos
- ☐ Outros. Quais:

## Inquérito aos operadores dos mercados

NOME DO MERCADO:

DATA:

### 1. PERFIL SOCIO-DEMOGRÁFICO DOS COMERCIANTES

---

#### 1.1 DADOS PESSOAIS

---

- a. Sexo
- b. Idade
- c. Província de origem

#### 1.2 QUANTOS FILHOS TEM?

---

- a. 0
- b. 1
- c. 2
- d. 3
- e. 4
- f. 5
- g. 6
- h. 7
- i. 8
- j. Mais de 8

#### 1.3 COM QUANTAS PESSOAS VIVE EM CASA?

---

- a. 0
- b. 1
- c. 2
- d. 3
- e. 4
- f. 5
- g. 6
- h. Mais de 6

#### 1.4 VIVE COM OU SEM PARCEIRO/A?

---

- a. Com Parceiro(a)
- b. Sem Parceiro(a)

## 1.5 QUAL É A SUA SITUAÇÃO HABITACIONAL?

---

- a. Vive em casa própria (construída)
- b. Vive em casa cedida pelo Estado
- c. Vive em casa de renda
- d. Na casa de familiares

## 2. NÍVEL DE ESCOLARIDADE

---

### 2.1 QUAL É O SEU NÍVEL DE ESCOLARIDADE?

---

- a. Não sabe ler nem escrever
- b. Sabe ler e escrever
- c. Ensino Primário concluído
- d. Ensino Secundário concluído
- e. Ensino Superior concluído
- f. Curso profissional

## 3. ACESSO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS

---

### 3.1 VIA DE ACESSO À ÁGUA POTÁVEL? (1 ou mais do que 1 resposta)

---

- a. Canalizada
- b. Canalização do Vizinho
- c. Fontenário
- d. Tanque de água
- e. Rio
- f. Não tem acesso à água

### 3.2 VIA DE TEM ACESSO À ENERGIA ELÉCTRICA? (1 ou mais do que 1 resposta)

---

- a. Da rede nacional de electricidade
- b. Gerador
- c. Abastecimento do Vizinho
- d. Energia Solar
- e. Não tem acesso à energia

### 3.3 TEM ACESSO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE?

---

- a. Sim
- b. Não
- c. Tenho, mas de maneira muito precária

### 3.4 TEM RECEBIDO APOIO SOCIAL POR PARTE DO ESTADO?

---

- a. Sim
- b. Não
- c. Poucas vezes
- d. Nunca

#### 4. ACTIVIDADE, INÍCIO DA ACTIVIDADE, DESPESAS E RECEITAS

---

##### 4.1 ACTIVIDADE

---

- a. Comércio de produtos agrícolas
- b. Comércio de produtos alimentares processados
- c. Comércio de vestuário usado
- d. Comércio de bens de utilidade doméstica
- e. Reparação aparelhos eléctricos/electrónicos
- f. Transporte de mercadorias (roboteiros)
- g. Transporte de passageiros (kupapatas)
- h. Comércio de moeda (kinguilas/doleiros)

##### 4.2 COM QUE IDADE COMEÇOU NESTA ACTIVIDADE?

---

- a. Antes dos 18 anos de idade
- b. Entre 18 e 25 anos de idade
- c. Entre os 26 e 33 anos de idade
- d. Entre os 34 e 41 anos de idade
- e. Entre os 42 e 49 anos de idade
- f. Com 50 ou mais anos de idade

##### 4.3 HÁ QUANTO TEMPO EXERCE ESTA ACTIVIDADE?

---

- a. Há menos de 1 ano
- b. Entre 1 e 4 anos
- c. Entre 5 e 8 anos
- d. Entre 9 e 13 anos
- e. Há 14 ou mais anos

##### 4.4 QUAL É O SEU VALOR MÉDIO DE RECEITAS?

---

- a. Diariamente
- b. Semanalmente
- c. Mensalmente

##### 4.5 PAGA ALGUMA TAXA DIÁRIA PARA REALIZAR A SUA ACTIVIDADE NO MERCADO?

---

- a. 100kz
- b. 150kz
- c. 200kz
- d. 250kz
- e. 300kz
- f. 350kz
- g. 400kz
- h. Outro valor

**4.6 PARA ALÉM DA TAXA DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO DE VENDA, PAGA ALGUMA OUTRA TAXA?**

---

- a. Não pago
- b. Pago para limpeza do mercado
- c. Pago para custear a segurança
- d. Outra:

**4.7 O QUE FAZ COM OS LUCROS DO SEU NEGÓCIO? (1 ou mais do que 1 resposta)**

---

- a. Sustento a casa e pago a educação dos meus filhos
- b. Ajudo a minha família
- c. Apenas para sobreviver
- d. Reinvisto em outros negócios
- e. Outra:

**4.8 O QUE O LEVOU A ENTRAR PARA O MERCADO INFORMAL? (1 ou mais do que 1 resposta)**

---

- a. Falta de emprego e de outras oportunidades
- b. Circunstâncias da vida
- c. Gosto pela actividade
- d. Não tive outra opção de vida
- e. Outra:

**5. IMPACTO DO COVID-19 NA ACTIVIDADE, RENDIMENTOS E CONDIÇÕES DE VIDA**

---

**5.1 A PANDEMIA COVID-19 AFECTOU A ACTIVIDADE?**

---

- a. Muito
- b. Bastante
- c. Parcialmente
- d. Pouco

**5.2 DE QUE MODO FOI A ACTIVIDADE AFECTADA? (1 ou mais do que 1 resposta)**

---

- a. Paralisação total
- b. Redução dos dias de trabalho
- c. Redução do tempo de trabalho por dia
- d. Diminuição do número de clientes
- e. Redução do montante das compras pelos clientes
- f. Aumento do custo dos produtos comercializados
- g. Aumento do custo dos transportes
- h. Outro:

**5.3 QUE EFEITOS TEVE O COVID-19 SOBRE OS RENDIMENTOS DA ACTIVIDADE?**

---

- a. Aumentaram muito
- b. Aumentaram pouco
- c. Não houve alterações
- d. Diminuíram pouco
- e. Diminuíram muito

**5.4 QUE EFEITOS TEVE O COVID-19 NAS CONDIÇÕES DE VIDA DA FAMÍLIA?  
(1 ou mais do que 1 resposta)**

---

- a. nenhuns
- b. Houve necessidade de recorrer a ajuda familiar
- c. Foi necessário recorrer ao kilapi
- d. Reduziu-se nas despesas não essenciais
- e. Reduziu-se nas despesas com saúde
- f. Reduziu-se nas despesas com alimentação
- g. Outros:

**5.5 APOIO RECEBIDO DURANTE A PANDEMIA COVID-19**

---

- a. Recebeu
- b. Não recebeu

**5.6. ENTIDADE QUE PRESTOU O APOIO (1 ou mais do que 1 resposta)**

---

- a. Estado
- b. ONG
- c. Organização/Associação dos operadores
- d. Outra:

**5.7 TIPO DE APOIO RECEBIDO (1 ou mais do que 1 resposta)**

---

- a. Meios de biosegurança
- b. Transferências monetárias (Programa Kwenda)
- c. Crédito
- d. Bens alimentares
- e. Vestuário
- f. Medicamentos
- g. Outro:

## Plano de implementação de questionários

### Estabelecimentos de localização fixa nos três bairros (54)

Armazém (2+2+2)

Boutique (2+2+2)

Centro de Formação ((2+2+2)

Fotografia/Reprografia (2+2+2)

Oficinas/reparação auto (2+2+2)

Outros serviços (canalização, electricidade, electrónica, ...) (2+2+2)

Padaria/Pastelaria (2+2+2)

Restaurante/Snack bar/Bar (2+2+2)

Salão de beleza (2+2+2)

### Operadores dos 2 mercados (Kifica e Golf) (48)

Comércio de produtos agrícolas (3+3)

Comércio de produtos alimentares processados (3+3)

Comércio de vestuário usado (3+3)

Comércio de bens de utilidade doméstica (3+3)

Reparação aparelhos eléctricos/electrónicos (3+3)

Transporte de mercadorias (roboteiros) (3+3)

Transporte de passageiros (kupapatas) (3+3)

Comércio de moeda (kinguilas/doleiros) (3+3)

### Nota: deverá haver evidências

Fotografias com data dos mercados e dos bairros: 1 por cada tipo de estabelecimento/actividade.

**Listagem de partes interessadas (Stakeholders)**

|                  |                                                                  |
|------------------|------------------------------------------------------------------|
| <b>AIA</b>       | Associação Industrial Angolana                                   |
| <b>ASSOMEL</b>   | Associação das Mulheres Empresárias de Luanda                    |
| <b>BNA</b>       | Banco Nacional de Angola                                         |
| <b>CCIA</b>      | Câmara Comércio e Indústria de Angola                            |
| <b>CEIC</b>      | Centro de Estudos e Investigação Científica (UCAN)               |
| <b>CGSILA</b>    | Central Geral de Sindicatos Independentes e Livres de Angola     |
| <b>DNCRT</b>     | Direcção Nacional das Condições e Remuneração do Trabalho        |
| <b>DNEFP</b>     | Direcção Nacional de Emprego e Formação Profissional             |
| <b>FMI</b>       | Fundo Monetário Internacional                                    |
| <b>FMEA</b>      | Federação das Mulheres Empresárias de Angola                     |
| <b>FNUAP</b>     | Fundo das Nações Unidas para a População                         |
| <b>FSA</b>       | Força Sindical Angolana                                          |
| <b>IGT</b>       | Inspeção Geral do Trabalho                                       |
| <b>INE</b>       | Instituto Nacional de Estatística                                |
| <b>INEFOP</b>    | Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional            |
| <b>INSS</b>      | Instituto Nacional da Segurança Social                           |
| <b>MAPTSS</b>    | Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social |
| <b>MINAGRIF</b>  | Ministério da Agricultura e Florestas                            |
| <b>MINPESMAR</b> | Ministério das Pescas e do Mar                                   |
| <b>MINEA</b>     | Ministério da Energia e Águas                                    |
| <b>MASFAMU</b>   | Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher         |
| <b>MEP</b>       | Ministério da Economia e Planeamento                             |
| <b>MINCO</b>     | Ministério do Comércio                                           |
| <b>MIND</b>      | Ministério da Indústria                                          |
| <b>MINTUR</b>    | Ministério do Turismo                                            |
| <b>MINFIN</b>    | Ministério das Finanças                                          |
| <b>MED</b>       | Ministério da Educação                                           |
| <b>MINSA</b>     | Ministério da Saúde                                              |
| <b>MINCOP</b>    | Ministério da Construção e Obras Públicas                        |
| <b>OOE</b>       | Outras Organizações de Empregadores                              |
| <b>OIM</b>       | Organização Internacional de Migrações                           |
| <b>OIT</b>       | Organização Internacional do Trabalho                            |
| <b>ONEFP</b>     | Observatório Nacional de Emprego e Formação Profissional         |
| <b>OMS</b>       | Organização Mundial de Saúde                                     |
| <b>OREI</b>      | Organizações de Representação da Economia Informal               |
| <b>OT</b>        | Organizações de Trabalhadores                                    |
| <b>PNUD</b>      | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento                |
| <b>UAN</b>       | Universidade Agostinho Neto                                      |
| <b>UCAN</b>      | Universidade Católica de Angola                                  |
| <b>UNICEF</b>    | Fundo das Nações Unidas para a Infância                          |
| <b>UNIFEM</b>    | Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher         |
| <b>UNTA-CS</b>   | União Nacional de Trabalhadores Angolanos-Confederação Sindical  |

**ilo.org**

Organização Internacional do Trabalho  
Route des Morillons 4  
1211 Genebra 22  
Suíça

I S B N 978-92-2-034928-1



9 789220 349281

